

cadernos do

terceiro mundo

exclusivo
entrevista
com Pedro Pires



QUE VIVA BOLIVIA!

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

Aos leitores

O triunfo boliviano

N OS seus 157 anos de República independente, a Bolívia conheceu 212 golpes de Estado (mais de um por ano, em média). Isso valeu-lhe uma imagem nada agradável: a de «republicueta» latino-americana, como aliás tantas outras nações do continente. Mas, na realidade, a verdade é bem outra. A Bolívia – ou melhor, o seu povo de camponeses, mineiros, operários, estudantes, etc. – nunca se curvou às exigências da classe dominante. E quando se curvou, fê-lo sempre diante das baionetas e dos tanques, escrevendo uma história de resistência popular contra o fascismo e o autoritarismo. Uma história de muitos mártires e heróis. Hoje, esse país andino dá um salto de qualidade e alinha-se aos que batalham duramente em prol da democracia e das classes populares. E é com satisfação que registamos esse momento histórico na matéria de capa desta edição: Que viva Bolívia! Dois repórteres nossos estiveram em Cabo Verde e Guiné-Bissau. Da Praia, Carlos Pinto Santos traz-nos uma entrevista exclusiva com o primeiro-ministro Pedro Pires e um texto abordando alguns aspectos do desenvolvimento de um país que iniciou a sua independência com pesada herança colonial e no auge da terrível seca do Sahel. Integrado na comitiva que acompanhou o Presidente Ramalho Eanes à Guiné-Bissau e à Argélia, Baptista da Silva escreve sobre a cooperação que, em diversos domínios, se tem vindo a incrementar entre a antiga potência colonizadora e os países africanos de língua portuguesa. De língua portuguesa é também um dos maiores poetas cabo-verdianos que ofereceu a **cadernos do terceiro mundo** dois poemas inéditos publicados nesta edição: Corsino Fortes.



PORTE PAGO
REVISTA MENSAL

cuadernos del
tercer mundo

third world

cadernos do
terceiro mundo

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfried Burchett

● **Edições em português**

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Administrador
Ernesto Pádua
Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Leonardo Mourão
Revisão
Estevam Reis
Documentação e Arquivo
Cristina Assis
Serviços Comerciais
José C. Figueiredo
Publicidade
José Ferreira
Composição e Impressão
Renascença Gráfica e Gráfica Europam, Ld.
Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.
Representantes
Angola
Luís Henriques, C.P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito e João Escadinha
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Director Administrativo
Altair L. Campos
Secretário de Redacção
Carlos Castilho
Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
C.P. 60086, CEP 05033
Arte
Carmem Saporetto (editor)
Samaral e Amaury dos Anjos
Tradução
Vanize Campos
Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães
Assinaturas
Márlia Mourthé
Documentação e Arquivo
Lidia de Freitas
Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza
Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Ed. Ld.
Rua do Senado, 349

editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP: 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
n.º 2.195 — P. 209/73

● **Edições em espanhol**

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c.
calle Califórnia, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLÓMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telephone. 724-712

● **Edições em inglês**

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Ser-
vic), SHIHATA (Tanzania), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos
Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva
(Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily
News de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Editor e Director: Altair L. Campos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.º
tel. 320650 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luís de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Tua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontário, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÓMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colómbia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valência St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnolo, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Rio Pedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educacion, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

Editorial

6 A crise econômica abala a estabilidade do sistema transnacional

Matéria de capa: Que viva Bolívia!

10 O processo boliviano e o refluxo das ditaduras, *Pablo Piacentini*

13 Os primeiros cem dias, *Roberto Remo*

18 Um mártir no julgamento da história

21 Uma nova geração política, *Juan Pereyra Fiorilo*

América Latina

25 **Brasil:** Oposição vence eleições, *Francisco Viana*

29 **Argentina:** Frente de libertação ou desintegração nacional, *Miguel Bonasso*

33 **Nicarágua:** A maior vitória numa guerra, *Antônio Silva Marques*

África

37 **Cabo Verde:** Um país que se viabiliza, *Carlos Pinto Santos*

43 *Entrevista com Pedro Pires*

47 **Portugal:** O chamamento africano, *Baptista da Silva*

51 **Alto Volta:** Viragem ou repetição do passado?, *Alice Nicolau*

57 **África do Sul:** Da prosperidade à crise, *Gabriel Omotozo*
A Igreja contra o «apartheid», *Maria Carlota Melo*

62 **OUA:** Cimeira de Trípoli falha à segunda, *Lígia Chaves*

Ásia

65 **Turquia:** Kenen Evren, De ditador a ditador, *Agustin Castaño*

66 **Índia:** as difíceis relações entre Nova Deli e Washington, *Ash Narain Roy*

70 **Sri Lanka:** A democracia de Jayewardene, *Narinder Koshla*

72 **Timor-Leste:** «Esta gente jamais aceitará», *Alberto Costa Alves*

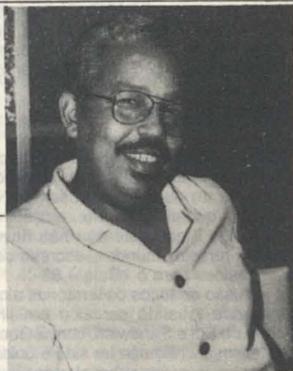
77 **Paz:** Entrevista com Romesh Chandra, *Natal Vaz*

80 *Panorama Tricontinental*

Cultura

87 Corsino Fortes, um poeta cabo-verdiano, *Elsa Rodrigues dos Santos*

92 Nobel da Literatura para Gabriel García Márquez, *Leonardo Cáceres*



Pedro Pires



Eanes em Bissau



Leonel Brizola

Afeganistão

Sou um leitor assíduo dos cadernos do terceiro mundo e tenho notado um certo silêncio sobre esse país. Será por falta de correspondentes locais? Gostaria imenso que numa das próximas edições publicassem uma reportagem sobre a situação política, militar, económica e social do Afeganistão.

Henrique da Mata Luanda, Angola

n.d.r.: De facto, a nossa rede de correspondentes no estrangeiro não cobre Cabul o que dificulta a recepção de material informativo sobre a revolução afegã. Na nossa agenda de redacção estão, no entanto, programados artigos visando a realidade vivida neste estratégico país asiático e que deverão ser publicados numa das próximas edições de cadernos.

Atrasos e sugestões

Leio com interesse a vossa revista que infelizmente chega ao Maputo com dois, três meses de atraso e nem sempre em suficiente quantidade. Na edição de Junho/Julho II que este ano não haverá «guia do terceiro mundo», escrevo para dar sugestões para o «Guia - 83»:

1) inclusão de todos os territórios ainda colonizados (quando se falou em Ilhas Georgia do Sul e Sandwich, com a Guerra das Malvinas, creio não ter sido o único a procurar informações sobre elas no «guia» em vac. Há outras omissões?); 2) instituição de uma lista de todas as intervenções armadas dos Estados Unidos nos diversos países da América, com um parágrafo para cada; 3) artigos de um par de páginas cada sobre: OUA, OEA, e Movimento dos Não-Alinhados

Tomás do Amaral, Maputo, Moçambique

n.d.r.: Tal como este leitor, muitos outros nos escrevem lamentando o grande atraso que por vezes se verifica na distribuição da nossa revista não só em Moçambique mas igualmente noutros países africanos. É porém uma questão que em larga medida nos ultrapassa, devendo-se esses atrasos sobretudo à insuficiente capacidade de carga dos aviões e aos organismos de distribuição dos países onde «cadernos do terceiro mundo» circula. Daí sugerirmos ao nosso leitor que indague sobre os motivos desses atrasos junto do Instituto do Livro e do Disco.

Tem razão o nosso leitor moçambicano quanto às omissões assinaladas na alínea 1) da sua carta, que serão preenchidas no «guia-83», a sair em Março próximo. Acerca das intervenções norte-americanas no continente, remetemo-lo para o «guia-80» onde dedicamos 15 páginas a esse tema. As organizações internacionais foram, por outro lado, tratadas nas duas edições do «guia» (80 e 81) e serão retomadas na próxima edição.



Prezados Senhores,

Leitor que sou dos cadernos do Terceiro Mundo deparei-me por ocasião da leitura do n.º 47 (Jul/Ago/82) com a reportagem especial «Futebol: Manipulação do Povo?» entrevista com João Saldanha assinada por José Carlos Gondim.

Encarando o futebol como parte integrante da Cultura brasileira, procurando analisar o seu poder de mobilização e a sua utilização ideológica, a entrevista mencionada avivou-me o interesse sobre o assunto, nomeadamente naqueles momentos em que tece comentários sobre o episódio «Castelão» aqui de São Luís do Maranhão, razão pela qual faço juntar a esta carta cópia de um artigo escrito momentos após a inauguração do Estádio Municipal (Brasil x Portugal) e que ratifica, de certa forma, o pensamento de João Saldanha sobre o assunto, expresso naquela reportagem.

Sendo só para o momento, despeço-me não sem antes vos felicitar pelo excelente nível dos trabalhos fundidos nesse periódico.

Cordialmente,

Lino Castellani Filho,
São Luís do Maranhão, Brasil

De repente...

Passados aqueles históricos momentos que marcaram entre nós a presença do «Escrete Canarinho», verdadeiros deuses desta «pátria de chuteiras» na expressão de Nelson Rodrigues, pairam no ar algumas perguntas...

Trago a mesma dúvida que assaltou Mino Carta (ISTO É n.º 232) por ocasião do Mundialito: Será que pode entregar-se à «emoção da torcida» quem deseja um Brasil melhor? E também de imediato a resposta que me vem é a mesma dada por ele: Não, não pode. O futebol é o ópio da Nação. A vitória futebolística interessa aos donos do poder, porque o povo, ao festejá-la, já não sente que o estômago está vazio. O povo perde de vista o essencial e os donos do poder ganham segurança.

De facto, quem assistiu aquelas cenas incríveis no Aeroporto do Tirirical, ou aquelas outras na entrada do Hotel Vila Rica,

onde centenas de pessoas se aglomeravam na doce ilusão de, num instante de sorte, desfrutar da suprema emoção de olhar «um» Sócrates, abraçar «um» Júnior, tocar «num» Zico, só pode chegar a esta conclusão.

Porém, quem esteve presente no «Elefante Branco» ah..., desculpem-me... «Castelão», por ocasião do jogo Brasil x Portugal, pode repetir gostosamente a frase de um amigo meu: «Rapazes... eu vi!!! De repente eu vi o povo totalmente indiferente aos desesperados apelos do locutor do Estádio pedindo palmas para Sua Excelência o governador do Estado; de repente eu vi-o surgir de uma estrepitosa vaia quando o mesmo locutor anunciou euforicamente a presença, na tribuna de honra, do presidente do PDS. De repente eu vi quando o povo que enchia os 71 mil lugares do Estádio, caiu em contagiante gargalhada quando o já angustiado locutor anunciava a presença nas tribunas do «Governador do Século».

Neste momento percebo que a resposta à minha pergunta pode ser outra. Noto que embora alegre, o povo estava atento; ciente da inquietante favela que ali ao lado via sem entender a presença daquele gigantesco monumento; ciente dos motivos eleicoeiros que levaram à construção daquele monstro de cimento armado; ciente do desrespeito a ele, povo, quando do «globalmente» divulgado desaparecimento das 5 mil cadeiras distribuídas generosamente pelos dirigentes aos seus eleitos (ou eleitores?), ciente de que o preço de uma cadeira correspondia a 15% do novo salário mínimo da região; ciente de que enquanto se gasta trinta mil cruzeiros por dia na conservação do maravilhoso «tapete verde» famílias bem próximo dali vivem em condições sub-humanas. Enfim... de repente percebo que o povo, ainda entregue à alegria do momento de glória futebolística, nem por isso deixará de reivindicar os seus direitos. (L.C.F.)

Goiânia, Brasil, Outubro de 1982

Sr. Editor,

aqui estão alinhavadas estas «Notas Pelo Direito à Indignação». Foram escritas diante do horror desencadeado pelos carneiros Begin-Sharon sobre as populações Palestina e Libanesa.

Estas «Notas» nada têm a ver com a orivesaria da literatura ponderada... É uma poesia suja porque reivindica a paixão e não a «neutralidade». É suja para ter forças suficientes para gritar dentro dos limites do verso ou fora deles contra a selvageria dos terroristas que governam Israel.

Pedro Tierra

* Sanaúd: palavra árabe que significa: «Voltaremos».

SANAÚD^h

(Ou notas pelo direito à indignação)

Sangram cedros calcinados
no Vale de Bekaa.

Sangram cérebros triturados
sob as areias de Sabra e Shatila.

Sob paredes dinamitadas
brotam braços
como gritos,
como lírios degolados.

entre ferros retorcidos
explode a imprevista
cabeça dos cavalos
- os olhos vazios
buscando decifrar inutilmente
a ferocidade dos homens -
escorre o cheiro goamento
da peste que antecede
o assalto dos vermes.

O silêncio devorou
os faróis do Apocalipse.
Os faróis de Sharon
a varrer o rosto dos anciãos adormecidos,
os faróis de Sharon
a iluminar os punhais de Haddad.

Desatou-se do céu sangrando
um vento cego,
um vento sem misericórdia
a sepultar sob a areia
de olhos assassina-
- estrelas de espanto-
das crianças de Sabra e Shatila.
Desatou-se do céu violeta
um vento de misericórdia
a varrer, minucioso,
a memória dos vivos
(os olhos que visitaram
a carnificina,
oficina enlouquecida
de Sabra Shatila,
gritam pela piedade
do esquecimento
para seguir vivendo).

O grito devorado
pela boca feroz do silêncio
explodiu na ante-sala do Império.
E desatou sua gangrena
sobre a mesa dos povos.
Impossível comer.
Impossível dormir.
Impossível prosseguir
sem polir cuidadosamente a memória
da sombra dos vermes que a corroem.

Que os assassinos
organizem comissões
para apurar os assassinatos.
E punir...
E poderemos retornar à paz
dos escritórios,
ao sono interrompido dos indiferentes.

Quem não decifra,
nesta manhã de mortos incontáveis,
a bengala que sustenta Begin?
Que ventre gestou

o vôo alucinado
dos bombardeiros?

As bombas de fósforo
despejadas até a instância tirânica
do desespero?
Que braços acalentaram o fogo
que destruiu Beirute?
Que nome leva o metal dos obuses,
a lagarta dos tanques
que retalharam a carne do Líbano?
Eu conheço a bengala de Begin,
entalhada nos ossos do massacre.

Treblinka, Auschwitz, Dachau, Babi Yar
cobrirão com seu manto de horrores,
os horrores de Tal El-Zatar
Sabra e Shatila?
Depois de toda ferocidade,
apenas carne
no silêncio dos matadouros.
Nos punhais de Haddad
brilha uma estrela gamada.

Diante destes olhos,
exaustos navegantes
de outras tormentas,
desdobrou-se um campo
de espigas maduras.
Um impossível tragal
filho do sal
e das pedras do deserto.
Espigas infinitamente repetidas
até o sangrento horizonte de Bekaa.
A força do deserto
me traga, me domina,
me arrasta sonâmbulo
no seu torvelinho
ao estreito território
da miragem
que a pulsação do tempo
sempre adia.
Aqui vejo com os olhos dos meninos
de Sabra e Shatila
o ouro tenso das espigas palestinas.
Apalpo e não encontro
o grão que alimenta
que faz a massa
e nutre o sonho
da geração que virá
porque não virá nenhuma geração.

O grão aqui não é ouro.
É o estanho refundido
nas usinas do desespero.
É o grão que da morte se alimenta
com seus dentes de luz,
e morde a alma dos soldados
de Haddad.

Quando retornar o vento
e a memória retornar
da terceira margem da dor
recompostemos os corpos,
o imenso grito soterrado,
nas valas comuns
cobertas de cal.
Recompostemos um canto
de terra vento e fuzil.
E traçaremos sobre a areia
com gesto de orvalho e estrela
a palavra «SANAÚD».

Intercâmbio

- **Tiago Garcia Fernando**
rua Principal do Xapuleiro
C.P. 6, Kunje, Kuito, Bié
Rep. Pop. de Angola
- **João Baptista Lukombo Nzatzulola**
C.P. 668, Namibe
Rep. Pop. de Angola
- **Quintino Lopes Fragoso**
Martires de Kifangondo, Rua 19, Casa 61
Luanda, Rep. Pop. de Angola
- **Rogério Freitas Simão**
C.P. 16368, Luanda
Rep. Pop. de Angola
- **Felix António Lumbo**
C.P. 231 - Uige
Rep. Pop. de Angola
- **Leonardo Landim «Nhéko»**
C.P. 67 - Bissau
Guiné-Bissau
- **Manuel Francisco Manhota**
a/c de António Machava
Capitania do Porto da Beira
C.P. 568 - Beira-Sofala
Rep. Pop. de Moçambique
- **Ernesto Amílai Ambrózio**
C.P. 979, Zona C, Armazém G
Porto Internacional da Beira
Rep. Pop. de Moçambique
- **Tomás do Amaral**
C.P. 4595, Maputo
Rep. Pop. de Moçambique
- **Reinaldo Manuel L.D. Ferreira**
rua do Bonjardim, 382,2.º
4000 PORTO - Portugal
- **José Augusto Souza**
rua São Judas Tadeu, 86, ap. 2
11100 - Santos - SP, Brasil
- **Olindo Santos Cardoso**
rua Medrado de Assis, 403
65000 - São Luis-MA, Brasil
- **Milton Brito de França**
rua 2, casa 12, Filipinho
65000 - São Luis-MA, Brasil
- **Noildo Miguel Sobrinho**
av. Rio Claro, 2000
76540 - Iporá-GO, Brasil
- **Waldecy Correia**
QNE 31 - Lt. 40
Brasília-DF, Brasil
- **Neide Beatriz de C. Dornelles**
Rua Lima e Silva, 445/705
Cidade Baixa
90000 Porto Alegre-RS, Brasil
- **Marta Regina Caldato**
C.P. 173
14960 Novo Horizonte - SP, Brasil
- **António Chirima André**
a/c de António Francisco Muassanga
CP 2 - Chitato, Lunda Norte
Rep. Pop. de Angola
- **Jacinto Domingues (Perdido)**
CP 5837, Luanda
Rep. Pop. de Angola
- **Rufino Luis Simões**
CP 3457, Luanda
Rep. Pop. de Angola
- **Paulo Rangel**
CP 16025, Luanda
Rep. Pop. de Angola

A crise económica abala a estabilidade do sistema transnacional

Os dirigentes ocidentais têm afirmado insistentemente, em tom de alarme, que a actual recessão é a mais prolongada e profunda que se tem experimentado desde o pós-guerra.

De facto, a crise chegou a um tal grau que provocou a estagnação das potências capitalistas e atingiu o Terceiro Mundo ao ponto de vários países estarem impossibilitados de pagar as suas dívidas, ameaçando a estabilidade do sistema financeiro ocidental.

Se essa situação é grave para as potências do Norte, para o Terceiro Mundo ela é dramática. Particularmente para os países não-produtores de petróleo do Terceiro Mundo, ela faz-se sentir em todos os flancos, principalmente, de há mais de dois anos para cá, com a queda dos preços das suas exportações. E, pela primeira vez desde 1973, os preços e o consumo do petróleo caíram a partir de meados de 1981.

As nações industrializadas também foram castigadas pela recessão e pelas altas taxas de juros fixadas pelos Estados Unidos, mas esses efeitos fazem-se sentir com maior dureza no Terceiro Mundo, devido à sua debilidade económica. A isso deve-se acrescentar as quedas das cotações dos produtos básicos, o que constitui uma pesada agravante para as nações subdesenvolvidas, ao passo que essa depreciação tem um efeito compensador para os consumidores industrializados. Estes, além do mais, mantêm ou aumentam os preços dos seus produtos manufacturados e equipamentos, no quadro de um intercâmbio desigual.

Esse processo de deterioração dos termos de troca para os exportadores das matérias-primas é induzido pela menor procura dos consumidores como sempre acontece durante as recessões.

Sem dúvida que este é um factor causal, mas não é o único. Apesar da sua retórica a favor do livre comércio, as potências capitalistas intervêm no mercado para fixar os preços e discriminar determinados produtos, utilizando métodos incompatíveis com a ortodoxia capitalista. O exemplo mais saliente é o que se refere ao petróleo. Diante da contracção da procura, decorrente da recessão, os membros da Organização dos Países

ses Produtores de Petróleo (OPEP) efectuaram, paralelamente, uma drástica retracção da oferta. Em 1979, o ano de maior procura, a produção conjunta da OPEP foi de quase 31 milhões de barris diários. Em meados deste ano, a produção tinha caído para menos de 17 milhões de barris diários, quase a metade, evidenciando um índice notável de adaptação às oscilações do mercado. Mas, ao mesmo tempo que isto acontecia, as empresas transnacionais do sector lançavam imensas reservas no mercado anulando os esforços da OPEP para equilibrar a relação oferta-procura.

Também serve como exemplo o jogo com as reservas estratégicas de prata e estanho dos Estados Unidos para diminuir os preços desses metais.

Outro factor relevante é o subsídio às produções agrícolas dos Estados Unidos e dos membros da Comunidade Económica Europeia (CEE), criando excedentes a preços artificiais que concorrem com as exportações agrícolas dos países subdesenvolvidos, tirando-lhes mercados e contribuindo para a contracção dos preços. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, a CEE e o Japão elevam as tarifas alfandegárias e exercem medidas proteccionistas contra os produtos externos que concorrem com os seus, principalmente os manufacturados procedentes do Terceiro Mundo.

Não se trata aqui, obviamente, de propiciar o livre comércio como norma das relações internacionais, mas de mostrar os mecanismos que as potências capitalistas aplicam para descarregar a crise que elas mesmas provocaram, pouco lhes importando que esses métodos sejam incompatíveis com a sua própria doutrina.

Dentro do quadro actual, a queda dos preços das matérias-primas é o factor mais negativo. Antes da recessão, as cotações seguiam uma tendência oscilante. Verificavam-se aumentos de alguns produtos, mas, se comparados com o incremento paralelo dos preços do combustível e dos bens industriais, a deterioração dos termos de troca implicava, de qualquer forma, uma queda do poder de compra dos exportadores de matérias-primas.

De há mais de dois anos a esta parte, regista-se uma nítida queda no preço de todos os produtos básicos não petrolíferos — quase sem excepção — que constituem o grosso das exportações do Terceiro Mundo.

Eis aqui alguns exemplos para ilustrar esta tendência. A juta atingiu o seu «record» na bolsa de Londres em Janeiro de 1979, quando a tonelada era cotada a 526 dólares. Em Dezembro de 1981, caía para 265 e no início de Setembro de 1982 para 240 dólares.

O açúcar chegou ao máximo de 65,50 centimos de dólar a libra-peso (equivalente a 1/2 quilo) em Novembro de 1974 na Bolsa de Nova Iorque, para cair para 12,80 centimos em Dezembro de 1981 e 6,7 centimos no começo de Setembro deste ano. A libra de cobre, que chegara a 146 centimos de dólar em Fevereiro de 1980 (também em Nova Iorque), caiu para 82 centimos em Dezembro de 1981 e 74 centimos no início de Setembro deste ano.

O *bushel* (medida norte-americana) de trigo, custava 69 centimos de dólar na bolsa de Chicago em meados de Janeiro de 1974, caiu para 380 centimos em Dezembro de 1981 e 336 centimos no começo de Setembro deste ano.

Essas perdas traduziram-se evidentemente em elevados défices das balanças comerciais. Segundo o Departamento de Economia Internacional e de Assuntos Sociais das Nações Unidas, os países subdesenvolvidos não petrolíferos sofreram um défice nas suas balanças de pagamentos de 48.200 milhões de dólares em 1979, de 68.700 milhões em 1980 e de 77.500 milhões em 1981, calculando-se que, em 1982, esse défice possa atingir os 75.000 milhões de dólares. Estes países viram-se, portanto, obrigados a endividar-se para manter as suas importações.

O Banco Mundial calculou que no fim de 1981 a dívida externa do Terceiro Mundo se havia elevado a 517 mil milhões de dólares.

Esta penosa situação foi agravada pelo aumento das taxas de juros bancários nos Estados Unidos, já que, actualmente, dois-terços da dívida são de origem privada e regidos por critérios puramente comerciais, e a elevação da taxa de juros encarece o serviço (juros mais amortização)

dos empréstimos. Consequentemente, os países subdesenvolvidos têm de pagar cerca de 100 mil milhões de dólares anuais pelo serviço da dívida.

O problema chegou a tal ponto que, no decurso deste ano, os círculos financeiros do sistema transnacional informaram que se encontrava comprometida a possibilidade do pagamento dos créditos concedidos. Países que haviam acumulado dívidas muito elevadas, como o México, a Argentina, a Costa Rica e a Bolívia, tiveram dificuldades para fazer face aos seus compromissos. Alguns países suspenderam mesmo o pagamento dos juros e outros são obrigados a obter novos créditos só para saldar o serviço da dívida.

No início de Setembro, quando foi realizada em Toronto (Canadá) a reunião anual conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, apesar de naquela época se ter verificado uma queda de vários pontos das taxas de juro, delegados e banqueiros coincidiram em chamar as atenções para o perigo de uma interrupção dos pagamentos.

Tanta preocupação, principalmente dos grupos bancários de Nova Iorque — os maiores credores — devia-se ao efeito «boumerang» que poderia ocorrer se essa tendência se ampliasse, arrastando à falência aqueles consórcios financeiros.

Chegou-se, com efeito, a uma situação insustentável. A crise do capitalismo transnacional está a pôr em risco as suas próprias bases.

O método utilizado pelo sistema transnacional para superar as suas crises sempre consistiu em transferir os custos da crise para a periferia subdesenvolvida, graças ao seu controlo da economia mundial.

O que se nota nesta evolução é que a corda foi esticada a tal ponto que está prestes a partir. Admite-se, pela primeira vez, que a bancarrota do Terceiro Mundo poderá conduzir à falência de sectores chaves da engrenagem financeira.

Nessas circunstâncias, quando os responsáveis políticos e económicos do Ocidente evocam o fantasma da grande depressão de 1929, é-se levado a pensar que deveriam ser rapidamente adoptadas medidas correctivas — dentro da lógica do sistema capitalista, é óbvio. Mas não é isso que acontece.

Guiadas pelo governo norte-americano, as potências ocidentais (nem todas concordam) esperam que os métodos monetaristas reduzam a inflação e permitam sair da recessão no próximo ano.

Seria arriscado afirmar qual será a situação nos próximos meses, mas se ocorrer o fim da recessão a curto prazo, algum dos fenómenos negativos que as potências capitalistas experimentam actualmente (desemprego, estagnação da produção) começarão a atenuar-se.

Mas, para o Terceiro Mundo, a situação continuará a ser muito grave e as poucas melhorias previsíveis (aumento da procura de produtos básicos e reactivação dos preços) levarão mais tempo a produzir efeitos.

Caso a saída demorasse, as consequências seriam graves para o sistema transnacional e gravíssimas para os países subdesenvolvidos. Nesse caso, os instrumentos clássicos deveriam ser abandonados para se lançar mão de mecanismos anti-recessivos inéditos.

O economista clássico britânico John Maynard Keynes, o mesmo que forneceu ao Ocidente capitalista as chaves para superar a grande depressão de 1929, exclamou, ao examinar a sua obra. «Eu dei ao capitalismo 30 anos de prorrogação, de sobrevivência.»

Esses 30 anos venceram-se, e as fórmulas de Keynes foram substituídas pelas receitas monetaristas, que implicam um regresso à ortodoxia, superada pelo próprio Keynes.

O monetarismo, contudo, fez piorar a economia mundial, e embora seja excessivo e pouco realista profetizar o fim próximo do capitalismo, este parece encontrar-se num beco-sem-saída, carente de fórmulas para resolver a sua crise.

A incerteza é, pois, total. E a única coisa que não deixa margem a dúvidas é que o Terceiro Mundo ainda tem pela frente anos de tremendas dificuldades. Para vencê-las, deveria estreitar a sua unidade e concertar acções no campo internacional. Lamentavelmente, não se vislumbram passos concretos nesse sentido, apesar dos estragos que a actual recessão lhe está a causar. □

«Começa na Bolívia uma nova etapa histórica», disse o vice-presidente Jaime Paz Zamora aos dirigentes da Conferência Permanente dos Partidos Políticos Latino-Americanos, reunidos pela primeira vez em La Paz, por ocasião da transferência do governo para Hernán Siles Zuazo.

O governo da União Democrática Popular (UDP) põe fim ao período militarista implantado em 1964, quando René Barrientos liquidou o processo iniciado em 1952 com a primeira revolução popular vitoriosa na América Latina depois da mexicana.

A insurreição pacífica de 1982 retoma o caminho começado há três décadas pelo povo boliviano. Revivem no Planalto andino os velhos ideais do nacionalismo revolucionário, conjugados agora com a contribuição de diversas correntes marxistas e com uma vocação democrática fortalecida pelos longos anos de sacrificada resistência contra o autoritarismo.

A esperança da América Latina é que o Planalto deixe de ser famoso pelo seu recorde de quarteladas, mas sim porque estas não conseguiram dobrá-lo.



QUE VIVA BOLÍVIA!

O processo boliviano e o refluxo das ditaduras

Com uma longa história de resistência popular, a Bolívia assume hoje um papel de destaque na libertação dos povos latino-americanos



COM a posse do presidente boliviano Hernán Siles Zuazo e do seu governo democrático e progressista, o mapa político da América Latina experimentou uma mudança de grande significado, cujas projecções terão, provavelmente, uma dimensão continental.

Foi a ditadura do general Hugo Banzer que inaugurou, no início da década passada (1971), um ciclo de regimes autoritários como aqueles que assumiram o poder no Uruguai e no Chile (1973), e na Argentina (1976), passando a controlar o Cone Sul da América Latina.

Essa região faz fronteira com o Paraguai, subjugado pelo autoritarismo no velho estilo do general Alfredo Stroessner (no poder desde 1954) e com o Brasil, que foi em 1964 o precursor da Doutrina de Segurança

Nacional, assumida posteriormente pelos militares do Cone Sul com diversas variantes segundo o caso.

Sob o domínio militar, essa região tão vasta entrelaçava-se com as ditaduras da América Central e das Caraíbas, isolando os regimes democráticos.

Hoje, a Bolívia é exactamente a nação que inicia o ciclo regressivo desse processo. Não se trata de mera coincidência, temporária ou geográfica. O mapa da América Latina indica, neste final de 82, o contundente fracasso do modelo político da segurança nacional e do seu suporte económico, o ultraliberalismo.

Poder-se-ia argumentar que a Bolívia é um caso extremo, e sem dúvida o foi. Uma corrupção sem precedentes — que protegeu o tráfico de narcóticos — e uma incompetência administrativa sem igual, que lançou o país na maior crise dos últimos tempos, foram os factores que mais se destacaram neste final de período militar.



Siles Zuazo e Paz Samora regressam em triunfo a La Paz

Irreversibilidade

A situação é semelhante, sob esse ponto de vista, no resto dos países do Cone Sul.

Como aspecto específico do fracasso do regime militar argentino, poder-se-ia invocar a derrota militar sofrida no arquipélago das Malvinas, que forçou o alto comando a anunciar o fim da ditadura e a abertura de um processo de democratização.

Mas a justa reivindicação nacional da guerra das Malvinas foi o recurso improvisado do qual o general Leopoldo Galtieri se serviu, no momento em que o fracasso total do regime se tornava evidente, numa desesperada tentativa para alcançar um triunfo estabilizador que não tinha sido objecto de uma preparação adequada, nem mesmo no campo militar.



Nas mãos, o «V» da vitória; nas bocas, o hino nacional; nos rostos, toda uma história de luta

Na verdade, quando a Junta militar lançou as forças armadas na recuperação das ilhas Malvinas ocupadas pela Grã-Bretanha, a situação já era crítica, como um edifício cujo desmoronamento é irreversível, tal como aconteceu com a ditadura boliviana.

O Uruguai e o Chile também exibem as provas de um fracasso sem paralelo. O desemprego e a miséria do povo poderiam ser as consequências lógicas de uma política económica orientada a favor dos círculos dominantes. Mas o que acontece é que, nessas quatro nações do sul, o desastre económico acabou por arruinar grande parte daqueles círculos, arrasando a indústria nacional e endividando esses países, que, aliás, já se encontram à beira da falência.

Característica comum: a repressão

O que vale a pena ressaltar é que, em virtude das suas diferenças específicas, a Bolívia conquistou a alternativa democrática e a Argentina está a caminhar nessa direcção, enquanto que no Uruguai e no Chile os efeitos nefastos terão continuidade, em virtude do controlo dos aparelhos repressivos.

A repressão foi justamente a característica mais

cruenta, comum aos regimes inspirados na doutrina da segurança nacional. O terrorismo de Estado foi aplicado sistematicamente e implacavelmente às organizações populares. Acreditava-se que as torturas, os assassinatos e os desaparecimentos varreriam do solo desses países, pelo menos durante uma geração, as pessoas e as organizações que punham em causa a ordem constituída e os interesses das classes privilegiadas. Em resumo: que a ordem das baionetas seria duradoura e o renascimento democrático distante.

E apesar dos milhares e milhares de mortos, desaparecidos, torturados e exilados do Cone Sul, a obra é frágil e falida, denunciando uma violência inútil e cega.

A resistência boliviana

A especificidade boliviana não se baseia somente na corrupção e na incompetência das cúpulas militares que se revesaram durante estes últimos anos de governo. Destaca-se a corajosa e admirável resistência das classes trabalhadoras e das organizações populares que, durante toda a história da República, impediram a

consolidação dos regimes militares, forçaram marchas e contramarchas, concessões e endurecimento até transformarem as contradições numa carga insuportável.

Quanto às organizações políticas e sindicais, elas conseguiram libertar-se das divisões que facilitaram a subida das ditaduras, as quais teriam sido prolongadas, caso essas divisões não fossem superadas.

O governo da Unidade Democrática Popular (UDP) expressa um consenso substancial entre os sectores populares e progressistas, o que representa o seu mais valioso bem e a sua garantia de estabilidade.

Não basta, contudo, que esse consenso seja mantido. Ele terá que ser elaborado e consolidado para obter uma unidade sem «fendas» a fim de tornar impossível a volta ao passado, e possível o êxito do programa de reconstrução nacional.

Responsabilidades

A responsabilidade desse novo caminho não diz respeito apenas aos partidos e aos núcleos directamente representados na fórmula presidencial de Hernán Siles e Jaime Paz Zamora. Todas as pessoas ou grupos que foram perseguidos ou marginalizados pela ditadura estão também comprometidos e devem, à margem das diferenças ideológicas ou estratégicas, contribuir para o êxito do processo de democratização e de mudança que o povo escolheu e cuja obstrução não poderia conduzir, neste período, a uma alternativa melhor, e sim ao perigo do regresso a um passado trágico para todos e para a população boliviana em geral.

Quanto às forças armadas bolivianas, arrastadas para uma aventura irresponsável por chefes ambiciosos e venais, nunca se deixaram controlar.

Apesar de uma corrupção que dispunha de recursos absurdos comparados à dimensão económica do país andino, os oficiais da ala legalista não se deixaram tentar e, enfrentando dificuldades, mantiveram uma dialéctica interna na corporação militar, que acarretou a retirada final da ditadura.

Esses oficiais sabiam que descarregar as armas contra um povo sem defesa era um crime e que os militares honestos, leais e patriotas nada teriam a temer de um governo democrático e representativo. Pelo contrário, o prestígio perdido pelas forças armadas só poderia ser recuperado mediante o estrito enquadramento nas normas constitucionais, assegurando o respeito pela soberania popular e afastando, sem hesitação, todo o oficial que se recusasse a acatar a ordem legal.

Manter a coesão interna

No país que conheceu a revolução de 1952 (quando as forças populares, sob o comando de Vitor Paz Estenssoro e Hernán Siles Zuazo, derrotaram o exército regular) e sobre o qual o fantasma da guerra civil pairou mais de uma vez, a palavra-de-ordem de manter a coesão interna baseada no respeito pela legalidade, não só atende aos interesses militares como também a um sentido elementar de equilíbrio e sensatez.

O caminho é longo e árduo, porque o governo da UDP recebe um país falido. Essa herança desastrosa é o resultado das ditaduras militares e só respeitando incondicionalmente a democracia é que o sector militar poderá recuperar a credibilidade perdida. Naturalmente, esta tese não só é válida para a Bolívia mas também para o Cone Sul e para toda a América Latina, onde o autoritarismo militar, aliado às oligarquias e ao sistema transnacional, se constituiu no tipo de governo mais nefasto que a história do continente conheceu. □

NOVO GOVERNO BOLIVIANO

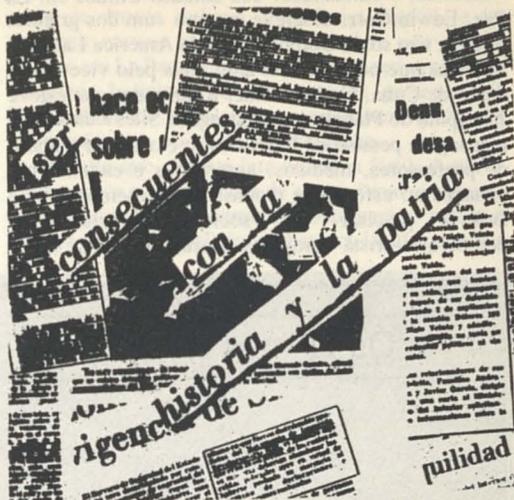
- A lista do gabinete do novo governo constitucional instalado na Bolívia é a seguinte:
- Negócios estrangeiros: Mário Velarde Dorado (MNRI).
- Interior, Justiça e Emigração: Mário Roncal Antezana (MNRI).
- Defesa Nacional: José Ortiz Mercado (independente).
- Planeamento e Coordenação: Arturo Núñez del Prado (MIR).
- Finanças: Ernesto Aranibar (MIR).
- Educação e Cultura: Alfonso Camacho Pena (MIR).
- Transportes e Comunicações: Hernando Poppe Martínez (MNRI).
- Indústria e Comércio: Jorge Crespo Velasco (MIR).

- Trabalho e Segurança Social: Roberto Arnes (PCB).
- Saúde Pública: Mário Argandona (MIR).
- Minas e Metalurgia: Carlos Barragán Vargas (PCB).
- Assuntos Camponeses e Agro-pecuários: Zenón Barrientos Mamani (MNRI).
- Urbanismo e Habitação: Jaime Ponce García (PDC).
- Energia e Hidrocarbonetos: Jorge O'Connor Darlach (MIR).
- Informação: Jorge González Rodas (MNRI).
- Integração: Hormando Vaca Díez (MIR).
- Secretário-Geral da Presidência: Horácio Torres Guzmán (MNRI).
- Presidente da Câmara de La Paz: Benjamin Miguel (PDC).

Os primeiros cem dias

Siles Zuazo inaugura um novo período na história boliviana com enormes riscos e não promete soluções mágicas. Conta, no entanto, com o capital da esperança

Roberto Remo



PAZ Zamora caminhava pelas ruas de La Paz nos primeiros dias de Outubro, quando uma *chola* (1) se aproximou dele: «Filhinho, as nossas famílias estão com fome.... As lágrimas nem chegam para encher as nossas panelinhas... O que é que nós vamos fazer? Estamos pior do que na época da guerra do Chaco. Pelo amor de Deus, façam alguma coisa....»

«Eu não tive outro remédio senão responder: «Mãezinha, tenha confiança nos filhos desta patria», declarou o vice-presidente pouco depois, à Imprensa.

A confiança depositada pelos bolivianos no governo da Unidade Democrática Popular (UDP) é enorme, mas como já tinha sido assinalado pelas palavras de ordem com que a UDP reclamou a entrega imediata do poder, «a fome não espera». A trégua social decretada tacitamente por todos os sectores tem prazo marcado. Quanto? Cem dias.

Foi esse o prazo que o próprio Siles Zuazo pediu para iniciar a sua gestão, formar a sua equipa de governo, traçar um programa económico de emergência e começar a aplicá-lo. Vão ser, sem dúvida, os cem dias mais críticos da história boliviana, desde 1952 e o destino do país será decidido provavelmente nesse prazo.

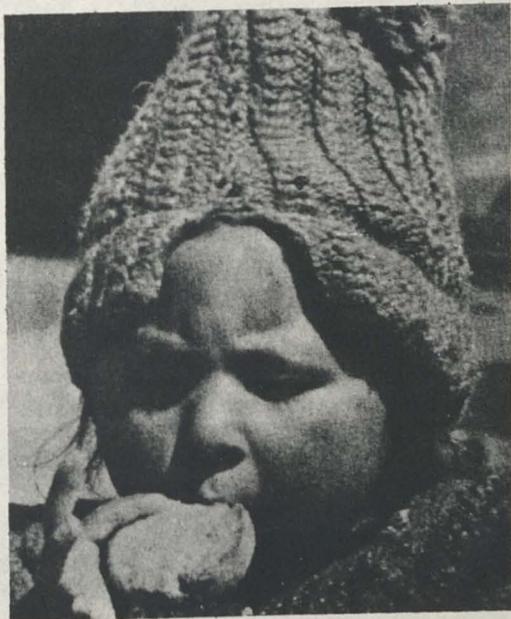
A segunda revolução de Siles Zuazo

Esse dirigente, que encabeçou em 1952 a insurreição popular que derrotou o exército boliviano nas ruas e nas minas e trouxe do exílio Víctor Paz Estenssoro, assiste à repetição, três décadas depois, da mesma

1 Cholo — termo usado para designar os nativos andinos que moram nas cidades.

história e chega desde o exílio, em Lima, à presidência que conquistou legitimamente nas urnas, dois anos atrás. A insurreição foi, desta vez, pacífica, mas nem por isso menos vigorosa e heroica do que em 1952.

Siles Zuazo conta com a força de uma gigantesca mobilização popular, legitimidade constitucional e apoio internacional surpreendentemente unânimes. A sua entrada no Palácio Quemado, foi saudada pes-



Palavra-de-ordem da UDP: «a fome não espera»

soalmente pelos presidentes do Peru, Equador, Colômbia; o embaixador dos Estados Unidos em La Paz, Edwin Corr, descreve-o como «um dos grandes líderes, não só da Bolívia como da América Latina». Palavras que poderiam ter sido ditas pelo vice-presidente de Cuba, Carlos Rafael Rodríguez, que esteve na capital do Planalto para entregar a Siles Zuazo uma mensagem pessoal de Fidel Castro e oferecer o apoio de professores, médicos, agrónomos e engenheiros cubanos ao esforço de reconstrução, «sempre que a Bolívia precisar». A social-democracia e a democracia-cristã europeias aliaram-se a esse com-

promisso de solidariedade com a democratização da Bolívia, e o enviado especial da OLP expressou idêntico sentimento dos movimentos de libertação do Terceiro Mundo. O «milagre» reproduz-se internamente e o PDC boliviano (que não integra a UDP) aceitou o oferecimento de Siles Zuazo para fazer parte do primeiro gabinete do mundo que terá ministros democrata-cristãos juntamente com ministros comunistas.

Primeiras medidas

Para que as sete cabeças da Hidra não renascessem

Os últimos tempos



Combatentes da revolução de 1952

17 de Julho de 1980: «As Forças Armadas, como Instituição cuja finalidade é assegurar a paz e a ordem... e a segurança de todos os bolivianos..., assumem o controlo político. Em consequência do caos económico e social..., da fraude eleitoral que conduziu a um governo constitucional sem legitimidade, resolve-se: Primeiro – não serão reconhecidos os resultados das eleições. Segundo – fica decretada a dissolução do Congresso».

17 de Setembro de 1982: «As Forças Armadas, como Instituição representativa da Na-

ção... assumiram o governo para democratizar o país e restaurar o Estado de Direito... A população recupera o exercício irrestrito dos seus direitos e das garantias constitucionais. É levantada a proibição de funcionamento dos partidos e sindicatos, reconhece-se a autonomia universitária... e finalmente decreta-se uma amnistia geral e irrestrita... As Forças Armadas apoiarão o próximo governo e entregar-lhe-ão o poder, logo que ele seja eleito pelo Congresso de 1980.»

Pouco mais de dois anos separam essas duas declarações. Dois anos durante os quais as organizações políticas e sindicais foram duramente reprimidas, dezenas dos principais dirigentes políticos foram assassinados e os traficantes de narcóticos e delinquentes de todo o tipo acumularam enormes fortunas, e com a protecção (e a cumplicidade) do general de plantão no Palácio Quemado.

Contudo, a oposição conseguiu rearticular-se na clandestinidade e emergiu com força renovada em todo o país no mês de Setembro, já não só nas suas formas partidárias e sindicais tradicionais, mas também em comités civis, associações de moradores e de donas-de-casa. Sem disparar um só tiro, essa força popular transformou-se numa corrente torrencial que pôs em fuga quase toda a cúpula militar.

São os seguintes os marcos fundamentais dessa luta:

2 de Setembro: Declara-se o «estado de emergência», perante a ameaça de uma greve geral, nos departamentos de Chuquisaca, Potosi e Tarija.

A direcção do Conselho Nacional das Universidades Bolivianas (CONUB) inicia uma greve de fome reclamando o pagamento da verba, incluída no orçamento, que o governo deve às universidades.

tenham que ser cortadas de um só golpe. E foi a essa tarefa que Siles se dedicou nos primeiros dias. Toda a cúpula militar comprometida com o «garciamezismo» foi passada imediatamente «à reserva (sem esperar a negociação, muitos deles já haviam fugido para Buenos Aires) e substituída por militares «generacionais», conhecidos pelo seu compromisso com a defesa das instituições. O Conselho Nacional de Luta Contra o Tráfico de Narcóticos — que acobertava os contrabandistas de cocaína em vez de combatê-los — sofreu uma intervenção e foram considerados vagos mais de mil cargos do Serviço Nacional das Alfândegas. Num

gesto espectacular, foi deportado para a Itália, no primeiro dia de governo, o terrorista, fascista e traficante de drogas italiano, Pier Luigi Pagliai, e no momento em que se escrevia este artigo, estava a ser julgado em La Paz o processo pelo qual seria cassada a cidadania boliviana do criminoso de guerra Klaus Barbie-Altman, primeiro passo no sentido da sua extradição para a França ou Alemanha.

O ventre que gerou a fera continua fértil. A transformação da coca em pasta de cocaína que os camponeses bolivianos consomem, continuará a ser uma tentação enquanto existir nos Estados Unidos a actual

3 de Setembro: os mineiros de Huanuni entram em greve geral por tempo indeterminado, reivindicando a «escala móvel» para os salários (reajustamento automático de acordo com o custo da vida) e a suspensão do livre câmbio do dólar. Reivindicam também da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros (FSTMB) e da Confederação Operária Boliviana (COB) a preparação de uma greve geral em todo o país.

4 de Setembro: É realizado em Potosi o 6.º Congresso Nacional dos Trabalhadores da Imprensa que convoca todos os trabalhadores a defenderem as liberdades democráticas e reclamarem a escala móvel para os salários mínimos.

6 de Setembro: É instalada em Cochabamba uma «assembleia popular», organizada pela secção local da COB, e é iniciada no departamento uma greve geral de protesto pelas medidas económicas anunciadas pelo governo militar e reivindicada a entrega do poder ao Congresso eleito em 1980.

7 de Setembro: O Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) comemora o aniversário da sua fundação com um comício em La Paz, com a participação de mais de 50 mil pessoas. Exige-se a formação de um governo de unidade nacional com Hernán Siles Zuazo como presidente e Jaime Paz Zamora como vice.

13 de Setembro: Os mineiros da Siglo XX pedem que a FSTMB e a COB decretem a greve geral em todo o país. Nesse mesmo dia, a FSTMB inicia uma greve geral de 48 horas em todas as minas da Bolívia.

14 de Setembro: As organizações regionais da COB em Tarija, Potosi e Chuquisaca en-

tram em greve geral por tempo indeterminado. O Comité Civil de Oruro e a Confederação Operária Departamental (COD) coordenam uma greve de 48 horas.

15 de Setembro: A COB organiza uma marcha contra a fome a nível nacional. Os mineiros da Siglo XX lançam a palavra-de-ordem de greve geral que é apoiada pelos manifestantes.

16 de Setembro: As Confederações Operárias Departamentais de Cochabamba, Beni e Santa Cruz aderem à reivindicação da greve geral. A COB lança uma convocação à greve e esta começa de imediato em todo o país, inclusive nas repartições estatais, com excepção dos Ministérios da Defesa e do Interior.

17 de Setembro: Os comandos militares convocam todos os comandantes das guarnições do interior para uma reunião de emergência. O debate prolonga-se por mais de 24 horas e parece impor-se, no início, a «linha dura» que reclama um «governo que governe», mas finalmente é aprovado o comunicado transcrito no começo deste artigo.

18 de Setembro: Choques entre militares e manifestantes deixam um saldo de sete mortos em Sucre. Em La Paz, reúne-se a direcção ampliada da COB. Resolve-se, por maioria, levantar a greve geral, procurando com isso enfraquecer a linha dura dos militares.

19 de Setembro: a UDP anuncia a sua decisão de tomar o governo. Paz Estenssoro, líder do Movimento Nacionalista Revolucionário-Histórico (MNR-H) anuncia que votará no Congresso a favor do binómio Siles-Paz Zamora, mercê do que este tem assegurada a maioria absoluta para ser designado presidente constitucional.

procura voraz desse produto e o agricultor não tiver culturas rentáveis para o substituir. As ambições do poder, muitas vezes estimuladas por «canhonaços de dólares» provenientes do exterior, continuarão a rondar, quais fantasmas, os quartéis bolivianos. Mas, ao agir com energia desde o início, Siles Zuazo demonstrou que não está disposto a ceder um mínimo de terreno diante do inimigo.

Os problemas políticos dentro do quadro institucional, são mais subtis e complexos. Af, Siles terá de enfrentar, em primeiro lugar, a divisão interna do seu próprio Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNRI), onde um sector parlamentar presidido pelo senador Alvarez Plata desafia abertamente a gestão de Siles. Algumas bases departamentais solicitaram um Congresso Nacional Extraordinário para pôr fim às dissidências internas, mas não se sabe se Siles considerará prudente a ventilação dessas discordâncias nos primeiros cem dias.

As tensões internas no gabinete multipartidário, ou dentro da própria UDP, são inerentes ao funcionamento dessas coligações. A direita fará tudo o que estiver ao seu alcance para estimulá-las e não parece ter sido outra a intenção dos deputados da Acção Democrática Nacionalista (ADN) que votaram a 5 de Outubro contra a designação de Siles Zuazo para a presidência mas que deram os seus votos a Paz Zamora para a vice-presidência. O MNR-Histórico assegurou com a sua bancada a maioria necessária para o tradicional aliado-rival de Paz Estenssoro. Mas, na longa trajectória desse político, há tantos vaivéns e conspirações que é impossível formar um juízo sobre o seu comportamento futuro. Segundo o senador, Jorge Kolle Cueto, primeiro-secretário do Partido Comunista, existe «um pacto de sangue até à morte» entre o MNR-H e a ADN. Ambas as forças têm maioria no Congresso e podem criar obstáculos à acção presidencial a tal ponto que, como prevê a revista de La Paz, *Critério*, «o novo governo deverá tomar medidas que lhe permitam superar essas barreiras». Uma via possível (diante da clara evidência de que o Congresso eleito em 1980 já não corresponde, na sua constituição, ao sentimento popular boliviano) seria a convocação de um plebiscito que desse a Siles Zuazo poderes extraordinários para governar e, eventualmente, reformar a Constituição. *Critério* prevê uma posição de reacção do Congresso a tais medidas mas destaca que «não devemos esquecer o tremendo poder de convocatória que o presidente Siles tem».

A posição da COB

Também podem surgir problemas potenciais a partir da esquerda da UDP. A surpreendente decisão de Juan Lechín, secretário-executivo da poderosa Confederação Operária Boliviana (COB), de partir para Lima no dia anterior à investidura do presidente, com o claro propósito de não estar presente à cerimónia, provocou um grande impacto em todos os sectores

bolivianos. Lechín e Siles Zuazo estão separados por antigas rivalidades e rixas políticas e pessoais e a explicação de Lechín de que a COB não havia sido convidada para a posse do novo presidente não convenceu ninguém, pois já se sabe que Siles ofereceu pastas ministeriais à Confederação Operária.

Lechín rejeitou a proposta argumentando que o movimento operário deve ser independente de partidos e governos e disse que a COB só integraria um gabinete com «um programa anti-imperialista e com maioria para o aplicar».

Um acordo entre o governo e a COB é tido pelos observadores como um elemento indispensável para o êxito do governo constitucional. Afortunadamente para Siles, embora Lechín tenha uma enorme autoridade moral sobre o movimento operário que ele comanda há mais de três décadas, o Partido Comunista e o MIR são forças maioritárias dentro da COB e a nomeação de um comunista para a pasta do Trabalho tende a facilitar o diálogo com os trabalhadores. Num primeiro gesto de boa-vontade, os mineiros suspenderam a greve por tempo indeterminado — por meio da qual reclamavam reajustamentos salariais periódicos — assim que Siles assumiu a presidência e quando nem sequer existia uma promessa formal de que tal medida seria concretizada.

O Partido Socialista-Único, fundado e presidido por Marcelo Quiroga Santa Cruz até ao seu assassinato pelos militares no trágico dia 17 de Julho de 1980, é outro factor de conflitos potenciais, já que, segundo a sua opinião, «o governo da UDP só seria possível pela via da negociação com a corrente de Paz Estenssoro... o grande acordo de cúpula da direita... que vende a democratização do país ao imperialismo norte-americano». Apesar dessas opiniões taxativas (emitidas num documento no início deste ano) dirigentes udepistas assistiram em 17 de Julho a uma homenagem na Praça Pérez Velasco, de La Paz, que o PS-1 prestou a Marcelo Quiroga. O acto terminou com Paz Zamora a ser carregado aos ombros por militantes socialistas que davam vivas à UDP. Um gesto simbólico e promissor.

A lição da experiência chilena

A ampliação da coligação governamental e a sua transformação de acordo de cúpulas em movimento integrado, é uma aspiração de muitos militantes e dirigentes da UDP. A experiência da Unidade Popular chilena durante o governo de Salvador Allende, que não conseguiu erradicar os sectarismos internos, é mencionada como lição a ser aprendida e já estão a ser realizados esforços para rearticular os «comités udepistas» no âmbito da militância e coordenação interpartidária a nível de base que tiveram grande sucesso em Cochabamba, em 1978 e 1980.

As condições de clandestinidade e repressão a partir do golpe impediram a generalização da experiência. Agora, segundo o órgão mirista *Bolivia Libre*, «a rearticulação dos comités udepistas e de quantos espa-



Membros da direcção do MIR estiveram presentes ao acto do PS-1 em homenagem a Quiroga Santa Cruz: um gesto promissor

ços de comunicação social e organizações populares o povo boliviano criou, servirá como controlo para a própria coordenação do movimento popular e como sentinela da unidade do seu instrumento frentista».

Apesar da grande importância desses desafios políticos, a batalha dos cem dias, deverá ser travada, principalmente, na área económica. Afí o governo Siles Zuazo terá de extremar a sua capacidade negociadora para convencer, ao mesmo tempo, os credores internacionais e refinanciar a dívida, resistir às pressões do FMI para impor as suas directrizes económicas e atender às reivindicações essenciais dos trabalhadores.

O governo boliviano espera poder capitalizar, no diálogo com os bancos internacionais, a boa-vontade política demonstrada para com o seu governo pelos capitalistas ocidentais. No que se refere aos trabalhadores, e enquanto se espera o anúncio de um plano económico de emergência, já se adiantou que estes terão o seu salário real estabilizado, mediante reajustamentos periódicos, e que as empresas estatais irão instaurar mecanismos de cogestão operária (incluindo a mineração do estanho).

De acordo com o ministro do Planeamento, Arturo Nunez del Prado, caso as promessas já formuladas de assistência técnica, externa se concretizem em créditos brancos e financiamento a condições especiais, «a

Bolívia contará com um dos instrumentos mais necessários para enfrentar a grave crise económica».

O outro instrumento é «o esforço intenso» que terá de ser redobrado. Nuñez não faz promessas lisonjeiras e traçou para os primeiros cem dias o modesto objectivo de «desacelerar a queda vertiginosa da economia». Só no decorrer de 1983 é que essa recuperação poderia ser iniciada.

Esse esforço é salientado pelo ministro da Economia, Ernesto Aranibar: «Não vamos tomar medidas sem sustentação (financeira) mas também não vamos fundamentar a consistência da nova política económica naquilo que possamos vir a receber do exterior, mas sim no esforço nacional».

Esse esforço, segundo Siles, deve ser administrado por uma «política de sacrifícios partilhados», de tal forma que «o pão da mesa daqueles, que têm muito seja o mesmo pão da mesa daqueles que têm pouco».

A Bolívia inicia uma nova etapa histórica sem derramar sequer uma lágrima para encher as suas panelinhas e, por enquanto, só pode socializar o sacrifício. Fome e penúria foi o que não faltou ao povo boliviano nestes anos todos. Siles tem cem dias para demonstrar, não que as penúrias tenham acabado, mas que estas servirão agora para construir um destino melhor. O facto de ter enchido as panelinhas de esperança já é uma vitória. □

Um mártir no julgamento da história

O assassinato de Artemio Camargo não conseguiu apagar o seu testemunho e exemplo da coragem e determinação do povo boliviano em não se submeter aos golpes militares

DIRIGENTE sindical na mina Siglo XX e primeiro-secretário de Conflitos da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), Artemio Camargo foi assassinado por grupos paramilitares, em La Paz, a 15 de Janeiro de 1981. Com a democratização do país, foi publicada, na Bolívia, a sua «Cronologia de uma Resistência Heróica», verdadeiro diário de luta, no qual retrata, numa linguagem simples e directa, o drama do povo e os dilemas dos seus dirigentes.

Os mineiros foram os últimos a submeter-se. E, como assinala Camargo no seu diário, a decisão de suspender a greve para evitar um derramamento de sangue maior não foi fácil. Costuma-se dizer que as derrotas são órfãs. No entanto, a grande lição de Camargo nestas páginas é a forma serena com que assume a responsabilidade por uma medida que implica reconhecer uma derrota — ainda que a considere transitória — e a honestidade com que a acção é submetida ao julgamento das bases e da História.



Camargo, numa manifestação mineira em Oruro (1979)



Assim relata Camargo:
Quinta, 17 de Julho (...)

«O amanhecer de sexta-feira foi, para toda a população, um verdadeiro pesadelo. As sireias tocavam a cada meia-hora, concitando todos os companheiros a não abrandarem a prevenção» (...)

Sexta, 18 de Julho (...)

«Permanecemos a pé toda a noite, em constante vigília e organização. Tínhamos conseguido momentaneamente deter os golpistas, mas foram verificadas graves deficiências na nossa organização» (...)

Sábado, 19 de Julho (...)

«Durante todo o dia, a Grande Cadeia Mineira continuou a transmitir mensagens dos centros mineiros. Da Siglo XX dirigimo-nos, os companheiros Bernal, Queiróz, Balcázar e eu, a todo o país. Depois do meio-dia, as notícias que a rádio «Animas» transmitia inquietaram-nos profundamente: os apelos que homens, mulheres e anciãos faziam, deixavam entrever que estava a aproximar-se, no Conselho Central Sul, a hora da batalha definitiva...»

«Entre o retumbar das explosões de dinamite que nos davam a saber que os nossos postos avançados estavam a ser atacados por patrulhas militares, era reconfortante escutar, à distância, as cantigas das nossas brigadas. Sabíamos através delas que as instruções estavam a ser cumpridas disciplinadamente, que se reforçavam os pontos fracos; enfim, que todos os companheiros estavam firmes nos seus postos» (...)

Segunda, 21 de Julho (...)

«Durante toda a noite não parou a luta entre as patrulhas militares e os nossos postos avançados. A



zona de Miraflores continuava a ser o lugar onde o combate era mais duro».

O povoado de Llagua amanheceu totalmente embandeirado. Toda a população civil se tinha incorporado na luta. Em cada casa, em cada rua, tremulava a nossa bandeira tricolor. Em todas as esquinas começavam a ser levantadas barricadas e fora pintado nas ruas, paredes e calçadas: «soldado, não somos teus inimigos; soldado, abaixa a tua espingarda; soldado não mates a tua mãe, o teu pai, os teus irmãos». (...)

Terça, 22 de Julho (...)

Cerca de 15 mil camponeses estavam acampados nos morros próximos do Quartel de Uncía. E com o passar das horas o seu número ia aumentando. De tempos a tempos, os seus dirigentes desciam até ao Comando Central para se abastecerem de dinamite, algum alimento, coca e cigarros» (...)

Quinta, 24 de Julho (...)

«Todos nós tínhamos a consciência de estar às portas de um terrível massacre. Tomei a iniciativa e mostrei aos companheiros Bernal e Escobar a necessidade de negociar uma trégua. Esta opinião foi compartilhada por ambos e imediatamente transmitida ao resto dos dirigentes» (...)

«Informaram o Comando Central que helicópteros artilhados estavam a atacar os nossos postos de vigilância situados na estrada Llagua-Uncía e que os companheiros estavam a bater em retirada, já que nada podiam fazer frente a um ataque aéreo. Comunicaram-nos de Miraflores que patrulhas militares estão a

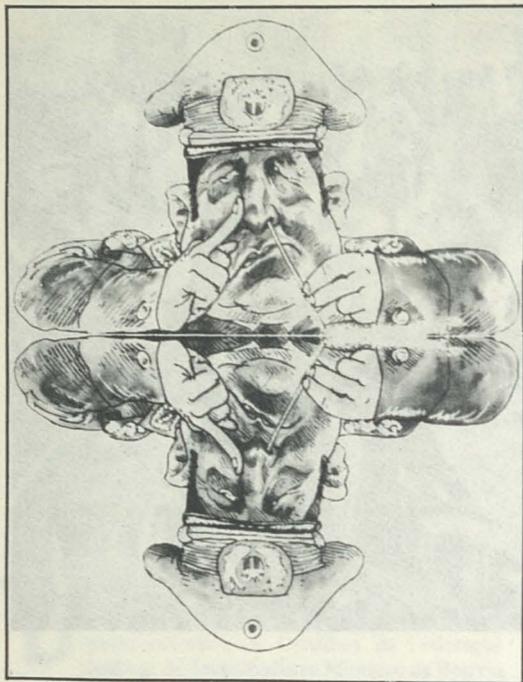


«Ninguém pode dizer que o nosso povo, sobretudo os mineiros, não lutaram»

atacar as casas dos companheiros. Já foram mortas sete pessoas, entre elas uma professora e uma criança de três anos» (...)

Sexta, 25 de Julho (...)

«Ao cair da noite, um silêncio de morte imperou em todos os acampamentos. Nas ruelas só se sentia o gélido vento do Planalto. A sede do sindicato da Siglo XX projectava a sua sombra sobre a Praça do Mineiro e nela, um ex-coordenador banzerista, completamente só, fumava tranquilamente um cigarro».



Domingo, 27 de Julho (...)

- Ao meio-dia chegou a comissão e, imediatamente, convocaram os dirigentes para uma reunião... (...) Os vinte companheiros presentes começaram rapidamente a expor as suas posições tendo chegado à seguinte conclusão: a) o acertado era considerar a nova situação numa assembleia; b) dado que isso não era possível, devia-se assumir a responsabilidade pela tomada de decisões; c) constatou-se o «desespero» dos militares e do gerente da Comibol, «por botar as mãos de uma vez por todas nos vermelhos da Siglo XX»; d) era preciso salvar a vida de centenas de companheiros, mulheres, crianças e anciãos; era preciso evitar um massacre brutal; e) o acordo não poderia ser aceite tal como foi apresentado, apesar de o cardeal ter colocado a sua assinatura antes de regressar a Sucre, horas depois de terminada a Assembleia; f) o primeiro ponto estipulava que nenhum trabalhador seria transferido ou aposentado; g) era preciso acrescentar que tão-pouco seria perseguido ou preso» (...)

Segunda, 28 de Julho (...)

- Prestei contas do acordo a que se tinha chegado com as autoridades militares. Dirigi depois as seguintes palavras a todos os companheiros:

«Nesta histórica praça demos início à resistência ao golpe fascista, e nesta mesma praça temos que decidir, baseados numa análise fria e objectiva, o nosso destino e talvez o destino das demais minas do país. Ao produzir-se o golpe fascista, a nossa gloriosa COB e

Conde apenas tiveram tempo de comunicar as instruções para deter os golpistas.

Mas as palavras de ordem já estavam lançadas e o povo boliviano já as tinha feito suas; daí, que todos os companheiros, de norte a sul do país, respondessem como um só homem e resistissem ao fascismo. Nessa resistência, os distritos mineiros desempenharam um papel de primeiríssima importância, principalmente os nossos distritos da Siglo XX, Catavi e Uncía. Ninguém pode dizer que o nosso povo, sobretudo os seus mineiros, não lutaram; temos lutado e, em alguns sectores, a resistência ainda continua.

Chegou, no entanto, o momento de se avaliar a situação da nossa luta para se ver qual a correlação de forças. E essa avaliação levar-nos-á a constatar que, apesar de toda a acção desenvolvida pelo nosso povo e pela sua vanguarda, os mineiros e a solidariedade de quase todo o mundo, a confrontação foi totalmente desigual: por um lado, as forças fascistas com todo o poderio do seu armamento moderno, os seus aviões, as suas bombas, os seus tanques e os seus assessores argentinos; por outro lado, o povo, sem armas, mas com uma inquebrantável decisão de defender o seu pão, o seu trabalho e a sua liberdade.

E nesta confrontação triunfou a força das armas. Os golpistas controlaram as principais cidades do país e os últimos focos de resistência estão a ser arrasados com uma sanha poucas vezes vista. Todos nós queremos continuar a lutar; todos nós estamos dispostos a dar as nossas vidas. Mas é necessário perguntar se vale a pena continuar a combater nessas condições.

Este povo mineiro escreveu a sua história com o sangue derramado por milhares dos nossos antepassados, que não vacilaram um só momento em oferecê-lo em defesa da sua liberdade, das suas famílias, dos seus filhos. É um exemplo de consciência e de coragem que assimilámos plenamente. Mas, neste momento, trata-se de determinar se um novo derramamento de sangue nos permitirá prosseguir na nossa luta. Não queremos mártires só para dizer que os temos! Precisamos de homens vivos porque com eles faremos a nossa revolução.

Fomos obrigados a firmar este acordo. Isso não significa, de maneira alguma, fraquejar ou trair a nossa luta. Devido à inferioridade das nossas forças estamos a dar um passo atrás, porque a nossa luta não termina aqui, continua, e por isso devemos estar preparados para a prosseguir, uma vez que estejam dadas as condições.

É fora de dúvida que o tempo e a História, que são os melhores juizes, julgarão a atitude que assumimos como dirigentes. Mas também vocês, aqui e agora, têm o direito de julgá-la. Por isto estamos aqui: vocês dirão se assinar o acordo foi uma traição ou uma atitude errada. E, como sempre, vocês decidirão se o ratificam ou se o rejeitam'.

Os trabalhadores mineiros ratificaram o acordo. □

Uma nova geração política

Aranibar Quiroga, membro da direcção do MIR, faz uma análise do Movimento criado há 11 anos e fala-nos das suas propostas para tirar a Bolívia do caos em que se encontra

Juan Pereyra Fiorilo



DA sacada do Palácio Quemado, o presidente Hernán Siles Zuazo acaba de dirigir-se ao povo boliviano reunido na praça. É ovacionado pela multidão que também grita em coro o nome de Jaime Paz Zamora. O vice-presidente responde com um cumprimento. O povo quer que ele fale.

Os diplomatas, mandatários e dirigentes políticos de todo o mundo que chegaram a La Paz para se solidarizarem com a democracia reconquistada, percebem que existe um momento de tensão. É certo que Paz Zamora, poderia ter falado antes de Siles, mas fazê-lo depois do presidente ter encerrado o acto improvisado, equivaleria a pôr em causa a sua autoridade. Mas também não é fácil a um dirigente político esquivar-se às exigências de um multidão frenética, pouco atenta às subtilezas do protocolo. Estaríamos diante da primeira crise política interna do governo da UDP?

Paz Zamora abraça Siles Zuazo e dirige os aplausos para o presidente. Os quadros médios do MIR captam o sentido do gesto e propõem novas palavras de ordem, que o povo repete deixando de lado a sua exigência de um discurso do vice-presidente. A rápida resolução da crise, antes mesmo que ela fosse produzida, convenceu os observadores da maturidade dos dirigentes do MIR. Ao mesmo tempo, o facto permitiu ao povo demonstrar, na praça, o seu sentimento unitário e a sua enorme simpatia pela organização política dirigida por Paz Zamora.

Essa simpatia actual contrasta notoriamente com a indiferença na época da criação do MIR, que há apenas 11 anos se limitava aos círculos universitários; e que durante muito tempo passou despercebido como mais um dos muitos grupúsculos em que se dividia a atomizada esquerda boliviana.

Antonio Aranibar Quiroga, destacado membro da direcção do MIR, explica as razões dessa transformação na entrevista que se segue, concedida pouco antes da posse de Siles Zuazo e Paz Zamora.

Como nasceu o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR)?

— O nascimento do nosso partido, a 7 de Setembro de 1971, foi a resposta a uma necessidade histórica do processo político da Revolução Boliviana. Nós achávamos — dentro do que era o Partido Democrata Cristão e, mais concretamente, dentro da sua juventude — que a revolução boliviana estava perante um beco sem saída, que o caminho estava bloqueado e que era necessário abrir novos canais.



Aranibar: «Por uma prática de acção unitária»

Quem bloqueava o caminho?

— Depois da experiência revolucionária de 1952, o movimento político que a conduziu, isto é o Movimento Nacionalista Revolucionário, estava em franca dispersão. O bloco social constituído por operários, camponeses e classes médias, que foram os protagonistas deste processo revolucionário, cindiu-se e as contradições entre esses sectores tinham conduzido à derrota, ou pelo menos à interrupção dessa revolução. A experiência de 52 corria sério perigo de se ver frustrada.

Por outro lado, a linha ideológica e a prática política dos partidos que reivindicavam para si o socialismo científico ou que estavam ligados (pelo menos nas suas expressões formais ou verbais) ao marxismo, não tinham sabido vincular-se à história do nosso país, à história da luta das massas populares. Tinham permanecido à margem do processo político que as massas bolivianas viveram desde que, em 1952, entraram realmente na história da nossa pátria.

Então, o caminho do nacionalismo revolucionário demonstrava, por um lado, o seu esgotamento e inviabilidade, já que na condução do governo ele tinha-se dispersado enquanto instrumento político e frente de classes, e, por outro lado, a linha do socialismo científico não tinha gerado processos de massas.

O nosso movimento nasceu para desbloquear esse caminho.

Os primórdios do MIR

Quando o MIR surgiu, em 1971, a Bolívia vivia uma etapa particularmente confusa. Estava no governo o general Juan José Torres, de orientação nacionalista e anti-imperialista e existia uma Assembleia Popular, com participação sindical e de partidos políticos maioritariamente marxistas, mas atomizados em diversas frações. Pouco tempo depois, o general Hugo Bánzer derrubava Torres. Qual foi a posição do MIR nessa época?

— O MIR surgiu da reunião de três forças políticas que já tinham uma história e uma tradição: o Partido Democrata Cristão Revolucionário, integrado por jovens que romperam com o antigo PDC; um grupo de marxistas independentes, baseado fundamentalmente na Universidade de La Paz, mas que já tinha contactos dentro das maiores universidades do país, e o Grupo Espartaco.

O Grupo Espartaco e o PDCR fizeram parte da Assembleia Popular. O nosso partido fez uma profunda, severa e muito fecunda revisão autocrítica desse período, que nós vivemos como juventude. Naquele tempo, as nossas posições estavam de acordo com as do radicalismo ultra-esquerdista, que era então a característica da Assembleia Popular. Um organismo com a pretensa vocação de agrupar as classes maioritárias do país que ficou, contudo, reduzido apenas aos sectores radicalizados do proletariado e da pequena burguesia.

Nele estavam o sector mais avançado, o movi-

mento sindical mineiro e o mais radicalizado do movimento universitário, com um verbalismo revolucionário que nós temos criticado depois da experiência que foi a resistência ao governo de Bánzer.

Quais foram os erros principais?

— Cometeu-se o erro político de permitir que o fascismo, representado e expressado por Bánzer, contasse com uma base social, devido, precisamente, à acção da Assembleia Popular e das forças que nela participaram. A Assembleia Popular é a última expressão do bloqueio histórico a que eu me referia, e a partir da revisão crítica, projecta-se a realidade de um MIR que, ao engranar-se com a realidade do nosso país, com a sua história, com as suas massas, dá a resposta que a Bolívia estava a precisar.

Nós participámos, juntamente com o povo de La Paz, dos choques que se seguiram ao golpe de Estado de 19 de Agosto de 1971. Actuámos, nessa ocasião, em organizações diferentes. E, 17 dias depois do golpe, a 7 de Setembro, realizámos a primeira reunião da nossa Direcção Nacional Clandestina.

A partir desse momento, o MIR e a sua direcção permaneceram todo o tempo no país, durante toda a ditadura banzerista, o que foi um verdadeiro exemplo para as lutas políticas da Bolívia. O processo de formação do nosso partido, nos seus aspectos ideológicos, políticos e organizativos, está indissolvemente ligado à resistência contra o banzerismo.

A partir do confronto de nossa acção com a realidade, vai-se formando a nossa identidade.

«Somos revolucionários bolivianos»

Como define essa identidade? A que correntes internacionais está filiado ou se sente próximo?

— O MIR é uma força da esquerda nacional. É uma força favorável à transformação revolucionária do nosso país, a partir da expressão dos interesses de operários, camponeses e classes médias. A nossa posição não parte de uma visão universal da luta de classes a nível mundial, mas da nossa própria realidade. Relacionamo-nos com os processos de libertação nacional e social de outros povos, mas sempre a partir da nossa realidade. Pensamos que para fazer política na Bolívia, uma política verdadeiramente transformadora e ao serviço dos interesses populares e nacionais, devemos basear-nos numa doutrina de validade universal, mas na nossa realidade.

No nosso Primeiro Encontro Nacional, nós, os miristas, definimo-nos dizendo: «somos revolucionários bolivianos», «somos uma nova geração política nacional». São essas as características que fazem do nosso partido uma das opções com maiores bases na Bolívia, com verdadeiras possibilidades de transformar-se numa alternativa real.

O grupo que surge dessa união entre cristãos e marxistas, é marxista? É social-cristão? Ou social-

-democrata? Para a direita, o MIR é uma ponta-de-lança do marxismo radical, e para alguns esquerdistas e um movimento reformista...

— Nós achamos que foi precisamente um certo tipo de alinhamento de acordo com doutrinas de validade universal e a sua aplicação mecânica que inviabilizou certas forças que pretenderam identificar-se com o marxismo, como também inviabilizou outras que se identificaram com o fascismo. É o caso da Falange Socialista Boliviana, que não chegou a produzir no nosso país um facto político consistente.

O nosso partido acha que é preciso extrair da experiência da teorização universal e da experiência da nossa própria prática política os elementos que vão

formar aquilo que nós achamos absolutamente necessário para o êxito da revolução boliviana: a formação de uma teoria revolucionária boliviana.

Uma posição eclética?

— Nós pretendemos sintetizar duas linhas ideológicas e políticas: o Nacionalismo Revolucionário, com uma história rica no nosso país, e o Socialismo Científico do marxismo. Isto não é ecletismo mas um desejo de criar. O nosso partido define-se como de esquerda nacional, colhendo os legados desses dois férteis caminhos ideológicos.

Como se situa a UDP dentro desse marco?

— Para o povo da Bolívia, a história está, desde 1978, substancialmente ligada à criação da UDP. A

uma história de exílios

□ *A crônica que transcrevemos a seguir foi extraída do livro do escritor uruguaio Mário Benedetti, Primavera com uma Esquina Rota (Editora Nueva Imagen, México, 1982). O autor é romancista, poeta, jornalista de renome internacional, e encontra-se, actualmente, no exílio.*

Conheci o doutor Siles Zuazo em Montevideo, 20 anos atrás, quando se exilou no Uruguai, após o triunfo de um dos muitos golpes militares que sempre agitaram a história da Bolívia. Eu tinha então poucos livros publicados e trabalhava na secção de contabilidade de uma grande companhia imobiliária.

Certa tarde, o telefone tocou na minha mesa e uma voz grave disse: «Fala Siles Zuazo». A princípio, pensei que fosse uma partida mas, contudo, não respondi logo, medindo talvez a possibilidade mínima de que fosse verdade. Não saía do meu espanto, mas ele logo me tirou as dúvidas. Na realidade, estava a convidar-me para me encontrar com ele no Hotel Nogaró. Pensei que fosse falar da Bolívia e dos **milicos** que haviam tomada o poder, mas, de qualquer forma, não entendia a razão pela qual eu tinha sido escolhido. Mas estava enganado.

Alguns anos antes havia publicado um ensaio sobre Marcel Proust e o sentido da culpa. Ora bem, Siles Zuazo queria conversar comigo sobre Proust e outros temas literários. Encontrei-me com aquele político sem saída para o mar, aquele personagem cujas histórias de coragem cívica me foram narradas por

vários amigos; era um homem excepcionalmente culto, leitor assíduo da literatura contemporânea.

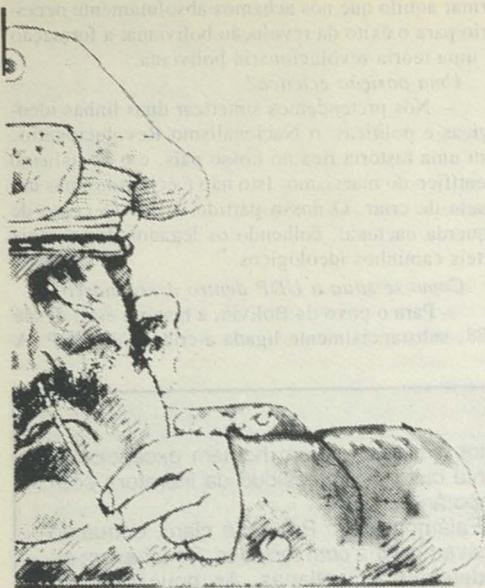
Falámos sobre Proust, é claro, enquanto tomávamos chá com torradas. Só faltavam as **madeleines** proustianas. As poucas vezes que abordámos o tema política foi devido às minhas perguntas. Ele queria falar sobre literatura e disse, claro, coisas muito inteligentes e sagazes.

Depois desse encontro inicial, tomámos chá, várias vezes no Hotel Nogaró e conservo uma lembrança muito tranquila e agradável daquelas conversas. Pouco tempo depois, ele partiu de Montevideo e reintegrou-se nas lutas e vai-véns políticos da sua inesquecível Bolívia.

Passei muitos anos sem me encontrar com ele, embora tivesse sempre acompanhado os seus afazeres políticos: legais, quando era possível, clandestinos, quando não o era. Uma noite de chuva torrencial, aí por 1974, em Buenos Aires, vinha eu andando, acho que pela Rua Paraguai, procurando abrigar-me, quando subitamente, ao passar quase correndo em frente de um portal, pareceu-me reconhecer ali um homem que também se resguardava do aguaceiro.

Voltei atrás. Era o doutor Siles Zuazo. Ele também me reconheceu. «Então, o senhor também foi obrigado a exilar-se?», perguntou-me. «Sim, doutor. Quando conversávamos em Montevideo, isso parecia impossível, não é verdade?» Sim, parecia. Não podia distinguir o seu sorriso naquela penumbra mas imaginava-o. «Qual é a etapa actual neste seu exílio inesperado?». Respondi com um pouco de vergonha: «A número três». «Então, não fique aflito. Eu vou pela catorze».

Naquela noite não falámos sobre Proust.



UDP, na sua concepção original e no seu próprio desenvolvimento, é uma concepção de esquerda nacional. É a cristalização, no terreno político, da unidade de operários, camponeses e classes médias. É a rearticulação do bloco social revolucionário que fez a revolução de 1952.

Acção unitária

— Perante a desarticulação e a dispersão das classes sociais, a UDP é o instrumento político capaz de aglutinar esse conjunto de classes interessadas na construção de uma nação boliviana.

As componentes fundamentais da UDP são as que unem as duas linhas políticas às quais me referia: o nacionalismo revolucionário, representado pelo MNRI e pela sua liderança tradicional, que tem umas bases tão poderosas como as do doutor Hernán Siles Zuazo e, por outro lado, o Partido Comunista (PCB), de orientação marxista. A presença dessas duas forças e do MIR dá uma ideia de como a UDP foi pensada e construída em termos da esquerda nacional. Isso não significa que a UDP seja uma resposta definitiva, pronta, que não tenha contradições no seu seio, mas só a prática de uma acção unitária pode levar a superá-las.

O que é que a UDP propõe para tirar o país da situação catastrófica em que se encontra?

— A crise que estamos a viver é de uma gravidade e de uma profundidade como jamais se viu. Isso coloca também uma responsabilidade muito maior sobre as forças políticas que tentam ser ou apresentar-se como alternativas à situação em que nos encontramos. Mas, para dar uma resposta a esta situação, é indispensável analisar o motivo pelo qual ela existe. E

o responsável directo e imediato por esta situação crítica que o país vive é o ciclo militar retrógrado na sua expressão «garciamezista», na sua expressão de criminalidade. É nessa tentativa criminoso, nessa tentativa aventureira de 17 de Julho de 1980, que está a raiz mais imediata dessa situação crítica. Mas o «garciamezismo» não é mais do que um subproduto criminoso do banzerismo. Já na época do banzerismo estava a ser chocada uma crise do modelo económico, que acabou por se tornar visível, com uma gravidade impressionante, durante o regime de García Meza e Arce Gómez.

A primeira conclusão que se tira desse tipo de análise é, portanto, a de que o país precisa superar esse ciclo militar retrógrado. O país precisa de encontrar uma solução política o mais depressa possível, para enfrentar a crise económica. Já é um lugar-comum no nosso país dizer-se que não haverá possibilidade de enfrentar a crise económica se não for através de um governo de credibilidade, de um governo de confiança, de um governo de consenso nacional e popular. E nós sabemos que, precisamente, o ciclo militar retrógrado, com os seus sucessivos continuísmos, não dará credibilidade, nem confiança, nem goza do consenso da população, nem da nação.

É daí que surge, portanto, a nossa posição sobre a necessidade de uma solução política imediata. Não qualquer tipo de solução política imediata, mas aquela que recupere a legitimidade que foi deixada de lado, de maneira cruel e sangrenta, a 17 de Julho de 1980. Isto é, diante da usurpação, nós pregamos a legitimidade, e achamos que a legitimidade está claramente expressa na UDP e no seu binómio, Hernán Siles Zuazo e Jaime Paz Zamora. São eles que têm que construir um governo de unidade nacional. É esse o único contexto dentro do qual se poderá enfrentar a crise económica.

Eu faço menção especial a isso porque, ao contrário do que poderia ter sido em 1980 — quando com a vitória e a maioria relativa que a UDP obteve e a ratificação necessária que mereceu por parte do Congresso como outras forças o haviam anunciado oportunamente, em 80 — a UDP ia constituir um governo udepista, um governo que expressasse essencialmente o que havia sido a proposta política da nossa frente.

E depois do período de destruição nacional que vivemos com García Meza e Arce Gómez, agora em 82, vemo-nos obrigados a satisfazer um clamor popular e um clamor nacional, no sentido de constituirmos um governo de unidade nacional. Isto é, um governo que, tendo como eixo central a UDP e as suas propostas de carácter popular, nacional, democrático, e anti-imperialista, incorpore, para poder encarar a crise e para poder solucionar os problemas do país, outras forças políticas e sociais que estejam de acordo com um programa para tirar a Bolívia da grave crise e prostração nacional em que se encontra. Isto é, o que o país precisa neste momento é de um governo com legitimidade, é de uma solução imediata, mas uma solução de acordo nacional pela democracia. □

Brasil

Oposição vence eleições e governa metade do país

Após uma campanha eleitoral em que o acesso aos grandes meios de comunicação lhe foram impedidos e com «regras de jogo» especialmente criadas contra ela, a oposição alcançou resultados que permitem pensar: «agora sim, a 'abertura democrática' é irreversível»

Francisco Viana

Os últimos mas ainda sólidos laços que atrelam o Brasil ao autoritarismo começaram, afinal, a romper-se no dia 15 de Novembro. Bastou que as urnas fossem abertas para que 58 milhões de eleitores, submetidos há quase duas décadas a rigoroso jejum eleitoral, emergissem com a força de um furacão para demolir as ambições governamentais de obter uma consagrada vitória popular. Em menos de duas semanas, o Brasil saltou de um regime fechado, sob a tutela de um selectivo grupo de militares e tecnocratas, para uma realidade política nova, onde os candidatos oficiais foram varridos da metade do mapa nacional por uma insurreição pelo voto. Mesmo dividida pelo arsenal de casuísmos do governo, que vinculou os votos (*) e vetou o acesso dos candidatos à televisão na última fase da campanha, as oposições conquistaram os governos de um espaço geográfico — que corresponde a duas vezes a superfície da Espanha —, onde estão concentrados 63 milhões de pessoas e 70 por cento do Produto Interno Bruto.

Uma vitória que desenha horizontes bastante optimistas para as forças populares e democráticas do país. Principalmente, se for levado em conta que o governo perdeu nos dois epicentros da vida política e económica do país: em São Paulo, onde



A vitória de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro poderá ser a primeira etapa na criação de um forte partido socialista à escala nacional

fica o maior parque industrial do continente, venceu o senador Franco Montoro, candidato do PMDB; e no Rio, contrariando todas as previsões dos estrategos do governo, as urnas deram a vitória ao líder socialista Leonel Brizola, que, futuramente, organizará um poderoso partido socialista, aglutinando particularmente as forças políticas dispersas no Partido dos Trabalhadores — que sofreu retumbante derrota no pleito — e na frente denominada Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A força da legitimidade

As eleições governamentais no Brasil foram as primeiras realizadas desde 1965. Naquele ano, o país ainda vivia sob o impacto do golpe militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart e a vitória das oposições em dois estados-chave — Minas Gerais e Rio de Janeiro — provocou grande agitação entre a *linha dura*. Não houve apoio militar suficiente para impedir a posse dos eleitos, mas três anos mais tarde, já melhor articulada, a *linha dura* pôde banir as eleições directas da Constituição e impor ao país o Acto Intitucional número 5, que permitiu ao governo reunir poderes infinitamente maiores do que dispunham os dirigentes do tempo do império.

Desta vez, as eleições realizaram-se num cenário completamente diferente. O fracasso do modelo económico — que concentrou excessivamente o rendimento e favoreceu abertamente a penetração das transnacionais no país — retirou ao governo todos os seu pilares de sustentação. As classes médias votaram maciçamente com a oposição, a Igreja abraçou a causa dos oprimidos e o empresariado, em várias ocasiões, manifestou-se claramente favorável à democracia. Em São Paulo, no Rio e em Minas Gerais, principais pólos económicos do país, a vitória da Oposição foi vista como um acontecimento normal, só tendo despertado reacção ostensiva por parte da rede monopolista de comunicação social da *Globo* que durante o apuramento de votos ma-

nipulou o noticiário para dar a impressão de que o governo disputava duramente o pleito. O fenómeno registou-se mais especificamente no Rio, onde, ao contrário dos demais órgãos, o noticiário da *Globo* mostrou sempre o candidato situacionista, Moreira Franco, à frente de Leonel Brizola. As urnas demonstraram justamente o contrário.

Foi a grande excepção. No restante, o governo esforçou-se por absorver a vitória da oposição e tentar tingi-la com as cores de uma vitória do seu partido o que, de certa forma, conseguiu assegurar graças a alguns artificios. Essa «vitória» materializa-se particularmente na maioria que ainda possui no Congresso Nacional (335 lugares, contra 314 das oposições), uma garantia, pelo menos no actual momento, para a sucessão indirecta do presidente da República. Aliás, o governo antes do pleito cercou-se de todos os cuidados para manter tal trunfo nas mãos: aproveitando-se da maioria de que dispunha, fez aprovar uma lei que exige maioria de dois terços para qualquer mudança na Constituição. Isto dá-lhe tranquilidade para manter inalteradas as regras do jogo, já que a lei da fidelidade partidária impede que mesmo os descontentes do partido oficial, o PDS, entrem em acordos com as oposições.

No entanto, há indícios de que dificilmente, a situação se manterá prisioneira de tal rigidez. As eleições trouxeram à tona inúmeros pretendentes, do próprio sistema, à sucessão do presidente Figueiredo, que ocorrerá em 85, muitos deles sem nenhuma hipótese de vitória fora do quadro das eleições directas. É o caso, por exemplo, do ex-governador paulista, Paulo Maluf, eleito deputado federal pelo PDS em São Paulo com mais de 600 mil votos que não teria qualquer hipótese numa eleição indirecta por força das arestas que cultivou dentro do próprio sistema. Com uma intensidade menor, seria também o caso do actual governador da Baía, António Carlos Magalhães, um dos condotáveis do sistema que contabilizou a maior vitória eleitoral.



O partido governamental ficou a controlar o colégio eleitoral que em 1985 escolherá o sucessor de Figueiredo

Por outro lado, as pressões tendem também a aumentar por força da legitimidade dos novos governos — de oposição ou não — que emergem no cenário nacional revitalizado pelo teste das urnas, enquanto o poder central jamais passou por teste semelhante.

Uma perspectiva favorável é a reorganização partidária que deve metamorfosear as faces dos actuais partidos, deixando cicatrizes profundas nas fileiras oficiais, de onde tende a sair uma boa parte dos seus quadros mais liberais. Ocorra o que ocorrer, um facto é certo: as eleições decretaram o fim de uma era de decisões num círculo fechado de mandarins da República e devolveram aos partidos políticos parte da antiga força perdida com o derrube de Goulart e a ascensão dos militares.

Novo ciclo

O alcance profundo das eleições de Novembro ainda não é bem visí-

vel a olho nu. De concreto, existe um dado tranquilizador: os militares que tutelam a nação há 18 anos, têm mantido uma posição discreta, limitando-se a assegurar, em sucessivas declarações, que os eleitos tomarão posse. O próprio presidente Figueiredo, irritou-se quando, nas vésperas do pleito, um repórter lhe perguntou se Leonel Brizola — o adversário mais temido pelo sistema —, eleito, tomaria posse. Figueiredo correu o país inteiro fazendo campanha pelo seu partido e, por diversas vezes, empenhou a sua palavra na garantia do respeito às urnas. Tudo isso, mais a crescente mobilização dos grandes centros urbanos e os rigores de uma violenta crise econômica levam a crer que a abertura política é irreversível. Fora dela o país mergulharia num processo de confronto de dimensões imprevisíveis.

«Terminou o tempo em que meia dúzia de pessoas pintavam murais monumentais, mas sem ajudas de escadas, nem de nada», prefetizou o ex-ministro Chefe da Casa Civil da Presidência, Golbery do Couto e Silva, ao avaliar o resultado das eleições. Por outras palavras, queria dizer que o autoritarismo envelheceu e, em seu lugar, renasce a discussão e a negociação política.

Na óptica do líder socialista Leonel Brizola, o país efectivamente caminha para um renascimento, que se materializará numa Terceira República. Não seria, como as anteriores, a República dos donos de grandes latifúndios, nem dos empresários das transnacionais. Nela, o personagem central seriam os trabalhadores.

Com efeito, o Brasil que floresce das urnas é um país em intensa mobilização. Do campo às fábricas, das favelas às associações de bairro, dos elegantes bairros de São Paulo e da Zona Sul carioca, essa palavra-de-ordem parece estar em todos os espíritos. Há uma consciência nacional de que o regime militar fracassou e que os seus tecnocratas vêem, há duas décadas, a nação através de espessas lentes escuras. Assim, a democracia transformou-se no grande anseio do país. E isso

fica claro quando os próprios governadores eleitos pelo partido do governo se proclamam contrários à centralização que o sistema exerce sobre o país, exigindo autonomia econômica para os seus estados e propondo-se defender reformas sociais. Pormenor: de cada dez cruzeiros arrecadados nos estados, sete ficam em poder do governo central.

A linha dura está isolada socialmente. Tanto que a tentativa de manipulação dos resultados eleitorais no Rio por parte das emissoras (Rádio e Televisão) e do jornal do poderossíssimo sistema Globo, foi imediatamente repelida por forte reacção da sociedade. A emissora recebia diariamente cerca de 3000 reclamações (o normal são 200 por dia), os jornalistas apressaram-se a formular veementes protestos e quase toda a grande Imprensa denunciou, repetidas vezes, essa manipulação.

Encruzilhada histórica

Passados 18 anos de governo autoritário, o Brasil encontra-se como alguém que, após uma longa caminhada numa floresta completamente escura, vislumbra uma clareira, com vários caminhos à frente. Na verdade, a diversidade de rotas é uma ilusão porque há apenas dois destinos. No caso brasileiro, o primeiro caminho — o proposto pelo actual modelo económico — levaria ao esmagamento de toda a acumulação industrial feita à custa de duras penas e do sacrifício de duas gerações de trabalhadores. Por essa rota, o Brasil voltaria aos primórdios da década de 30. A outra conduz ao fim da sua posição de economia periférica e dependente, com a consequente ruptura dos laços com o imperialismo e a incorporação de grandes massas marginalizadas na produção e no consumo.

É esse o dilema da adolescente democracia brasileira. O país que chegou à revolução industrial com meio século de atraso, não pode deixar passar a oportunidade histórica de dar saltos e equiparar-se, pelo menos parcialmente, às nações in-



A oposição (PMDB) venceu no maior centro operário do país

dustrializadas na revolução electrónica. O desfecho de situação tão delicada tem importância vital para os países do Terceiro Mundo e, particularmente, do continente latino-americano, ainda subjugado por algumas ditaduras ferozes.

O crepúsculo do autoritarismo brasileiro pode ser decisivo para as mudanças que começam a abalar os alicerces das ditaduras do Cone Sul. E terá, também, importância vital para atenuar as tentativas norte-americanas de exportar para o Terceiro Mundo a crise que abala a sua economia.

Nesse particular, a vitória do líder socialista Leonel Brizola, no Rio, reveste-se de singular importância. Mesmo a burguesia nacional entende que a África e a América Latina são os dois grandes aliados brasileiros para romper os laços de dependência. Daí, estarem avançando, ainda que timidamente, nestas duas direcções. Um partido socialista vigoroso poderá apressar o processo. Resta agora esperar a posse dos eleitos e aguardar os ventos de mudança, de cuja intensidade dependem os rumos da abertura política. □

(*) Além de extinguir artificialmente o bipartidarismo instituído após o golpe militar, o governo obrigou à vinculação de votos, isto é, o eleitor só poderia votar num mesmo partido, como tática para incentivar a divisão das oposições e garantir uma margem substancial de votos para o seu partido, que detém amplo controlo sobre o eleitorado do interior e da periferia das cidades das regiões mais atrasadas do país.



Na grande ou pequena intervenção damos-lhe a garantia da nossa experiência

- *montagem de estruturas metálicas
pórticos
pontes rolantes e transportadores*
- *movimentação, elevação
montagem de equipamentos pesados*
- *montagem de torres processuais
reservatórios de armazenagem*
- *pré-fabricação e montagem de tubagem*
- *montagem de equipamento rotativo*
- *cedência de pessoal especializado*

servimos as indústrias:

petróleos
petroquímica
química
cimentos
naval
energia
celulose
papel
siderurgia
mineira
agrícola
alimentar

TONUS

Montagem e Aluguer de Máquinas, Sarl

Lisboa – Porto – Setúbal – Sines

Sede: Av. 5 de Outubro, 114-1.º Dt.º – 1000 Lisboa

Frente de libertação ou desintegração nacional?

Cercada pela desconfiança do povo, a classe política atravessa uma das mais graves crises da sua história defrontando-se com alternativas nada animadoras

Miguel Bonasso *

A entrada da Argentina no processo pré-eleitoral está a verificar-se nas piores condições possíveis.

O aparelho repressivo que provocou o desaparecimento de 30 mil pessoas e enviou para o exílio centenas de milhares de argentinos está intacto e é evidente que não existe o menor interesse oficial em desmantelá-lo. O regime militar fez, pelo contrário, severas advertências a políticos e jornalistas empenhados em esclarecer os tão famosos excessos da guerra suja.

Porém, os diversos organismos gerados pelo terrorismo de Estado, não procuram só manter o passado na sombra, como continuam a actuar no presente e ninguém está em condições de afirmar que deixarão de operar no futuro.

Nos últimos meses, as «patotas» — como são chamadas esses grupos na gíria política — realizaram inquietantes incursões nocturnas às casas de três dirigentes das Mães da Praça de Maio, sequestraram a jovem peronista Patricia Bullrich e seis militantes de uma pequena organização de esquerda, «Política Operária», além de darem uma tre-



Uma foto que comoveu o país: um polícia e uma das mães da Praça de Maio. Pensou-se que algo mudava na Argentina, mas «foi uma foto, uma mentira»

(extraída da revista uruguaia «La Semana», n.º 311)

menda surra no sindicalista Armando Carpio e ameaçarem de morte diversos defensores dos direitos humanos.

A Junta militar, que tornou a ser o

órgão supremo do poder após um lapso de 92 dias em que deixou de funcionar devido a desentendimentos entre as três armas, reagiu diante das acusações da sociedade civil

Dirigente peronista. Ex-secretário de Imprensa da Frente Justicialista de Libertação (FREJULI) e ex-director do matutino «Noticias» de Buenos Aires

com um claro espírito de corporação. Depois de anunciar que providenciará as verbas legais para proteger as instituições militares e de segurança, tornou a lembrar aos ingênuos que os hipotéticos grupos ultradireitistas não funcionaram nem funcionam na Argentina. «Todas as operações realizadas contra os bandos terroristas — segundo informou um comunicado da Junta — foram executadas conforme os planos aprovados e supervisionados pelos comandos orgânicos das Forças Armadas».

A impossibilidade de se mexer no aparelho repressivo é uma barreira decisiva para o regresso à democracia. Mas não é a única.

A irresponsável aventura bélica das Malvinas, com o seu saldo de mortos e mutilados, o seu sórdido mercado negro com os alimentos dos jovens soldados e a covardia de muitos chefes, exige sanções que vão além da simples reforma de alguns oficiais superiores.

As investigações, segundo os dirigentes políticos e sindicais mais combativos, não devem limitar-se ao conflito bélico e ao genocídio: devem incluir também os delitos económicos cometidos no calor de uma luta política que só beneficiou o capital financeiro e de uma corrida armamentista que provocou uma sangria de cerca de 8 mil milhões de dólares.

Figuras eminentes do regime iniciado em 24 de Março de 1976, como o brigadeiro Cacciatore, o general Harguindeguy e o ex-ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz, tiveram um vertiginoso crescimento dos seus patrimónios, o que suscita as suspeitas de uma opinião pública empobrecida pelo «Mágico de Hoz» e outros seguidores da Escola de Chicago. E é, precisamente, das genialidades dos Chicago Boys que decorrem outras calamidades que tornam problemático o regresso à democracia.

A dívida externa subiu em seis anos de 9 para 39 mil milhões de dólares; a indústria de manufacturados foi reduzida de 50%; o Produto Interno Bruto (PIB) manteve-se estagnado (anos de pequeno crescimento e outros de retrocesso); o de-

semprego atingiu 2 milhões de trabalhadores. Tudo isso para que o índice de inflação — que em 1982 estará na casa dos 200% — continue a ser o mais alto do mundo.

Essa crise argentina que se encaixa e se retroalimenta com a crise mundial, provoca terríveis resultados sociais: o país sul-americano que, juntamente com os Estados Unidos, abrigou as grandes migrações europeias no fim do século passado, «vomitou» para o mundo dois milhões de emigrantes nos últimos seis anos; 15 mil crianças morrem sem atingir um ano de vida devido à subnutrição e às doenças da miséria; são organizadas panelas populares na Grande Buenos Aires e na própria capital federal. (Só numa paróquia, a de Quilmes, a cargo do bispo Novak, são alimentadas 27 mil pessoas).

Multidões de mendigos perambulam pelas ruas de Buenos Aires, a outrora orgulhosa capital europeizante, que está a aprender e a pagar um preço muito alto pelas suas lições de «latino-americanização».

Entre o ceticismo e o ódio

Para esses argentinos desempregados, que não têm seguro social, para esses trabalhadores que recebem um salário mínimo de 65 dólares mensais quando o orçamento familiar ultrapassa os 100 dólares, para esses empresários falidos pelos créditos «indexados» que multiplicam o capital inicial a ser restituído, para os produtores rurais dos estados que assistiram impotentes ao derube das economias regionais e para uma vasta classe média proletarizada, as eleições estão muito longe de ser um remédio.

Encurralados entre o ceticismo e o ódio — que faz com que muitos dirigentes prevejam uma explosão social — só vêem um paliativo, uma trégua na transição para um governo civil. *Pelo menos os «milicos» vão-se embora*, diz o homem da rua. Mas no seu foro íntimo, ele receia um regresso inevitável.

Esse ser anónimo, frustrado, enganado, humilhado, também não confia na classe política argentina.

E tem boas razões para essa desconfiança. Os políticos argentinos (salvo uma honesta minoria que é preciso reconquistar) apoiaram a implantação da ditadura; posteriormente, opuseram-lhe uma resistência apenas retórica; mais tarde, aderiram alegremente à trágica farsa das Malvinas e quando a derrota no arquipélago levou o Partido Militar à mais profunda divisão da sua história e ao mais extremo ponto de fraqueza, não souberam aproveitar as circunstâncias para impor uma democracia real, sem concessões.

Os dirigentes da Multipartidária, que congrega peronistas e radicais, juntamente com outros partidos menores, saudaram, pelo contrário, o general Reynaldo Bignone — de reconhecida actuação na repressão clandestina — como um «autêntico democrata» e mostraram-se preocupados com a cisão das Forças Armadas.

É que a crise não atinge somente esse Partido Militar que governou durante esses seis anos em benefício próprio e no de uma oligarquia latifundiária transformada em oligarquia financeira e cada vez mais vinculada ao capital transnacional. Abrange também uma direcção política envelhecida, esclerosada, cada vez menos representativa, que se apressa a oferecer uma saída «democrática» ao regime oligárquico-imperialista.

A democracia «conciliada»

Nada nem ninguém pode fugir a essa cisão que paira sobre todos, a essa profunda divisão do corpo social que ameaça provocar a desintegração nacional. Há um divórcio entre os dirigentes e a base social, uma enorme brecha entre a sociedade civil e o Estado. A luta política superestrutural corre por um caminho; a luta social vai por outro. A primeira carece de força social organizada para impor um modelo representativo das maiorias; a outra é travada corajosamente nas ruas e nos locais de trabalho, mas não consegue ultrapassar o tecto corporativo, ou seja, os limites de simples agrupamento social, para transformar-se em poder político.

Isso explica o facto dos militares argentinos ainda estarem na Casa Rosada, apesar de todos os seus desastres e fracassos, e pretenderem «conciliar» a democracia com as forças civis. O que pressupõe, concretamente, «arranjar» um governo civil fraco, herdeiro da crise económica mas carecendo do poder necessário para provocar as mudanças indispensáveis que permitiriam superá-la. Esse governo, que não poderá investigar o que os seus antecessores fizeram, favorecerá a volta dos militares aos quartéis para lamberem as suas feridas, para se recompoem, para voltarem, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Esse modelo de «democracia conciliada», estilo Napoleón Duarte, seria, além do mais, grato aos olhos do imperialismo ianque. Permitiria que os eleitores fossem reprimidos democraticamente até pelos eleitos e evitaria surpresas desagradáveis (como a das Malvinas), às quais, de vez em quando, os militares ficam sujeitos.

A chave: o peronismo

Caso esse objectivo fosse atingido, a Argentina teria um governo peronista «moderado», com dirigentes de colarinho branco que sabem usar os talheres de peixe nas recepções oficiais, um governo que concretizaria a domesticação definitiva do grande movimento de massas que deve encabeçar a libertação nacional e social da Argentina.

Esse governo peronista não tardaria a defrontar-se com as suas próprias bases peronistas, que constituem o grosso da classe trabalhadora, como já aconteceu em 1975 durante a gestão de Maria Estela Martínez de Perón.

Dáif que os olhares da oposição real se dirijam simultaneamente para o que está a acontecer no Movimento Peronista e no movimento operário organizado. Estão aí as chaves de um genuíno regresso à democracia.

John William Cooke, o grande teórico do peronismo revolucionário, registava na década de 60 um fenómeno que continua em vigor: no

peronismo, os dirigentes não estão à altura das bases. Muito tempo depois, um digno sucessor de Cooke, o escritor militante Rodolfo Walsh, diagnosticava que, na Argentina, — ao contrário do que aconteceu noutros países — a vanguarda revolucionária nascia do movimento de massas.

Ambas as afirmações continuam a ser exactas em 1982.

Uma nova direcção política

Nenhum dirigente iluminado criou o novo movimento sindical de base que se exprime nas Coordenações e nas regionais da CGT combativa com sede na rua Brasil; nem a associação das Mães da Praça de Maio; nem a organização de donas-de-casa que fazem «greve de consumo»; nem os grupos incipientes que pedem a anulação do serviço militar e a redução drástica das despesas militares, nem os novos organismos que congregam os desempregados; nem tantas outras expressões de rebeldia que brotam das entranhas do povo, como as assembleias populares que se realizam nos bairros e têm o nome sugestivo de «Conselhos Abertos» (*Cabildos Abiertos*).

Essas expressões, que abrangem desde a reivindicação económica até à resistência cultural à imposição de um novo modelo de lavagem cerebral colectiva, demonstram a energia política que um novo projecto, uma nova direcção política, deve organizar para impor uma democracia genuína. Um verdadeiro Estado Social de Direito. Um *Nuremberg* definitivo que não seja só vinganças, mas sim uma garantia contra futuros genocídios.

A Frente de Libertação

O vento do povo precisa de um canal para chegar aos seus objectivos históricos, para erradicar o poder económico, político e militar de uma oligarquia que está a levar o país para a beira da guerra civil.

A solução está no peronismo. Como sempre. Mas não só no peronismo. E tao-pouco em qualquer pe-



Bignone: um general da «guerra suja» saudado por um sector da oposição

ronismo. Mas num peronismo renovado, democratizado, no qual os trabalhadores não sejam somente «a coluna vertebral do Movimento» (como reza um antigo axioma) mas a cabeça e o motor das transformações.

Esse peronismo com mentalidade de vitória, iluminado por um programa, conduzido por legítimos representantes das bases, pode convocar e dirigir uma extensa Frente de Libertação Nacional. Isto é, um canal mais amplo para a recuperação da democracia, para o qual devem convergir outras correntes libertadoras, oriundas da esquerda, do cristianismo, do pensamento democrático e nacionalista que foi cunhado no velho tronco radical.

Sem uma Frente que sintetize as aspirações sociais e políticas dos sectores populares não há possibilidades de se mudar esse empate histórico entre uma maioria desarmada e uma minoria que se apoia nas baionetas.

As alternativas da Frente são sombrias. Seja tratando-se de um golpe repressivo para impedir as eleições, seja de uma democracia de acordo com o Partido Militar.

As duas são igualmente funestas. As duas manteriam o país no cone de sombra e terror em que ingressou há muitos anos, aliás anos demais. □

arnaud

desde 1870

EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE

CARGA AÉREA
FRETAMENTOS
GRUPAGENS
DESPACHOS
CONTENTORES
CAMIÕES TIR

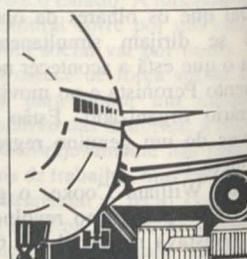
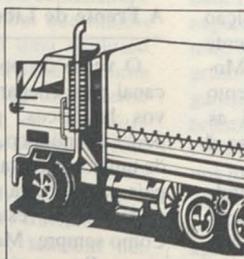
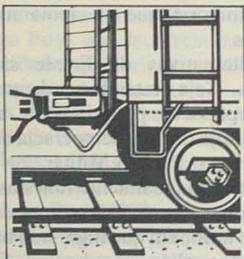
PORTUGAL
LISBOA
ESCRITÓRIOS
Av. 24 de Julho, 2-2.º D
Telef. 361391/2/3/4/5
Telex 12704 ARNAU P
1200 LISBOA

PORTUGAL
PORTO
ESCRITÓRIOS
Rua Infante D. Henrique, 83-2.º
Telef. 315511
Telex 22200 ARNOPO P
4000 PORTO

REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA
LUANDA
Av. 4 de Fevereiro
Edifício Presidente, SALA 441, 4.º Andar
Caixa Postal 2271
Tel. 71788/71483/71518
TELEX 3159 ARNAUD AN
LUANDA

REPÚBLICA POPULAR
DE MOÇAMBIQUE
MAPUTO
Av. Armando Tivane, 494
Tel. 741143
Telex 6528 COFIN MO
MAPUTO

MARINHA GRANDE • AÇORES • MADEIRA



A maior vitória numa guerra é aquela que a pode evitar

O país sofre «uma invasão silenciosa mas sangrenta», movida pelos EUA, em que as Honduras funcionam como trampolim da agressão

António Silva Marques (*)

S'E limitássemos as nossas informações às que nos chegam através das grandes agências de informação já teríamos reduzido a revolução popular sandinista a um regime militarizado, que constantemente ameaça os países vizinhos e onde a «tolerância na vitória» tinha acabado.

Depois da minha presença durante todo o mês de Agosto na Nicarágua, onde a alegria popular e a vigilância revolucionária se misturam, algumas «preocupações» me acompanham.

Como é possível à Nicarágua ser um país livre e soberano que seja respeitado pelos E.U., estando situado numa área estratégica e vital para os interesses norte-americanos? Quais os custos a pagar pela «ousadia» quando, para além das proximidades do império, a região se encontra numa profunda crise económica e política?

Não há respostas fáceis; e nem é essa a nossa intenção. Reflectir sobre alguns aspectos que esta situação coloca à revolução sandinista e aos processos democráticos da região, é sim o objectivo.

Num documento do Instituto Histórico Centro-Americano da Nicarágua, do passado mês de Julho, pode ler-se.

«... A revolução popular sandinista não se faz num vazio regional, não se constrói numa ilha, mas faz-se numa região profundamente integrada política e economicamente».

... Nestas circunstâncias, como resolver este dilema de fazer pacificamente, com o menor custo social possível, a transformação revolucionária dentro desta conjuntura económica-política da Centro-América, especialmente no momento em que esta área foi eleita como campo de batalha pela Administração Reagan? Tudo isto, além do mais, dentro do marco de tensões internacionais ... que estão intervindo por interesses diversos na região.

A actual situação política da região não é a mesma de 19 de Julho de 1979. Houve mudanças políticas que, globalizadas, alteraram negativamente as possibilidades de saída

das políticas para as forças democráticas e revolucionárias. Verificaram-se, no entanto, algumas excepções. A eleição do Presidente Bettencourt, na Colômbia, — que decidiu participar activamente no movimento dos não-alinhados e denunciou o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) — e as mudanças de posições políticas do Presidente venezuelano Herrera Campino, depois do conflito das Malvinas. De resto, Herrera Campino foi o convidado de honra ao III aniversário da revolução nica-

(*)Membro do Grupo de Solidariedade com a América Latina (GSAL) — Portugal



Antigos guardas somozistas e outros contra-revolucionários fustigam as populações junto das fronteiras

raguense, com declarações positivas em relação a esta, e onde fez a defesa do «latino-americanismo» como denúncia do papel dos norte-americanos nesses países. O regresso dos civis ao poder na Bolívia é mais um raio de luz a entrar pelas janelas da democracia.

Noutros casos, no entanto, as coisas complicam-se: A Casa Branca viu entrar pelas suas portas a equipa norte-americana mais militarista das suas últimas administrações. Desde a sua campanha eleitoral que a destruição da revolução nicaraguense fazia parte de um dos seus objectivos políticos — reconhecidos e afirmados publicamente. O Documento de Santa Fé, elaborado por assessores de Ronald Reagan, indicava o caminho.

Os E.U.A. na ofensiva

«... a guerra e não a paz é norma nos assuntos internacionais» e continuava «... para os E.U. o isolamento é impossível. Conter a URSS não é suficiente. O desanuviamento está morto. A sobrevivência exige dos E.U. uma nova política externa. Os E.U. devem tomar a iniciativa ou desaparecer». Se é verdade que os E.U. não desapareceram, o mesmo não se pode dizer de Omar Torrijos, ex-Presidente do Panamá, e Jaime Roldós, ex-Presidente do Equador, que em curto espaço de tempo desapareceram em desastres aéreos — 24 de Março e 30 de Julho de 1981 — sem até hoje se conhecerem as suas causas. O Documento de Santa Fé tinha declarado que a política seguida por estes dois líderes era um obstáculo aos interesses norte-americanos na região. Tinham cometido o «crime» de apoiar activamente os sandinistas e, por isso, até provas em contrário...

Mas deixemos a Administração Reagan com as suas análises. Em finais de Junho passado o Departamento de Estado norte-americano fez circular entre os seus principais funcionários um documento de três páginas onde se afirmava que... «o curso dos acontecimentos na América Central está agora a nosso favor».

«Em El Salvador, a capacidade

militar melhorou consideravelmente... os programas de proibição de armas têm tido cada vez mais êxito... o papel solidário do México está a diminuir à medida que o país vai enfrentando mais problemas domésticos de ordem económica.

«Na Guatemala, a raiz do golpe instalou um novo líder... e abriu caminho para um esforço mais eficiente no campo da contra-insurreição... nas Honduras, a ditadura foi afastada por um governo democrático e desejoso de oferecer a sua cooperação na luta implementada contra as guerrilhas em El Salvador e as forças anti-



Daniel Ortega, coordenador da Junta de Governo da Nicarágua

-democráticas na Nicarágua. Na Costa Rica, um governo ineficaz foi afastado, por meio de eleições por um governo dotado de um mandato forte e convicção de que a Nicarágua deve ser tratada com firmeza.»

«... na Nicarágua, a situação deteriorou-se... graças à maior efectividade dos grupos anti-sandinistas que operam ao longo das fronteiras do país. Incrementaram-se as pressões.»

Uma invasão silenciosa...

Os conselheiros norte-americanos têm alguma razão ao afirmarem que os acontecimentos na América Central estão a correr a seu favor... só que os governos «democráticos» da região já há muito deixaram cair a máscara — nas Hondu-

ras, a eleição do liberal Suazo Cordova não alterou o poder efectivo do aventureirista, belicista e repressivo Chefe das Forças Armadas, general Gustavo Alvarez. Por outro lado, esquecem-se que os povos existem assim como as suas vanguardas — FSLN na Nicarágua, FMLN/FDR em El Salvador, URNG/CGUP na Guatemala e as organizações nascentes nas Honduras — que não seguem as regras das suas análises.

Mas nem tudo é um «mar de rosas», mesmo segundo a Administração Reagan, lê-se no documento: «... no entanto, existem grandes obstáculos: sérios problemas económicos continuam a sacudir a região. Costa Rica e Honduras enfrentam um período de extrema austeridade que os coloca numa posição muito vulnerável perante a instabilidade social e a subversão... a coligação política no poder em El Salvador continua a ser frágil... Na Guatemala não é muito seguro que o novo governo consiga manter-se no poder... prevalecem sérias insuficiências nas forças militares das nações que apoiamos.»

O Documento reconhece estes problemas. «A principal dificuldade em conseguir a nossa política está em obter o apoio necessário no Congresso» e conclui:

«Se não conseguirmos esses votos (no Congresso), encaremos novas possibilidades de uma resposta político-militar na América Central, com graves consequências para a segurança nacional.»

Como podemos constatar, a solução de intervenção militar maieira para a administração norte-americana está sempre presente. Não são fantasmas ou paranóia anti-norte-americana dos dirigentes sandinistas!

O comandante Daniel Ortega, coordenador da Junta do Governo, dizia a 19 de Julho em Masaya:

«... Sofremos uma invasão silenciosa mas sangrenta e a América Central está à beira da guerra»; o Cde. Luís Carrion, vice-ministro do Interior, na mesma altura alertava:

«A agressão já começou. Nós não podemos continuar a falar

em nos prepararmos para a guerra, porque a guerra já começou».

Melhor entenderemos as palavras dos comandantes da Revolução Sandinista se nos debruçarmos um pouco sobre o papel cada vez mais importante que os norte-americanos estão a atribuir às Honduras — fronteira com três grandes «preocupações» da administração Reagan: El Salvador, Guatemala e Nicarágua.

Honduras: a ponta de lança da agressão

Foi o próprio general norte-americano Nutting quem declarou publicamente que existiam já — Julho de 1982 — naquele país centro-americano 120 assessores, incluindo técnicos militares e «boinas verdes», 79 dos quais tinham participado em manobras conjuntas, segundo foi admitido pelo Departamento de Estado.

A esse propósito dizia à Agência Nova Nicarágua, em 18 de Agosto, Marco Virgílio Carias, presidente do Partido Socialista das Honduras: «...Em 1969, as Honduras contavam com um orçamento militar anual que não ultrapassava os 8 milhões de dólares e um exército de 5 mil homens. Actualmente essas cifras sobem aos 25 mil homens e o orçamento, de acordo com os dados oficiais, a 30 milhões de dólares, sem contar com a ajuda militar directa dos Estados Unidos... isto indica a real dimensão do processo de militarização crescente para que têm sido empurradas as Honduras pelos Estados Unidos».

De facto, o significativo incremento da ajuda militar às Honduras, transformou este pequeno país de 3,5 milhões de habitantes no terceiro país da América Latina a receber a maior ajuda dos norte-americanos. Segundo dados oficiais, de 3,5 milhões de dólares em 1980 passou para 15,3 propostos para 1983, aos quais há que somar 21 milhões dedicados à construção/modernização de três bases aéreas localizadas junto à fronteira nicaraguense, que poderão, ser utilizadas tanto por aviões militares

hondurenhos como norte-americanos. Segundo o contrato estabelecido. Por outro lado, recentemente, começou a saber-se em círculos do Congresso norte-americano a existência de um «pacote de um pouco mais de 60 milhões de dólares que a administração Reagan estaria a preparar para as Forças Armadas hondurenhas sem conhecimento dos congressistas, na base de que a dita soma de dinheiro provinha de sobras de ajuda militar a outros países, que não foram utilizados e como tal não necessitavam da aprovação do Congresso».

A emenda Symmes

Entretanto, no passado mês de Julho, e durante três semanas, realizaram-se manobras militares conjuntas. Aviões tipo C-130 da Força Aérea norte-americana, estacionados na base do Panamá, transportaram forças hondurenhas e materiais de comunicação de Tegucigalpa até Purto Lempira, zona de acampamentos e actividades somozistas. Além disso, foram já anunciados por um alto funcionário da embaixada norte-americana em Manágua mais manobras militares conjuntas dos exércitos das Honduras e E.U. para Novembro.

Cabe ainda nessa ofensiva militar norte-americana para a região referir a aprovação pelo Senado, no passado 11 de Agosto, da Emenda

Symmes. Esta resolução torna possível o envio de tropas norte-americanas para as Caraíbas e América Central para «impedir por todos os meios necessários a agressão cubana ao continente». Imediatamente, a 13 de Agosto, o ministro da Defesa hondurenho, José Serna Hernandez, referindo-se à resolução aprovou a possibilidade de uma intervenção norte-americana no seu país «porque é agora que os E.U. reagem energicamente em defesa da democracia destes países».

Em «From Gunboats to Diplomacy» (Das canhoneiras à diplomacia) que reconhece um conjunto de investigações preparadas para o comité de política dos Democratas no Senado dos E.U., Richards L. Millet escreve:

«A responsabilidade das Honduras em acções dos E.U. contra a Nicarágua... levanta o espectro de uma guerra regional, e torna impossíveis os esforços para a recuperação económica da região».

Como resultado deste estado de guerra junto à fronteira com as Honduras, há já a lamentar do lado dos sandinistas trezentos mortos entre milicianos, alfabetizadores, brigadistas de saúde, membros do Exército Popular e de efectivos da guarda fronteiriça.

Face a esta guerra «silenciosa» (?) e sangrenta que não é só militar, mas, pelo contrário, envolve pres-



Reagan e Shultz: a destruição da revolução nicaraguense faz parte dos planos da Casa Branca

sões e ameaças de ordem económica, como têm respondido o Governo e os dirigentes sandinistas?

Dizia o Ministro do Plano, Cdte. da Revolução Henry Ruiz:

«Estou convencido de que a revolução terá de tomar medidas, não importa de que tipo sejam, para se defender e manter incólumes os princípios de soberania e independência... temos sido flexíveis e até tolerantes. No entanto, começo a acreditar que um abuso desta política é tomar como tonto o Governo, ou desejar fazer dele cúmplice, devido à sua tolerância da contra-revolução»...

Nesta linha, o Cdte. Daniel Ortega dizia na Comemoração Central do III aniversário da Revolução: «A nossa principal arma é simplesmente o nosso valente, firme e organizado povo defendendo o seu direito à soberania»...

A níveis internos a resposta tem sido mobilizar o povo político/militarmente para uma guerra «silenciosa» que se pode transformar, de um momento para o outro, numa intervenção directa e maciça dos E.U.. A 18 de Agosto, em todo o país, iniciou-se o II período deste ano de instrução miliciana. Esta instrução prevê a preparação táctica de infantaria e tiro. São milhares de homens, mulheres e jovens que, de forma voluntária, se integram nas Milícias Populares Sandinistas que funcionam com reserva do Exército, para defender uma Revolução que lhes custou mais de 30.000 mortos e

100.000 feridos, numa população de 2,5 milhões de habitantes.

Propostas de paz

No plano externo, muitas têm sido as vezes que os dirigentes da Revolução têm demonstrado a sua disponibilidade para negociar, avançando, nalguns casos, com propostas de paz.

Em Março de 1982, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, dizia o Cdte. Daniel Ortega:

«Estamos dispostos a melhorar o clima de relações com os E.U. na base do respeito mútuo e do reconhecimento, sem condições, do direito à nossa autodeterminação».

Estamos dispostos a iniciar de imediato conversações directas e francas com o governo dos E.U.»

«... A Nicarágua está disposta a subscrever de imediato pactos de não agressão com todos os países limítrofes da área centro-americana, de modo a que se garanta a paz e a estabilidade interna na zona».

Para além desta proposta, a Nicarágua, através do Governo ou da FSLN, tinha já apresentado no XXXVI Período de Sessões da Assembleia Geral da Nações Unidas, em Outubro de 1981, e na Conferência Permanente de Partidos Políticos Latino-Americanos (COPAL), em Fevereiro de 82, propostas que iam ao encontro de uma saída negociada de paz para a re-

gião. No mesmo sentido, foi reconhecido ainda a proposta de Lopez Portillo, de Fevereiro de 82. No passado mês de Setembro, pela primeira vez, os governos venezuelano e mexicano subscreveram uma posição conjunta favorável à estabilidade democrática e de paz na região. O governo nicaraguense reconheceu o esforço sério dos dois governos e reafirmou que estará disposto a renunciar à aquisição de armas e a reduzir as suas forças armadas se forem desarmados os nicaraguenses residentes nas Honduras e posto fim ao seu treino militar nos Estados Unidos.

Numa declaração da Embaixada da Nicarágua em Washington, assinada pelo embaixador Francisco Fialhos, publicada no jornal *A BARRICADA* a 10 de Setembro de 82, aquele diplomata contesta a inexplicável exposição do Secretário Adjunto para os Assuntos Inter-americanos, Enders, em São Francisco, Califórnia, a que pretendeu chamar «Construindo a Paz na América Central». Francisco Fialhos lembra ao governo norte-americano a recusa constante de todas as propostas e esforços que o Governo nicaraguense tem feito para conseguir uma convivência normal e pacífica entre os dois governos e reitera que só através do diálogo sincero e sem pré-condições é possível construir as bases sólidas para uma paz verdadeira e duradoura. □

cadernos do
**terceiro
mundo**

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA,

Restantes Países 28 dólares USA

Um país que se viabiliza

Dispondo praticamente como único recurso natural a posição geo-económica e a sofrer os efeitos da longa seca do Sahel, Cabo Verde começa a criar as condições não apenas do seu desenvolvimento mas até da sua própria sobrevivência

Carlos Pinto Santos



TERRA cor de ferrugem, montes de arestas finas que nem lâminas, horizontes despidos de vegetação, pedra e mais pedra, a agreste paisagem cabo-verdiana é a violência do vento e o desespero da seca. Chão estéril onde o milho semeado três vezes, três vezes se recusa porque a chuva não veio e quando vem sabe a pouco, ou arrasa tudo levando consigo colheitas, casas, gente e gado.

Para quem desce do aeroporto da ilha do Sal, onde sobejam dedos

para contar as árvores em redor, essa imagem saheliana impõe-se-nos, saltando à memória o drama que acompanha o homem cabo-verdiano ao longo de quatrocentos anos, feito de fomes cíclicas que no nosso século vitimaram cem mil pessoas e do «querer ficar e ter de partir» que espalhou pelo mundo mais emigrantes do que gente a habitar o arquipélago.

A grande seca que desde 1968 golpeia vários países ao sul do Sahara — 15 dos 21 países africanos

mais pobres estão nesta região — reduziu os já tão fracos recursos hídricos de Cabo Verde, tornando raros os lençóis de água persistentemente procurados pelos poços artesianos. Em duas ilhas que são pólos do desenvolvimento do país — S. Vicente onde se concentra a modesta indústria cabo-verdiana e Sal na qual o aeroporto «Amílcar Cabral» tem condições de se tornar um dos principais pontos de ligações intercontinentais em África — a água potável é conseguida através

de dispendiosos processos de dessalinização⁽¹⁾.

Um longo processo de desertificação

O processo de desertificação em Cabo Verde vem de longe e embora não se saiba a época exacta do rompimento ecológico, tem-se por certo que apesar de nunca terem existido florestas nas ilhas — o nome de baptismo dado pelos navegadores portugueses foi talvez ilusão provocada pelo arvoredo da Ribeira Grande na ilha Santiago, primeiro local de desembarque — a destruição da vegetação agravou-se nos anos que antecederam a independência quando os efeitos da seca do Sahel começaram a fazer-se sentir na ausência de uma política de arborização.

«Se a independência tivesse tardado vinte anos, este país seria muito provavelmente inviável». Esta expressão de um membro do governo cabo-verdiano estabelece a ligação e a diferença entre duas épocas muito distintas mas próximas na história recente de Cabo Verde, ao referir-se à luta contra a erosão no derradeiro período colonial e nos anos pós-independência.

Entre 1930 e 1947, a administração colonial, levou a cabo uma campanha de reflorestamento que se limitou aos perímetros húmidos de altitude das ilhas de Santiago, Fogo e S. Antão. Não obstante o carácter repressivo de que se revestiu e que ficou dolorosamente gravado na memória do povo cabo-verdiano a campanha teve, no entanto, um efeito regenerador, nessas zonas, conservando solos, retendo águas, criando forragens e lenha. Porém, no quarto de século que precedeu a independência, pouco ou nada foi feito no combate à desertificação, provocando uma degradação acelerada do terreno ano após ano.

Em 1982, sete anos depois de Aristides Pereira ter assinado com o então primeiro-ministro português, Vasco Gonçalves, o acto que deu

nascimento ao novo Estado, os sinais de transformação da terra cabo-verdiana começam a surgir centrariando a rudeza do clima e seculares «fatalismos». Por todo o arquipélago se erguem já muros ou diques de conservação de terrenos e retenção de águas, admiráveis obras de esforço humano construídas com pedregulhos que são arrastados encostas acima à força de ombro. A pedra, dizem os cabo-verdianos ironicamente, é a sua matéria-prima e o seu petróleo.

O deserto combate-se com árvores

A arborização de um território tão degradado como o do arquipélago cabo-verdiano é uma tarefa de gerações que obriga não apenas a dedicar enormes financiamentos e muita perseverança mas exige que ela seja integralmente assumida por uma população desde sempre habituada a sobreviver num meio ambiente inóspito onde árvore e arbustos são tradicionalmente fonte mais acessível (e por vezes única) de energia doméstica. Um desbaste incontroado que muito tem contribuído para a degradação dos solos. ⁽²⁾

Daí a insistência dos técnicos do Ministério do Desenvolvimento Rural quando abordam os planos de reflorestamento do país em acentuarem sempre a condição indispensá-

vel da participação popular. Mobilização voluntária que tem sido conseguida nas campanhas anuais de reflorestamento iniciadas em 1980; desde a independência já foram plantadas cinco milhões de árvores, acácias na sua esmagadora maioria. De facto, a acácia americana, de seu nome científico *prosopis juliflora*, foi a espécie preferencialmente escolhida para arborizar as ilhas porque é mais resistente aos sais, ao terreno árido e à seca, com uma taxa de vingamento de 85%.

É assim que olhando mais atentamente a paisagem cabo-verdiana se vão notando os sinais de mudança, os pequenos bosques das acácias novas curvadas ao vento, ou os frágeis pés protegidos por pedras e tambores de lata.

Se o ritmo de 7.500 hectares por ano previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento for mantido, mais de 60 mil hectares serão plantados até ao fim do século. Em número de árvores isto significa — tendo em conta o milhão e meio de pés plantados em 1981 e 1982 — mais 25 milhões de árvores no revestimento das ilhas áridas.

Criar um país viável

«Viabilizar o país». Esta curta frase é normalmente o ponto de partida de todas as conversas sobre as grandes orientações do desenvolvi-



A elevada participação popular permitiu que durante a campanha de reflorestamento de 1982 fossem plantadas um milhão e meio de árvores

(1) Até à década de 70, toda a água de S. Vicente era transportada em barcaças — ainda ancoradas no porto do Mindelo — da vizinha S. Antão.

mento, a médio ou a longo prazo, tidas com responsáveis cabo-verdianos.

Foi essa a preocupação essencial que o governo transmitiu à comunidade internacional na Mesa Redonda dos Parceiros do Desenvolvimento de Cabo Verde, que reuniu na Praia, em Junho de 1982, representantes de 21 países, 25 organizações internacionais e diversas organizações não governamentais, com o objectivo de explicar às fontes de financiamento as opções do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1982-1985).

«Viabilizar» significa comprometer 70% do total do investimento do Plano na criação de infra-estruturas — investimentos não directamente produtivos — nas quais o combate à erosão e desertificação ocupa o primeiro lugar com 2,9 milhões de contos CV (78 milhões de dólares), quase o dobro da segunda categoria que são os portos com 1,5 milhões de contos CV (40 milhões de dólares).

«Viabilizar» o Plano é a necessidade de garantir 90% do financiamento total que terá de vir do estrangeiro. Em Junho de 1982, do montante total do Plano, estimado em 406 milhões de dólares, 186 milhões estavam já assegurados e 148 milhões eram considerados muito prováveis segundo os contactos estabelecidos pelo governo.

O cálculo de todos os projectos do período 1982-85 assenta igualmente na manutenção e mesmo num ligeiro aumento da ajuda alimentar internacional que desde a independência de Cabo Verde tem coberto cerca de 40% do total das importações alimentares. A irregularidade das ofertas (feitas normalmente com carácter de urgência), tem, porém, causado grandes problemas nos programas governamentais de fornecimentos alimentares e nos projectos públicos financiados pela venda desses produtos. Evitando distribuir gratuitamente os bens alimentares oferecidos pela comunidade internacional, o que facilitaria a propagação de uma mentalidade de «assistidos» na população, as autoridades caboverdianas preferem vendê-los — sempre que tal é possível nos acordos com os doadores — aplicando as receitas no investimento público. O Fundo de Desenvolvimento Nacional, organismo receptor, tem podido deste modo financiar projectos voltados para a conservação de solos, reflorestação, construção e conservação de estradas, trabalhos de infra-estruturas que exigem uma forte intensidade de mão-de-obra. Segundo dados oficiais, o investimento conseguido através do Fundo de Desenvolvimento Nacional representou, entre 1977 e 1981 cerca de 19% do total do investimento público, atingindo

a soma de 35 milhões de dólares.

Dos seis produtos que constituem o lote de bens alimentares fornecidos pela ajuda internacional — milho, trigo, arroz, leite em pó, óleos comestíveis e feijão — o milho é o mais desejado. Tradicional base da dieta popular, imprescindível na *cachupa*, o milho não em ultrapassado, desde o começo da grande seca, uma produção média anual de 5 mil toneladas, tendo, no entanto, registado uma recuperação em 1979 (9 mil ton.) e em 1980 (8.600 ton.). Em ano favorável atinge-se 24 mil toneladas para um povo que consome habitualmente 45 mil toneladas por ano. E isto apesar dos teimosos esforços do camponês cabo-verdiano que não desiste de o semear em todo o pedaço de terra arável, nos vales ou em encostas de acesso extraordinariamente difícil. Partindo de cálculos medianamente optimistas de uma produção de 10 mil toneladas, o governo da Praia terá necessidade, recorrendo à ajuda internacional, de cobrir, nos próximos anos, um défice de 35 mil toneladas.

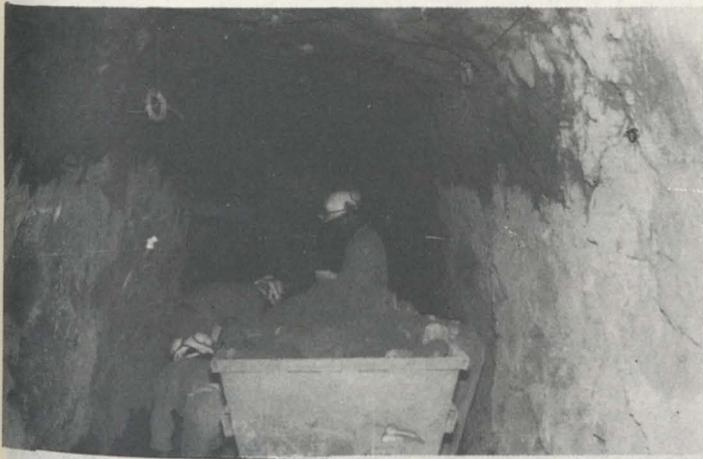
Um trunfo conquistado

Com um condicionalismo climático tão desfavorável, escassez de recursos financeiros e naturais, os projectos de desenvolvimento económico são ambiciosos.

Segundo se retira das intenções do Plano, a economia de Cabo Verde deverá ser orientada para a exportação: 50% da produção agrícola, dois terços da produção industrial, e a quase totalidade dos serviços ligados à posição geográfica do arquipélago (turismo e escala-trânsito).

Para a captação dos financiamentos externos que permitam a concretização destes objectivos — hoje ainda muito longínquos — Cabo Verde tem vindo a conquistar um importante trunfo que reside na,

(2) Estima-se em 200 toneladas o consumo diário de lenha em Cabo Verde para fins caseiros. Consumo irrelevante em valores absolutos (200 toneladas é sensivelmente o desperdício diário de cinco serrações médias) torna-se, no entanto, difícil imaginar onde encontra o cabo-verdiano 6 mil toneladas de lenha por mês no desértico território de algumas ilhas.



Galerias para captação de água no subsolo da ilha de S. Nicolau. Nas ilhas de S. Vicente e Sal a água só é conseguida através de dispendiosos processos de dessalinização

reputação de pragmatismo, realismo, capacidade de execução e estabilidade política conquistados internacionalmente a um nível pouco comum a outros países subdesenvolvidos. Trunfo ambicioso sintetizado na afirmação do secretário de Estado da Coperação e Plano, José Brito, durante os trabalhos da Mesa-Redonda: «Temos a pretensão de ser um país modelo na utilização da ajuda internacional.»

Assinale-se, por outro lado, que exceptuando talvez o edifício da Assembleia Nacional Popular em fase de construção e inteiramente oferecido pela China (com uma arquitectura que não será a que melhor se enquadra num país insular africano), não se conhecera, em Cabo Verde, os chamados projectos de prestígio, que são tentações dispendiosas em muitas nações pobres do Terceiro Mundo.

Os projectos agrícolas

Perpétuo importador de cereais, Cabo Verde dirige a expansão da sua agricultura nos próximos anos para o alargamento da superfície irrigada na ordem dos 250 hectares, intensificação das terras irrigadas existentes (250 hectares), desenvolvimento da fruticultura para mais 200 hectares e do café numa área equivalente.

Com duas mil toneladas de exportação (19% do total das exportações), 500 hectares de banana⁽³⁾ — mais do dobro da actual superfície — poderiam pagar teoricamente a importação do milho se algumas condições estruturais o permitissem, nomeadamente questões ligadas ao armazenamento, transporte e garantias de comercialização. Daí que este produto seja uma das apostas em que o governo mais confia para a captação de divisas, juntamente com outros projectos de culturas frutícolas: ananás, abacate, etc.

Como pano de fundo de profunda transformação da agricultura cabo-verdiana surge a Lei de Bases da Reforma Agrária a entrar em vigor no primeiro dia de Janeiro de 1983. Diploma cuidadosa e demoradamente elaborado — surge sete anos e meio depois da independência —

visa limitar a um hectare os prédios de regadio indirectamente explorados e em cinco hectares os de sequeiro, com excepção das propriedades de emigrantes (ver «Reforma Agrária deita sementes à terra», *cadernos do terceiro mundo*, n.º 45, de Junho/Julho, 1982).

A intensificação da pecuária aponta em duas direcções: o incremento da produção de cabras e coelhos (numa altura em que se reabilitam os pequenos roedores da destruição da vegetação, evitável se forem tomadas providências) e produção e transformação de aves e porcos. Entre outros núcleos em elaboração, o complexo agrícola «Justino Lopes», na ilha de Santiago (onde também é produzida banana com um sistema racionalizado de rega) é um exemplo animador do projecto pecuário cabo-verdiano. Está aí em funcionamento uma unidade semi-industrial suinícola, montada em excelentes condições higiénicas e veterinárias. Dirigida por técnicos nacionais com longa formação no estrangeiro, a «Justino Lopes» lança já no mercado 1800 toneladas de carne fresca (tenciona atingir brevemente 5 mil animais/ano) e em 1983 terá agregado um matadouro e uma charcutaria a produzir enchidos, fiambres e carne fumada para o consumo interno e a exportação.

Como projecto-piloto, está em construção uma moderna central de biogás que irá transformar a matéria orgânica das pocilgas em energia eléctrica e gás metano suficientes para alimentar todo o complexo e permitir a bombagem de águas subterrâneas existentes naquela área.

Pescas: potencial limitado

Dispondo Cabo Verde de uma extensa zona económica marítima exclusiva (630 000 quilómetros quadrados) a pesca é um dos raros sectores passíveis de desenvolvimento com base num recurso nacional. Um potencial limitado tendo em conta que apenas as ilhas de Boavista e Maio dispõem de plataformas continentais e consideráveis reservas piscatórias.

Os objectivos para os próximos anos consistem, no entanto, em triplicar as actuais 10 mil toneladas anuais de capturas, o que exigirá importantes investimentos no apoio e modernização da pesca artesanal, incremento da pesca industrial dirigido sobretudo para a captura do atum e alargamento da capacidade de *stockage* a frio e congelação. Com a recente entrada em funcionamento das novas câmaras frigoríficas da empresa estatal Interbase, no Mindelo, o sistema de frio alcançou uma capacidade total de 9 mil



Milho entre acácias: a paisagem cabo-verdiana vai lentamente se transformando

toneladas e está virado para o aproveitamento da posição geo-económica do arquipélago — entreposto de armazenamento e comercialização das frotas estrangeiras a operarem na região — e para o desenvolvimento da frota atuneira nacional.

As primeiras unidades industriais

Em Cabo Verde não há petróleo, reservas minerais, água, fontes de energia. O país tem uma base agrícola insuficiente, mercado interno reduzido, descontinuidade territorial, recursos financeiros precários, escassez de mão-de-obra qualificada. Em resumo: pesados condicionamentos do seu desenvolvimento económico, particularmente desfavoráveis no sector industrial.

Praticamente inexistente antes da independência, a indústria não vai além de 10,3% na contribuição para o Produto Interno Bruto e apenas assegura 6,6% dos postos de trabalho (4).

Nos últimos anos, no entanto, começou a surgir um núcleo industrial centrado no Mindelo, de empresas mistas (de que o Estado dispõe geralmente da maioria das acções) criadas para satisfazer o consumo interno e também orientadas para a exportação. Estão neste caso a empresa têxtil Morabeza, a exportar camisas, calças e fardas de traba-

lho para a Guiné-Bissau, Angola e até «boutiques» na Holanda; a Moave, empresa de moagens que, não fora a irregularidade dos fornecimentos de trigo provenientes da ajuda alimentar internacional, continuaria a exportar farelo; a Socal (calçado), fábrica de Massas e Bólachas, fábrica de fibra de vidro, etc.

A pozolana e o sal são os dois produtos que Cabo Verde possui com boas condições de exploração.

O primeiro é uma matéria vulcânica que, misturada com o cimento, produz um betão de alta resistência, particularmente adaptado a obras sub-aquáticas e pontes. As reservas de pozolana, localizadas em S. Antão, estão calculadas entre 5 a 6 milhões de toneladas, e a produção actual de cinco mil toneladas anuais poderá subir até 15 mil, o que permitirá alimentar a fábrica de cimento da ilha de Maio, se este projecto vier a ser concretizado.

Senegal e Cabo Verde são os dois únicos países que dispõem de salinas em toda a costa ocidental africana, desde Marrocos à região de Moçâmedes. Ambas as empresas que exploram as salinas dos dois países são dominadas por uma sociedade francesa, «Salines du Midi», que controla o mercado africano e delimita a zona de actuação de cada uma das empresas no conti-

nente, altamente carenciado deste produto ainda utilizado em algumas regiões do interior como moeda de troca. O Governo cabo-verdiano dedica um especial interesse a um projecto das salinas da ilha de Maio, preferindo não intervir directamente na empresa francesa da ilha do Sal.

Mas o projecto industrial de grande dimensão, que absorve metade de todo o investimento previsto no Plano para o sector, é o dos estaleiros navais do Mindelo, a Cabnave. Escolhido para satisfazer um duplo objectivo, criar uma indústria de exportação centrada no sector metalomecânico e aproveitar a situação geo-económica do país, a Cabnave é formada por um consórcio em que participam, além do Estado cabo-verdiano, a Lisnave (estaleiros navais portugueses), a empresa holandesa De Waal (construtora da plataforma flutuante) e um investidor particular que dispõe de 1% das acções.

Em 1983, os estaleiros do Mindelo estarão aptos a executar qualquer tipo de reparação às frotas de pesca que operam nessa zona do Atlântico ou aos navios que escalem os portos da costa ocidental africana. Actualmente, os serviços da Cabnave estão ainda limitados às reparações em navios a flutuar. Com 320 trabalhadores na fase de arranque, os estaleiros deverão empregar, em 1986, cerca de 700.

Cada acácia plantada...

Procurou-se dar ao longo destas páginas uma imagem de alguns aspectos da fase actual do «arranque» de Cabo Verde, insistindo num ponto que nos parece essencial: a realidade física encontrada pelos companheiros de Amílcar Cabral no momento da independência do arquipélago.

Em 1975, o novo Estado partiu mal. Recebia como herança o abandono a que as autoridades coloniais

(3) A produção de hectare de banana pode atingir 50 toneladas.

(4) Em 1978, últimos dados disponíveis, a estrutura do PIB e do emprego era a seguinte: sector primário (agricultura e pescas), 23,1% e 47,4% respectivamente; sector secundário (indústria, água e energia, construção), 26,1% e 10,5%; sector terciário (comércio, transportes, funcionalismo), 50,8% e 42,1%.



A chuva acompanha por vezes a destruição. A passagem do furacão Teryl causou 200 mil contos CV de prejuízos na ilha de Brava

**Ainda esta a tempo
de adquirir os numeros
anteriores do I VOLUME
de Africa**

Africa⁷

LITERATURA ARTE E CULTURA



Africa⁸

LITERATURA ARTE E CULTURA



Africa⁹

LITERATURA ARTE E CULTURA



**Se os não encontrar na sua
livraria peça-os directamente
a ÁFRICA EDITORA
Rua Santa Cruz, Lote 9, 3.º E
2780 Oeiras - tel. 2435796**

tinham votado as ilhas e iniciava a sua caminhada condicionado por alterações climáticas de consequências desastrosas.

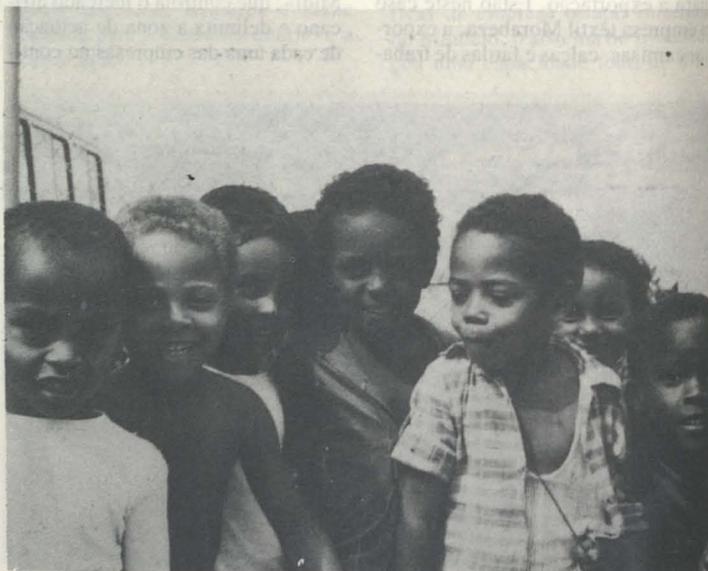
«Foi este o país que herdámos, não temos outro». Esta expressão, frequentemente ouvida em Cabo Verde, é reveladora da vontade de encarar essa realidade adversa. Vontade ou idiossincrasia que alastra

por um sector cada vez mais largo da população e que está a fazer relegar pouco a pouco, para a memória colectiva, o tradicional fatalismo nacional.

Cada acácia plantada, dique ou casa construída, posto de trabalho criado, são peças importantes na edificação de Cabo Verde, isto é, na «viabilização» de um país. □



Estaleiros navais do Mindelo: o mais importante projecto industrial do Primeiro Plano de Desenvolvimento do arquipélago



Cerca de metade da população cabo-verdiana tem menos de 15 anos de idade

Procurar o consenso nacional, optar pelo pragmatismo

A oportunidade de entrevistar Pedro Pires surgiu no último dia da estadia em Santiago antes da visita a outras ilhas do arquipélago. Um entrevista iniciada às 10 horas da noite com o primeiro-ministro exibindo visíveis traços de fadiga — a sua jornada de trabalho começa às 8 da manhã — progressivamente esquecida ao longo das duas horas de duração da nossa conversa. Afável, por vezes pontuando as suas respostas com tiradas de humor e algumas gargalhadas, o antigo guerrilheiro das matas guineenses, primeiro-ministro de Cabo Verde desde a independência, é o que em termos jornalísticos se classifica uma personagem acessível.

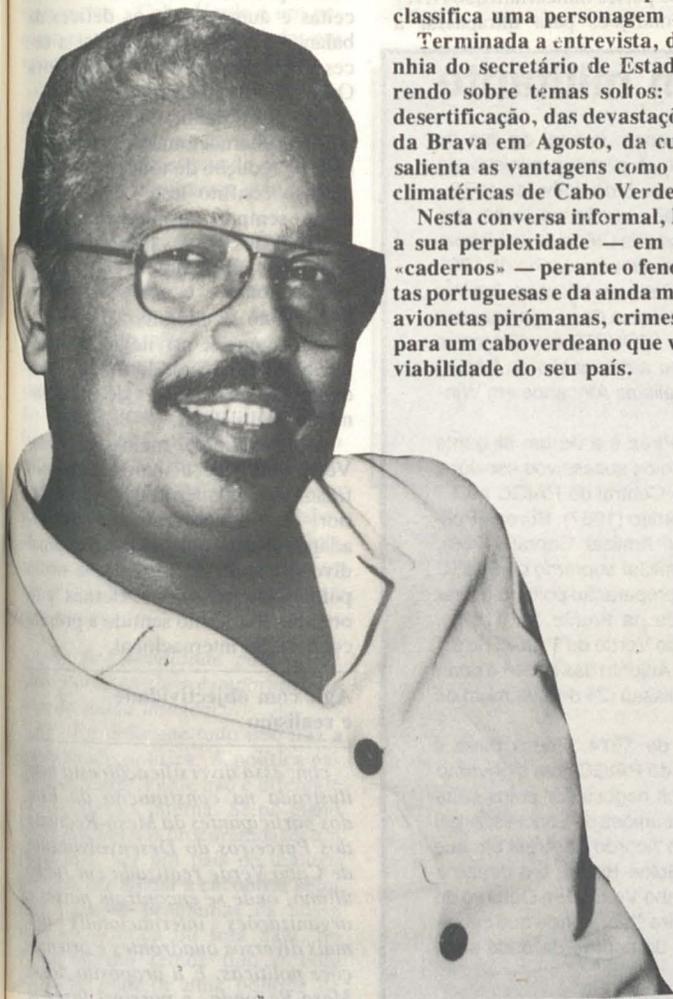
Terminada a entrevista, desligado o gravador, gastou-se, na companhia do secretário de Estado Corsino Fortes, uma hora mais discorrendo sobre temas soltos: da chuva que não vem e do combate à desertificação, das devastações provocadas pelo ciclone «Teryl» na ilha da Brava em Agosto, da cultura do feijão-congo de que Pedro Pires salienta as vantagens como sucedâneo do milho nas actuais condições climáticas de Cabo Verde, da emigração, etc.

Nesta conversa informal, Pedro Pires e Corsino Fortes manifestaram a sua perplexidade — em certa medida partilhada pelo enviado de «cadernos» — perante o fenómeno dos misteriosos incêndios das florestas portuguesas e da ainda mais misteriosa impunidade disfrutada pelas avionetas pirómanas, crimes particularmente difíceis de entendimento para um caboverdeano que vê numa árvore um ponto de sustentação na viabilidade do seu país.

ctm: Cabo Verde é um dos 31 países que integram o grupo dos PMA (Países Menos Avançados). Tendo em conta a política de desenvolvimento em vias de implementação no país, pensa serem necessários muitos anos para que Cabo Verde «fuja» a esse «clube dos mais pobres»?

Pedro Pires: Embora estejamos empenhados nisso, não será tarefa fácil sair desse grupo.

Desde a independência que temos trabalhado no sentido de resolver os problemas urgentes e imediatos herdados do colonialismo e, ao mesmo tempo, preparar as bases para o desenvolvimento do país. Mas para além do seu atraso, Cabo Verde é pobre em recursos materiais, daí ressaltando as enormes dificuldades com que nos defrontamos para sair dessa situação. O subdesenvolvi-



mento não é somente um fenómeno económico, é também político, social, cultural e tecnológico, o que significa termos de fazer um grande esforço na formação de quadros, na aquisição de conhecimentos e capacidade de gestão.

Trabalhar muito é, portanto, a primeira condição para essa «fuga». Porém, é muito difícil fazer previsões rigorosas nesse campo: é certo que vamos crescer e o desenvolvimento de Cabo Verde será sempre paralelo à evolução dos restantes membros do grupo dos PMA.

Necessidade imperiosa de uma Nova Ordem Económica Internacional

ctm: Pode-se considerar satisfa-

tório o actual nível de ajuda prestado pelos países industrializados aos países subdesenvolvidos?

PP: É opinião generalizada nos nossos países de que esse nível fica muito aquém do desejado e do que é possível. Mas há vários factores que concorrem para essa situação.

Repare que este ano todos os países do mundo apresentarão orçamentos de austeridade provocados por elementos vários: inflação, défices orçamentais, comerciais ou de balança de pagamentos, desemprego, etc. E todo este desequilíbrio geral prejudica sobretudo os países subdesenvolvidos. São eles os que mais sofrem com a crise, facto que é reconhecido por todos.

Se os países industrializados tiveram condições para ultrapassar a

crise do petróleo, os próprios países produtores não conseguiram evitar a crise das suas economias. Mas para além dessa maior capacidade estrutural dos países industrializados que lhes permite resolver os seus problemas, o sistema económico mundial existente prejudica profundamente os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Tem-se verificado uma degradação progressiva dos termos de troca, ou seja, a contínua diminuição dos preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas originários dos países do Sul relativamente aos aumentos dos preços dos produtos importados, o que produz um grande impacto negativo na economia dos nossos países, reduzindo as suas receitas e aumentando os défices da balança de pagamentos. Daí a necessidade imperiosa de uma Nova Ordem Económica Internacional.

Por outro lado, o actual clima político internacional de confrontação, de redução de todos os problemas ao conflito leste-oeste, conotando sempre ideologicamente as posições dos nossos países com um dos lados, dificulta a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento económico. Isto aliás conduz a que se privilegie a cooperação bilateral em detrimento das organizações ou fontes de financiamento multilateral.

A carência de meios de Cabo Verde, em que a maior parte dos financiamentos têm de vir do exterior, leva a que tenhamos de nos adaptar a este quadro internacional diversificando ao máximo a nossa política de relações externas e a orientar no mesmo sentido a própria cooperação internacional.

Agir com objectividade e realismo

ctm: essa diversificação está bem ilustrada na constituição da lista dos participantes da Mesa-Redonda dos Parceiros do Desenvolvimento de Cabo Verde realizada em Junho último, onde se encontram países e organizações internacionais dos mais diversos quadrantes e orientações políticas. E a propósito dessa Mesa-Redonda, é possível fazer já

O percurso de um militante

Pedro Verona Rodrigues Pires, 48 anos, natural da ilha do Fogo. Comandante de Brigada (general), é primeiro-ministro de Cabo Verde desde o dia da independência, 5 de Julho de 1975.

Inicia contactos com nacionalistas cabo-verdianos no fim dos anos cinquenta, quando aluno da Faculdade de Ciências de Lisboa. Alferes miliciano do exército português, deserta em Junho de 1961 para França chegando meses depois ao Gana. Aí encontra Amílcar Cabral que acompanha a Rabat na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) em Setembro de 1961. No ano seguinte, volta a integrar a delegação do PAIGC que participa na Conferência dos Nacionalistas Africanos em Winneba (Gana).

A partir de então, a vida de Pedro Pires é a de um dirigente político que vai subindo progressivamente os sucessivos escalões de responsabilidade: membro do Comité Central do PAIGC no 1.º Congresso (1964), Bureau Político do Partido (1967), Bureau Político na Frente Leste em substituição de Amílcar Cabral (1968), Conselho de Guerra, organismo político-militar supremo do PAIGC (1969), responsável pelo recrutamento e preparação político-militar (1970), responsável pelo ensino e saúde na Frente Sul (1971), presidente da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC no 2.º Congresso (1973), Comissário de Estado Adjunto das FARP a partir da proclamação da República da Guiné-Bissau (24 de Setembro de 1973).

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, Pedro Pires é chamado a dirigir todas as conversações do PAIGC com o governo provisório português. Qualificado de hábil negociador pelos seus interlocutores, Pedro Pires participa nas reuniões de Londres, Argel e Lisboa e assina, em Agosto de 1974, o Acordo de Argel em que são reconhecidos a independência da Guiné-Bissau e o direito à autodeterminação e independência de Cabo Verde. Em Outubro do mesmo ano, retoma as conversações sobre Cabo Verde que culminam, dois meses depois, na assinatura do acordo de onde sai o calendário do acesso à independência.

um primeiro balanço dos resultados obtidos com a sua realização?

PP: Ainda é cedo para esse balanço. Embora mantenhamos contactos com fontes de financiamento representadas na Mesa-Redonda — visando sobretudo garantir a parte não coberta do financiamento de projectos já decididos na altura — A nossa orientação prioritária neste momento é a elaboração definitiva do Plano Nacional de Desenvolvimento. Será a partir daí que intensificaremos a nossa acção internacional para encontrar os meios necessários à concretização do Plano. Apesar da crise mundial, estamos convictos de que não teremos grande dificuldade em alcançar esses meios: Cabo Verde é um pequeno país, as suas necessidades em valores absolutos são mínimas.

ctm: *Essa sua confiança na obtenção dos financiamentos basear-se-á na reputação de pragmatismo e capacidade de execução conquistada internacionalmente por Cabo Verde?*

PP: De facto, a nossa primeira preocupação ao elaborarmos os projectos é a de que eles sejam «financeáveis», até porque as fontes de financiamento são cada vez mais exigentes quanto à rentabilidade e viabilidade do que lhes é proposto. Ao decidirmos um projecto, fazemo-lo com objectividade e o realismo que a própria situação do país impõe. Vem daí essa imagem internacional de que me fala. Sabe, um pequeno país que não teve luta armada de libertação tinha de se impor pela honestidade, prudência e bom senso.

ctm: *A estabilidade política de Cabo Verde também é importante na criação dessa imagem...*

PP: Eu diria que tudo isso traz a estabilidade política. A política externa de Cabo Verde não é diferente da sua política interna. Se no plano internacional nós procuramos ter um papel útil, ser um país de diálogo que procura ajudar a encontrar soluções para os problemas da nossa zona geopolítica ou fora dela, no plano interno temos tido o bom senso de garantir uma política de unidade nacional e obter o consenso

do maior número de pessoas e forças à volta dos problemas fundamentais do país. Uma política cuja componente interna é semelhante à componente externa. Isto é, completam-se.

Viabilizar o país

ctm: *Como definiria a opção ideológica do processo de transformação revolucionária cabo-verdiana? Pode-se falar de um «socialismo à imagem de Cabo Verde»?*

PP: Não é difícil declarar uma determinada opção ideológica, afirmar que determinado processo político é socialista. Mas para nós o socialismo não se consegue tão facilmente. Podemos dizer que alguns

«O actual clima político internacional dificulta a cooperação e o apoio ao desenvolvimento económico»

«Um pequeno país que não teve luta armada de libertação tinha de se impor pela honestidade, prudência e bom senso»

países do Terceiro Mundo têm uma orientação socialista. Isso é uma coisa, outra é ter um regime socialista que está implantado em muito poucos países do Terceiro Mundo.

É verdade que Cabo Verde tem alguns traços socializantes que vêm precisamente a ajudar a resolver os problemas do país. Mas como considerar socialista um país que depende no plano alimentar do exterior? Socialismo de redistribuição do que é produzido pelos outros? Existe esse socialismo? Creio que não.

O objectivo prioritário da nossa política é a viabilização do país, construir, pouco a pouco, uma economia nacional independente, dentro da relatividade do conceito. Ao



agirmos assim, com esse objectivo nacionalista, estamos na realidade a dar à nossa acção uma finalidade «socialista», isto é, criar as condições materiais que tornem possível implantar um dia o socialismo.

A cooperação económica entre os «cinco»

ctm: *Na Declaração Final adoptada na III Cimeira dos Chefes de Estado dos países africanos de língua portuguesa realizada na Praia em Setembro, ficou expressa, em forma de autocrítica colectiva, a constatação de que os objectivos de cooperação económica entre os «cinco» delineados durante a II Cimeira no Maputo, em 1980, ficaram muito longe do que então se considerou ser possível. Mas é realista falar em profunda cooperação entre países geograficamente tão afastados e inseridos em espaços económicos diversos, apesar de detentores de um património histórico comum e de uma identidade de posições políticas? Por outro lado, pensa o governo cabo-verdiano tomar uma atitude activa para a concretização dessa cooperação?*

PP: Penso que Cabo Verde tem tido um papel dinâmico na busca das melhores vias para uma solidariedade política entre os «cinco», mas também por uma melhor cooperação económica entre eles, que é possível e necessária podendo revestir-se de aspectos muito variados.

Na Cimeira da Praia o elemento político foi bastante importante dado o momento internacional vivido: a situação na África Austral, a agressão a Angola e a ocupação de parte do seu território, as acções de desestabilização em Moçambique, as negociações para a independência da Namíbia, a situação da OUA e os grandes e pequenos problemas que temos no continente. Enfim, estes elementos políticos pesaram muito no desenrolar da reunião.

A independência da Namíbia trará a estabilidade política em Angola e contribuirá também para a eliminação das acções subversivas em Moçambique. Criadas maiores condições de segurança nessa zona, estou certo que se desenvolverá, quer a cooperação económica entre Angola e Moçambique, quer entre os cinco países.

ctm: Mesmo estando inseridos em espaços económicos diferentes?

PP: A cooperação económica não

PP: A cooperação económica não pode ser entendida só em termos de relações comerciais, que aliás já existem e estão a ser incrementadas (dou como exemplo as relações Angola-Cabo Verde) mas também no domínio de apoios financeiros e outros. É uma questão de «espírito de invenção». Há já, o que é essencial, vontade política, e havendo condições de segurança e estabilidade em Angola e Moçambique, os milhares de quilómetros de distância não serão factor impeditivo dessa cooperação.

As relações Praia-Bissau

ctm: Depois dos dois passos importantes que foram dados na normalização das relações com a Guiné-Bissau — o encontro no Maputo dos presidentes Aristides Pereira e João Bernardo Vieira e a Cimeira da Praia — é ainda elevado o contencioso entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau? Está previsto brevemente algum novo episódio na reaproximação?

PP: Os dois acontecimentos que referiu foram relevantes na melhoria de relações entre os dois países. O problema está em continuar a de-



Aristides Pereira e Bernardo Vieira. As relações entre os dois governos tendem para a normalização total

«Procuramos ser um país de diálogo, que ajude a encontrar soluções para os problemas da nossa zona geopolítica ou fora dela»

«Como considerar socialista um país que depende do exterior no plano alimentar?»

«Quando uma organização política está morta, deve-se ter a coragem de dizer: ela está morta»

envolver esforços nesse sentido.

Já estive em Bissau uma delegação do nosso governo para discutir o contencioso económico e a delegação guineense só não veio à Praia em Setembro devido à Cimeira dos «cinco», visita que deverá ocorrer muito brevemente. Resolvidas estas questões, estão criadas as condições para a normalização das relações entre os dois Estados, ultrapassando todos os aspectos emocionais e psi-

cológicos nascidos em 14 de Novembro de 1980.

ctm: É muito pesado o contencioso financeiro entre os dois países?

PP: Sabe que as questões são pesadas de acordo com o que se tem, ou não tem, no banco... Bom, há a questão da Naguicave (1) as relações entre os bancos, entre os Armazéns do Povo (2) e a Moave (3), as empresas de transporte, enfim, um certo número de problemas a resolver. É certo que em relação às grandes dívidas internacionais são apenas uma gota de água no oceano, mas tendo em conta os recursos dos nossos países, estas questões assumem relevância.

ctm: Para quando a abertura de embaixadas nas duas capitais?

PP: Falaria antes de representações diplomáticas. Todos temos de gastar o mínimo possível de divisas, controlando ao máximo as despesas no exterior e nesse sentido pensamos propor a Bissau uma forma diferente que não seja a de um embaixador residente. O nosso embaixador, por exemplo, poderia residir aqui na Praia — estamos a 1 hora e 15 minutos de avião de Bissau — e o mesmo se passaria com o embaixador guineense. Ou qualquer outra forma que possa ser aceite pelos dois governos.

ctm: Como reage o PAICV à conservação do «C» (Cabo Verde) na sigla PAIGC?

PP: É necessário uma grande capacidade de ficção, um esforço muito grande de abstracção, para pretender que esse «C» no PAIGC na Guiné não significa Cabo Verde.

Deve-se ter a coragem política de, quando uma organização política está morta, dizer «ela está morta» por maior que seja o amor ou o valor histórico da sigla ou da organização. E não tentar reanimar ou dar vida àquilo que já não existe... □

(Carlos Pinto Santos)

- (1) Empresa Binacional de Navegação
- (2) Empresa Estatal Guineense de Comércio
- (3) Empresa Mista Cabo-Verdiana de Moagens

O chamamento africano

Passados que são sete anos sobre a descolonização, o presidente Eanes, durante a sua recente viagem à Guiné-Bissau, defende «um diálogo institucional sistemático» entre Portugal e os países africanos de expressão oficial portuguesa.

PENSAMOS que depois desta visita do presidente Eanes, as relações entre a Guiné-Bissau e Portugal poderão levar um grande impulso», confienciava ao enviado especial de cadernos do terceiro mundo, ainda em Bissau, um alto responsável guineense ligado ao sector económico que havia

Baptista da Silva participado nas conversações entre as delegações dos dois países. Falta-yam poucas horas para que o avião que transportava a comitiva presidencial portuguesa rumasse à Argélia, segunda etapa da mais recente deslocação do presidente português por terras de África, que teve lugar entre 3 e 9 de Dezembro passados, e toda a gente, muito especialmente os jornalistas que acompanhavam Eanes, faziam, naquela ocasião, o seu balanço das conversações havidas durante aqueles três dias, ou daquilo que delas transparecera.

Mas não estaria o nosso interlocutor guineense a ser demasiadamente optimista? — interrogávamo-nos. Teria ponderado suficientemente os antagonismos que, em Portugal, têm oposto a Presidência da República à actual maioria de centro-

-direita no governo, e que, de algum modo, têm obstaculizado um mais rápido incremento de relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa? Não estaria ele a



sobrevalorizar a capacidade de resposta dos sectores privados e nacionalizados da economia portuguesa aos desafios lançados pelos dirigentes da Guiné-Bissau, no sentido de um forte empenhamento no arranque para o desenvolvimento do seu país?

As nossas dúvidas ficaram, evidentemente, sem resposta, e só o tempo se encarregará de mostrar até que ponto elas terão fundamento.

Do nosso próprio balanço, ficava-nos então a certeza de que o cimento das relações entre Portugal e as suas antigas colónias de África ultrapassa em muito a própria vontade política do presidente português — que já se viu ser forte e empenhada neste estreitamento — para assentar, no concreto, mais num governo que dá mostras profundas de desagregação e incapacidade, num sector privado de escassa agressividade, num sector público francamente lescapitalizado e manietado a nível governamental, para, a nível do terreno africano, sofrer, ainda, — salvo honrosas excepções — dos empecilhos de diplomatas de colarinhos de goma, nostálgicos talvez de uma embaixada higiénica de uma qualquer representação europeia.

Um projecto ambicioso

Antes mesmo de se ter iniciado a viagem presidencial — em que pela primeira vez *cadernos do terceiro mundo* foram convidados a integrar a comitiva, convite que se fica a dever ao reconhecimento da nossa importante audiência, em particular, nos países africanos de expressão oficial portuguesa — o presidente Eanes, em conversa informal no Palácio de Belém, deixava bem claro que a visita à Guiné-Bissau não se limitaria a cumprir a mera cortezia protocolar, antes ganharia um profundo significado. A confirmá-lo, Eanes recordava o papel destacado que a Guiné-Bissau e os seus dirigentes tinham tido nos esforços de aproximação entre Portugal e alguns dos novos países saídos da tutela colonial portuguesa, com particular referência a Angola e ao encontro, tido em Bissau, com o

falecido presidente Agostinho Neto, lembrando, ainda, que a sua visita ganhava ainda maior relevo por constituir a primeira visita oficial de um chefe de Estado à República da Guiné-Bissau após o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 que levou ao derrube do então presidente Luís Cabral.

Logo na noite da chegada, em discurso pronunciado durante o banquete de boas-vindas oferecido pelo presidente João Bernardo Vieira à comitiva portuguesa, Eanes revelaria que para a das relações bilaterais entre os dois países, seria tema de discussão entre os dois presidentes o relacionamento de Portugal com os cinco países africanos que utilizam o português como língua oficial. E se a proposta então apresentada pelo presidente português não causou surpresa entre os principais responsáveis guineenses, conhecedores antecipados de tal projecto, ela teve um profundo impacto entre todos os jornalistas presentes em Bissau. Dizia então Ramalho Eanes: «*Seria para Portugal muito grato que, à semelhança do que já aconteceu entre os países africanos de expressão oficial portuguesa, viéssemos a encontrar formas conjuntas de diálogo institucional sistemático, consentâneas com os laços que ligam os nossos povos.*»

«*A possibilidade de concertação — adiantava — em matérias decisivas da vida internacional às quais os nossos povos estão profundamente ligados dar-nos-ia a todos uma maior capacidade de intervenção na defesa dos direitos do homem e dos direitos dos povos.*»

Amílcar Cabral, o precursor

Que razões teriam levado o presidente Eanes a escolher esta ocasião para divulgar este ambicioso projecto de «*diálogo institucional e sistemático*» entre o seu país e os cinco países africanos saídos da luta contra o sistema colonial português? — poder-se-á perguntar. Em primeiro lugar, porque, certamente, o estádio das conversações mantidas com os

presidentes desses países no respeitante a esta matéria se encontram em fase mais adiantada do que a fórmula encontrada para a tornar pública o deixaria entender. É impensável que Eanes divulgasse esta pretensão sem que, antes, a tivesse discutido aprofundadamente com, entre outros, os seus homólogos angolano e moçambicano, presidente José Eduardo dos Santos e Samora Machel, respectivamente. Recordese que Eanes visitou a República Popular de Moçambique nos últimos dias de 81, e que, entre 15 e 19 de Abril do corrente ano, esteve na República Popular de Angola. Por outro lado, o facto de ter sido Bissau o lugar escolhido para a divulgação de um projecto até aqui guardado no maior sigilo, representa, da parte do presidente português, um reconhecimento público do esforço de aproximação que, desde sempre, os dirigentes guineenses, com particular destaque para o ex-presidente Luís Cabral, promoveram entre os cinco países africanos e a antiga metrópole colonial após a revolução libertadora do 25 de Abril. Aliás, não o esqueçamos, foi o próprio fundador da nacionalidade guineense, Amílcar Cabral, quem, com a antecipação que caracteriza os grandes líderes políticos, teorizou e defendeu essa aproximação, quando ainda o fogo da guerra colonial não parecia deixar antever qualquer outro tipo de linguagem que não fosse a das armas.

E, por último, a razão mais próxima encontrar-se-á certamente no facto de Bissau ser o local escolhido para mais uma cimeira — a quarta — dos chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, a realizar no próximo ano.

Uma zona político-económica?

Um dirigente guineense bem colocado adiantava-nos, em Bissau, mais pormenores deste projecto na altura semi-desvendado pelo presidente português: «*Para além de uma plataforma estritamente política,*

está a ganhar corpo a ideia de uma espécie de zona económica e política que, forçosamente, terá de basear-se em interesses comuns e na defesa de cada um dos nossos países. É como que um alargamento do espírito de Bissau — adiantava-nos na altura aquele dirigente encontra aí as suas razões, e constituiria um salto qualitativo na cooperação entre os nossos cinco Estados africanos e Portugal.

É bem conhecida a actual situação de subaproveitamento em que, pela grande crise económica que se vive em Portugal, se encontra muita da sua mão-de-obra qualificada, bem como muitos dos seus quadros. O mesmo se poderá dizer de muita da sua capacidade técnica. Daí que o presidente português encare com interesse a possibilidade de, em África, e com vantagens mútuas, essa capacidade humana e técnica vir a encontrar amplas perspectivas de emprego e utilização. Parece ser claro para o presidente Eanes que a futura integração de Portugal no Mercado Comum Europeu (CEE) em nada deverá prejudicar as relações do seu país com África, podendo mesmo este continente vir a constituir uma alternativa aos hoje esgotados canais da emigração portuguesa para a Europa. Este um dos pressupostos de que parte o presidente português, que informalmente nos dizia «estarmos a atravessar uma fase histórica, que há que aprofundar até ao fundo». Sendo necessário, como referia, «lutar contra o tempo, pois há que aproveitar esse imenso capital que é o de termos nos nossos respectivos países gerações que se conhecem muito bem, tornando a cooperação muito mais fácil de desenvolver».

Quando se fala de pescas e linhas de crédito

As relações bilaterais entre Portugal e a Guiné-Bissau preencheram obviamente muito do tempo de conversações, um tanto ou quanto aproveitado contra-relógio, dado o sobre-carregado programa da visita presidencial. Bayão Horta, ministro da indústria, e Luís Fontoura, secre-

tário de Estado para a Cooperação, que acompanharam o presidente português nesta sua deslocação ao continente africano, encabeçavam as negociações em representação do executivo de Lisboa, mas eram acompanhados por um elevado número de empresários portugueses que mantêm com a Guiné-Bissau importantes transacções.

Segundo pudemos apurar, os dois lados debruçaram-se prioritariamente sobre o desbloqueamento de créditos que pusessem termo ao contencioso verificado por atrasos nos pagamentos a empresas fornecedoras da Guiné-Bissau.

Especial atenção mereceram os casos da Companhia Nacional de Navegação e da companhia aérea portuguesa TAP-Air Portugal, de cuja solução estava dependente o transporte de muita mercadoria que aguarda embarque nos terminais de carga da alfandega portuguesa, com destino a Bissau. Durante a visita presidencial, passos foram dados no sentido desse desbloqueamento, e pensa-se que novos avanços poderão ser encontrados quando, em Janeiro próximo, uma delegação portuguesa visitar Bissau para analisar



Eanes junto ao mausoléu de Amílcar Cabral

com os dirigentes guineenses vários «dossiers» da cooperação. Esse encontro surge no seguimento da reunião havida recentemente, em Lisboa, entre delegações dos dois países, na sequência da qual foi concedida por Portugal uma linha de crédito de 20 milhões de dólares (os dirigentes de Bissau pretendiam que ela se situasse nos 50 milhões), que possa alimentar e animar o fluxo comercial entre os dois Estados. Segundo o que foi então acordado, a 29 de Março passado, em Lisboa, metade dessa linha de crédito — ou seja 10 milhões de dólares — destinam-se-iam à aquisição, pela Guiné-Bissau, de bens de equipamento e serviço, e ao eventual financiamento de projectos em investimento locais, enquanto a parte restante visaria o financiamento da compra de bens de consumo. Produtos de consumo que, na Guiné, segundo nos explicava um quadro guineense, ganham praticamente o estatuto de «bens de investimento, já que se destinam sobretudo aos camponeses». Efectivamente, grande parte da produção agrícola da Guiné-Bissau é transaccionada directamente pelos camponeses ou por intermediários fora de fronteiras, nos vizinhos Senegal ou Guiné-Conacry, sem que o poder central de Bissau tenha qualquer interferência nesse comércio. Não se trata somente de criar vias de comunicação com o interior e canais de escoamento para os produtos da terra — e é conhecida a carência da Guiné-Bissau nesse âmbito, (ler a esse respeito o n.º 44 de cadernos) — mas possuir o Estado produtos de que o camponês necessita para os trocar pelo arroz das bolanhas, pela mancarra, ou pelos citrinos que abundam no sul do país. Daí que não espante ser, em muitas regiões da Guiné-Bissau, o franco CFA, muito mais do que o peso guineense, a moeda de troca por excelência.

Se se atender à posição geo-política da Guiné-Bissau, entre o Senegal e a Guiné-Conacry — um verdadeiro enclave em zona francófona — melhor se compreenderá aquilo que alguns observadores entendem como *uma necessidade sentida por*

parte de alguns dos mais altos responsáveis guineenses, no sentido de estreitar laços com Portugal e melhorar significativamente o diálogo com Cabo Verde». Razões históricas mas interesses de Estado evidentes estariam na base dessa opção, de forma a ganhar o peso negocial e político no quantas vezes difícil diálogo entre nações africanas daquela região.

Assessoria na questão de fronteiras

Os sectores em que, tudo leva a crer, mais se avançou durante esta estadia de Eanes, foram as pescas — onde foram acordadas a criação de empresas mistas, — os sectores agrícola, silvícola e os recursos florestais. No fundo, o sector primário que o PAIGC, desde os tempos da luta, definiu como prioritário e motor de arranque do desenvolvimento nacional, embora a prática posterior se tivesse afastado um tanto desmesuradamente das opções então definidas e reafirmadas em todos os congressos do partido realizados após a independência total e completa do território.

O governador do Banco de Bissau, Godinho Gomes, elemento preponderante nas negociações havidas, referia-nos a este propósito: *«Temos recursos agrícolas, florestais e piscícolas que nos podem levar à realização quase que imediata de divisas. Havendo empresas portuguesas interessadas em se associar a nós nestes sectores, estamos certos de que, para além dessas empresas garantirem uma compensação remuneradora e a curto prazo para esses investimentos, nós, pela nossa parte, obteríamos divisas que nos permitissem pagar os nossos compromissos internacionais e, tanto quanto possível, atenuar o défice comercial com Portugal».*

No que respeita à cooperação industrial, ela passará a orientar-se, sobretudo, para a concretização de pequenos projectos de reconhecida rentabilidade, parecendo abandonadas de vez as ambições pelos grandes projectos sobredimensionados e

desfazados da realidade local que, de alguma maneira, caracterizaram o período do ex-presidente Luís Cabral. Pequenas unidades industriais vocacionadas para o aproveitamento da castanha de caju, o fabrico de calçado, de bicicletas, e pequenas oficinas de reparação poderão ser projectos de arranque relativamente próximo.

Por último, refira-se a assessoria técnica que Portugal irá dar às autoridades guineenses no estudo sobre a delimitação das fronteiras marítimas, questão que, como é sabido, é motivo de disputa, tanto a norte, com o Senegal —, como a sul — com a vizinha Guiné-Conacry. Aliás, a cooperação neste domínio apresenta-se no fundo como natural, dado não só Portugal possuir técnicos de reconhecida competência internacional em questões de direito do mar, como deter em seu poder cartas geográficas e estudos que poderão constituir matéria de peso em qualquer argumentação jurídica que possa vir a ser apresentada pela Guiné-Bissau em qualquer instância internacional que se venha a debruchar sobre a questão. Se essa parece vir a ser a solução possível no que respeita ao diferendo com o Senegal, com o encaminhamento do caso para o Tribunal Internacional de Haia, o mesmo não acontece com o litúgio a sul, cuja solução se apresentou, desde sempre, mais difícil. Recorde-se que, durante o último período da presidência de Luís Cabral, a delimitação das águas territoriais com a República da Guiné-Conacry — que abrange igualmente uma ilha, o Poilão —, e onde se fala da existência de petróleo, chegou a criar um elevado clima de tensão. Após o 14 de Novembro, o assunto viria a ser silenciado. No entanto, a próxima prospeção nessa região de jazidas petrolíferas trouxe, de novo, o assunto para o domínio público, prova de que a questão está longe de ser sanada. Ao que conseguimos saber, o diálogo entre os dois países encontra obstáculos no projecto tutelar de Sekou Touré da «Grande Guiné», que, longe de constituir um mito, tem provocado um impasse nas difíceis negociações.

Viragem ou repetição do passado?

Num país tão pobre e tão dependente como esta antiga colônia da «África Ocidental Francesa», não bastam as boas intenções para operar as mudanças: a margem de manobra é muito estreita para que o destino de um dos Estados mais pobres do mundo possa ser diferente do que tem sido até aqui

Alice Nicolau

Tem havido duas constantes na vida política do Alto Volta, desde que este país da antiga «África Ocidental Francesa» ascendeu à independência: um apego das camadas urbanas mais consciencializadas ao regime democrático parlamentar (apesar das formas um tanto caricaturais de que se reveste) acompanhada da tentação, por parte dos dirigentes, ao estabelecimento de um partido único. Outra constante é a importância decisiva dos sindicatos, divididos em quatro centrais, com especial destaque para a Central Sindical Voltaica (CSV).

Dá que todos os regimes, que se têm sucedido no Alto Volta, quando confrontados persistentemente com as exigências salariais dos trabalhadores urbanos, procurem, através do poder pessoal ou da dissolução das centrais (sobretudo da CSV, de maior representatividade e poder reivindicativo uma falsa saída para resolver os problemas económicos do país.

Isto é: sempre que a economia cronicamente enferma do Alto Volta adquiere aspectos de crise aguda, procura-se uma solução política, devido à incapacidade ou à falta de vontade de enfrentar problemas básicos desse país, situado entre os mais pobres do mundo. Ora esses problemas decorrem da situação de dependência que tem caracterizado a vida pós-colonial do Alto Volta,

nação relativamente desfavorecida pela natureza, mas que goza de potencialidades para as quais nunca conseguiu receber os necessários (e indispensáveis) financiamentos.

O golpe de Estado de Novembro de 1980

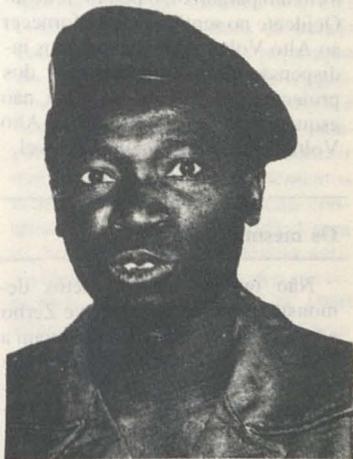
O governo do general Lamizana caíu em Novembro de 1980, vitimado pela incapacidade de solucionar os problemas do país e pelas suas tentações ditatoriais (procura da instauração de um poder pessoal, dissolução da CSV e prisão do seu principal dirigente).

O regime militar, instaurado após o golpe de Novembro de 1980, desferido por militares dos regimentos Interarmas de Apoio e Pára-Comandos, encabeçados por Saye Zerbo, suscitou grandes expectativas no seio das populações voltaicas e nos meios da Imprensa europeia consagrada aos problemas do Terceiro Mundo. As primeiras medidas tomadas então pelos militares foram a prisão dos mais altos responsáveis do regime derrubado, a criação de um Comité Militar de Restauração e Progresso Nacional, a suspensão da Constituição e dos partidos políticos, a dissolução dos órgãos de poder.

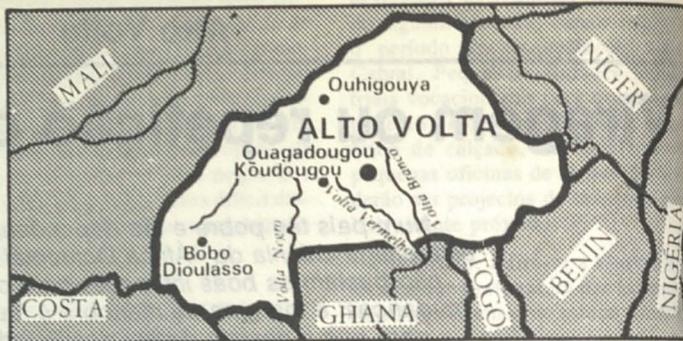
No plano social, os militares de então — que ascenderam ao poder quando a luta entre os sindicatos e Lamizana atingira o auge — segui-

ram uma política de apaziguamento, concedendo aumentos salariais e dialogando com as centrais sindicais.

Em entrevista dada à *Afrique-Asie*, em Março de 1981, Saye Zerbo evitava dar grandes esclarecimentos sobre o programa económico-social do novo regime, mas deixava bem claras duas ideias-mestras: 1) a sua descrença num regime parlamentar, tornado cada dia mais uma caricatura, e que constituía apenas a capa de um domínio político de velhas raposas habituadas ao poder e dispostas a consentir na criação de um sistema



Major-médico Jean-Baptiste Ouedraogo: «homem forte» do novo regime?



de poder pessoal; 2 — a sua determinação firme em não repetir os erros do passado.

Antes de tratar do regresso dos militares aos quartéis e da instauração de um novo esquema constitucional, achava Saye Zerbo que o mais urgente era solucionar problemas muito concretos: fome, corrupção, falta de justiça social, mobilização de recursos. Na política externa, afirmava a fidelidade ao Não-Alinhamento, à OUA e às organizações subregionais. Saye Zerbo declarava-se, ao mesmo tempo, detentor de um poder que não precisava das instruções de Paris, fazendo notar como esse simples facto era singular no panorama geral da antiga AOF.

Mas logo nesta entrevista era notório um paradoxo: o pedido feito ao Ocidente no sentido de este fornecer ao Alto Volta os financiamentos indispensáveis à concretização dos projectos em estudo ou ainda não esquematizados sem os quais o Alto Volta é economicamente inviável.

Os mesmos erros

Não tardou que os factos demonstrassem que afinal Saye Zerbo e os militares do CMRPN estavam a seguir as mesmas pisadas do regime anterior. Logo por altura da constituição do governo, no dia 7 de Dezembro de 1980, os voltaicos começaram a ficar altamente desconfiados com o que viam: Saye Zerbo, que havia sido homem de confiança de Lamizana, chamava de novo à

política activa antigos ministros do presidente deposto, os quais se caracterizavam pelo denominador comum de terem sido expulsos das funções governamentais sob acusações de incompetência ou desvio de fundos públicos.

O programa do governo apresentado no dia 1 de Maio do ano seguinte, pecava pela sua vaguidade e por ser uma salgalhada de promessas sem substância e de retomada de projectos do regime anterior.

A acção directa dos novos governantes caracterizou-se pela incoerência total: um exemplo notório é o do problema da emigração. O Alto Volta esvai-se lentamente com o envio de milhares de trabalhadores para dois países vizinhos: a Costa do Marfim e o Gana. As camadas conscientes da população voltaica consideram que esse é um dos graves problemas nacionais e reclamam solução para ele. Que fez o governo Saye Zerbo? Proibiu, pura e simplesmente, a emigração, sem, ao mesmo tempo, tomar quaisquer medidas para reabsorver o excedente de mão-de-obra daí resultante, num país cujas populações rurais fogem para as cidades, engrossando o exército de desempregados, marginais e delinquentes.

Confrontado com uma situação económica catastrófica, o regime militar teve que se haver com as reivindicações sindicais e com a recusa da CSV em se associar a um «pacto social» aceito pelas outras centrais.

O anúncio de limitações sérias às liberdades sindicais fez desencadear a luta aberta entre a CSV e o poder.

Seguindo os caminhos já batidos por outros regimes, o de Saye Zerbo procurou resolver o problema, proibindo o direito à greve e recorrendo à dissolução daquela central sindical e à prisão do seu dirigente máximo, Soumane Traoré. As outras centrais (Confederação Nacional dos Trabalhadores Voltaicos, Organização Voltaica dos Sindicatos Livres e União Sindical dos Trabalhadores Voltaicos) mantiveram-se na expectativa.

Em Janeiro deste ano, numa tentativa de acalmar os sindicatos, Saye Zerbo restaurou o direito à greve, mas impondo-lhe graves limitações, e mantendo o «tecto salarial» manifestamente abaixo do nível capaz de permitir à população fazer face à alta do custo de vida e à deterioração do poder de compra.

A combatividade dos sindicatos, a incapacidade demonstrada pelos militares ao fim destes meses faziam prever que o regime nunca poderia durar os 14 anos que Lamizana se manteve no poder, e que a sua queda era uma hipótese a ter sempre em conta.

O novo golpe

A queda veio a verificar-se no dia 7 de Novembro deste ano, isto é, a poucos dias de uma planejada «visita de trabalho» de Saye Zerbo a França. (Facto significativo ou pura coincidência?) Uma vez mais, há um contínuo de pessoas no poder. Assim, um dos regimentos envolvidos na acção de 7 de Novembro deste ano — o dos «páras», ao qual pertence o capitão Thomas Sankara



Soumane Traoré. A sua prisão precipitou os acontecimentos.

— participara já na queda de Lamizana. Esse oficial — que alguns consideram uma espécie de Jerry Rawlings do Gana — pertencera ao governo de Saye Zerbo, do qual saíra no passado dia 24 de Abril. Uma vez mais, os militares no poder juram fidelidade aos compromissos internacionais subregionais, isto é, a manutenção do Alto Volta no Concelho da Entente (Benim, Costa do Marfim, Níger e Togo), na UMOA (União Monetária do Ocidente, da qual fazem parte os mesmos países mais o Senegal) e na CEAO (Comunidade Económica da África Ocidental — os mesmos seis países mais o Mali e a Mauritânia).

Uma vez mais, os militares se mostram um tanto vagos. No dia 18 de Novembro passado, o major-médico Jean-Baptiste Ouedraogo, que surgiu um tanto inesperadamente como «homem forte» do novo regime, deixando na sombra aparente o capitão Thomas Sankara, declarou na primeira conferência de imprensa dada após o golpe, que as novas «orientações» do regime eram as seguintes: restabelecer a ordem, reorganizar o exército e o aparelho de Estado; instaurar uma verdadeira justiça social; garantir as liberdades individuais e colectivas no respeito pelos direitos do homem; promover o desenvolvimento económico, social e cultural; caminhar para uma vida constitucional, cuja normalização se verificará no prazo máximo de dois anos com o regresso dos militares aos quartéis.

O primeiro acto do novo regime foi a libertação dos presos encarcerados desde o golpe anterior.

Em suma: o que dizem e o que fazem os novos militares no poder no Alto Volta não permite tirar quaisquer ilacções. Aliás uma das características «sui generis» deste golpe é o obstinado silêncio a que as novas autoridades se remetem, e o prolongado isolamento que impuseram ao país. Um pormenor que pode ser significativo (ou não) está no facto de, contrariamente ao que aconteceu com os autores do golpe anterior, estes não terem considerado necessário correr até Abidjan para receberem a «bênção» de Houphouët-Boigny. Há um outro aspecto deste golpe que certos comentaristas anotam, apontando-o como um caso sem precedentes na antiga África Ocidental Francesa: os autores do golpe são todos oficiais de patente inferior. Nada disto, porém, nos autoriza a fazer quaisquer conjecturas.

Alguns indícios reveladores

No entanto, há outros elementos que permitem certas especulações. Das informações que têm vindo a lume, podemos tirar uma primeira conclusão: as divisões registadas no exército durante o mandato de Saye Zerbo foram um dos factores decisivos para a queda do regime. Essas divisões passaram pelas opções dos oficiais pertencentes fundamentalmente a duas gerações. Os mais velhos, veteranos ainda das guerras em que combateram ao lado dos colonialistas franceses, e os mais novos, homens educados já no Alto Volta independente, nacionalistas, desejosos de escaparem às garras neocolonialistas. Este segundo grupo de oficiais, no qual se integram Thomas Sankara e Jean-Baptiste Ouedraogo (de certo familiar dos vários políticos deste nome, dois dos quais nutriam convicções opostas e foram personalidades influentes dos anteriores regimes) caracteriza-se ainda pelas simpatias em relação ao regime ganês de Rawlings e pelos contactos crescentes com os sindicatos mais intransigentes (isto é, a CSV).

Isto pode significar que, à partida, o novo regime terá intuítos nacionalistas democráticos. Uma afirmação feita na referida confe-

rência de Imprensa — a promessa de um rápido regresso aos quartéis — não deve induzir-nos em erro. Não será essa a linguagem habitual dos jovens oficiais nacionalistas. Rawlings começou por utilizá-la e acabou por reconhecer o seu erro inicial, dando um segundo golpe em Dezembro de 1981. Mas a situação do Alto Volta é peculiar: o regresso à constitucionalidade é uma exigência dos sectores mais progressistas, que, apesar de tudo, têm tido nesse arremedo de parlamentarismo uma defesa contra os desvios e abusos mais gritantes dos dirigentes vendidos a interesses alheios aos do país.

Há outra indicação que nos pode confirmar nesta suposição: além de tudo o mais, o golpe presente é também uma reacção da tribo mais numerosa (cerca de 50 % da população, num país cujas etnias são extremamente diminutas e variadas), os mossis (senhores de um dos impérios mais duradouros da África Negra) que, desde a queda de Maurice Yameogo, em 1966, se sentem afastados do poder. Ora, passa-se com esta etnia um fenómeno singular: a sua islamização galopante. Em 1955, só 150 mil mossis eram muçulmanos e em 1978 o Islão (única religião do mundo que consegue hoje expandir-se) era a crença de um milhão e 500 mil mossis. Se a taxa de crescimento do Islão entre os mossis continuar idêntica e se eles conhecerem uma subida de natalidade igual à da média da população do Alto Volta (25 % ano) isto significará que metade do povo mossi é hoje muçulmano. Que tipo de «muçulmanismo»? Não custa a admitir que exista entre muitos elementos islamizados dos mossis — cuja conquista foi extremamente difícil para os brancos — uma tendência anti-ocidental, característica dos movimentos islâmicos que desde 1980 afligem a Nigéria e que ainda há bem pouco tempo suscitaram graves incidentes, dos quais resultaram, pelo menos, 300 mortos. Aliás a vaga islâmica que se regista no mundo árabe e no mundo africano fronteiro tem como denominador comum esse comportamento nacionalista, anti-ocidental, apesar de certas

componentes indicativas de um retrocesso ideológico em relação aos altos momentos do «despertar árabe» e africano de décadas passadas.

Os grupos regionais

Podíamos ser levados a grandes especulações sobre uma eventual viagem do Alto Volta, com consonâncias ideológicas em relação ao Gana. Apresentamo-las, embora nos pareçam demasiado prematuras, tanto mais que em Acra as coisas estão longe de se encontrar estabilizadas.

A desilusão que as independências dos Anos 60 causaram nas camadas mais politizadas dos países da África Negra tendem a pôr em causa, não certos princípios dos ideólogos de então, mas sim o facto de a obra desses ideólogos não ter sido levada a cabo. O panafricanismo de N'Krumah (derrubado pelas camadas reacionárias do Gana, em cumplicidade com as potências do Ocidente) é uma ideia que pode ainda viver na área da sua influência pois esse dirigente, ao contrário de outros (por exemplo, Kenyata), não chegou a «cristalizar» no poder.

E neste ponto regressamos aos mossis. A figura histórica desta etnia é Maurice Yameogo, cuja acção política, cheia de tergiversações, se caracterizou, a certa altura, por uma tentativa de unidade com o Gana de N'Krumah, que se traduziu nomeadamente na criação de uma zona de livre câmbio entre os dois Estados (apesar de o Alto Volta pertencer ao Conselho da Entente, por decisão do próprio Yameogo).

Nessa altura, entre a alternativa de uma união com o Gana ou com a Costa do Marfim, a primeira opção — isto é, a favor do Gana — era, sem dúvida, a preferível. Era o Gana o maior importador de gado e arroz altovoltaicos e o maior mercado que os comerciantes de têxteis do Alto Volta abasteciam. Por outro lado, os acordos alfandegários entre os dois países permitiram uma eficaz repressão do contrabando, que ameaça seriamente a economia ganesa. Finalmente, era o Gana que recebia a maior parte dos trabalhadores que saíam do Alto Volta como imigrantes.

Acontece, porém, que esta opção era inteiramente contrária aos interesses neocoloniais da França. Nessa altura, havia o espectro da

formação de uma vasta unidade territorial, económica e política, entre o Alto Volta, o Gana, o Mali e a Guiné (que então se distinguiu pela sua vigorosa posição antifrancesa). Se tal viesse a produzir-se, a Costa do Marfim ficaria isolada dos restantes membros do Conselho da Entente, e a França, que tinha em Abidjan, o seu gendarme neocolonialista, arriscava-se a perder posições importantes na sua antiga A.O.F.

O que se passou posteriormente foi a opção Costa do Marfim, de tal modo assumida pelo Alto Volta que, em muitos sentidos, Uagadugu será a terceira capital voltaica: a primeira é Paris, a segunda, Abidjan.

Margem de manobra

Que lucros teve o Alto Volta com essa opção? Vinte e dois anos após a independência, os habitantes do país têm um dos rendimentos mais baixos do mundo (70 dólares anuais por habitante, em 1975). A criação e exportação de gado, que foi uma das riquezas tradicionais do país, ficou duramente afectada com a seca do Sahel. Obrigado a importar alimentos, o Alto Volta só poderá garantir a auto-suficiência se obtiver os consideráveis financiamentos de que necessita para solucionar os problemas de irrigação. As boas perspectivas mineiras do país não passam de perspectivas. As gigantescas reservas de manganês (e também vanádio, bauxite, zinco, chumbo e níquel) existentes em Tambao, e cujas pesquisas foram concedidas, embora com capital maioritário do Alto Volta, a um consórcio do Japão, RFA, EUA e França, não são aproveitadas porque os projectos encontram-se congelados por falta de financiamento e de infra-estruturas de transporte.

A França e a CEE são as duas principais fontes de investimento estrangeiro. Mas os esforços de investimento dirigem-se sobretudo para indústrias de substituição de importações. Os três principais projectos de desenvolvimento (e a criação de infra-estruturas de transporte que lhes está ligada), indispensáveis para que o Alto Volta possa alcançar a verdadeira inde-



O derrube de Lamizana (à esquerda), em Novembro de 1980, pelos militares encabeçados pelo coronel Saye Zerbo (à direita) criou expectativas rapidamente desfeitas que agora surgem de novo

pendência estão parados. Os financiadores imperialistas têm recusado até agora os fundos para esses planos, que são o Ordenamento dos Vales dos três Voltas, a reabertura da mina de ouro de Pura, a exploração do já falado campo de Tambao.

Necessariamente desencantados com estes vinte e dois anos de experiência, os altovoltaicos decerto ansiavam por uma substituição de financiadores e aliados económicos. Sabe-se o esforço que os países árabes têm vindo a desenvolver desde 1973, nomeadamente com a criação do Banco Árabe para o Desen-

volvimento Económico da África (BADEA), para fazer cessar o fosso tradicional entre a África do Norte, integrada no mundo árabe, e a África dita Negra. O Banco, criado para compensar os países africanos não produtores de petróleo, devido à alta dos preços do «ouro negro» e em troca da solidariedade africana para com os árabes contra Israel, é financiado maioritariamente por duas potências: a Líbia e a Arábia Saudita.

A Líbia é hoje um dos grandes esteios económicos do Gana. Não custa a crer que os novos dirigentes

voltaicos estejam dispostos a fazer a viragem. É certo que começaram por declarar que continuariam fiéis aos três agrupamentos subregionais já citados (os quais, no fundo, mais não são do que uma expressão do neocolonialismo de Paris e do domínio da Costa do Marfim sobre o Alto Volta). Também é certo que os novos dirigentes não se deslocaram à cimeira da OUA, mas esse facto pode explicar-se por razões puramente internas. Mas esta declaração pode ser entendida apenas como uma defesa de um regime em princípio de vida e que, portanto, precisa de não assustar os vizinhos, nem a antiga metrópole.

De qualquer modo, o facto de ser feita indica já que os dirigentes de Uagadguu manobram num espaço demasiado estreito. Daí que não baste saber quais as verdadeiras intenções de quem está agora no poder no Alto Volta. É preciso saber — e isso só o futuro no-lo dirá — se eles conseguem levar de vencida os gigantescos obstáculos que a dependência ergue no seu caminho. □



Fugirá finalmente o Alto Volta ao neocolonialismo?



sismet
SISTEMAS E METODOS DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, SARL

Com uma equipa de mais de uma centena de colaboradores, constituímos um conjunto de especialistas com elevado grau de conhecimentos, experiência e capacidade. Somos uma organização empresarial dinâmica que trabalha em Portugal, Moçambique e Angola, para entidades do aparelho de estado, autarquias locais, sectores empresarial e cooperativo e outras instituições.

A nossa larga experiência, a crescente especialização, uma permanente criatividade e a adaptação às realidades e exigências dos nossos Clientes, são componentes constantes da nossa forma de actuação e garantem o continuo reforço da capacidade SISMET.

- ADMINISTRAÇÃO, DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO ORGANIZAÇÃO ESTUDOS Rua de Beneficência, 229-234 e 3.º 1600 LISBOA Telef. 763701-763679-724522
- DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA Av. Santos Dumont, 50 1000 LISBOA Telef. 731480
- DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS Rua Sanches Coelho, 1-9.º 1600 LISBOA Telef. 767931
- ESCRITÓRIO NA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE Av. Ságuas Michel, Pólo Fronte Azul-4.º andar C. P. 2906 MAPUTO Telef. 22417
- CORPO TÉCNICO PERMANENTE NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA C. P. 10789 LUANDA Telef. 36213

Áreas de Actuação

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

- Modelos de estrutura
- Organização de sistemas: — Gestão de pessoal patrimonial, expediente e arquivo, aprovisionamentos, contabilidade, controlo de custos
- Sistemas de informação para gestão

FORMAÇÃO

- Planeamento e implementação de acções de formação
- Cursos de organização, planeamento e gestão
- Cursos de análise de sistemas
- Cursos de aperfeiçoamento profissional

ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

- Planeamento e gestão urbana
- Estudos de desenvolvimento integrado
- Estudos socioeconómicos

RECRUTAMENTO E SELECÇÃO

- Elaboração de perfis funcionais
- Aplicação de provas técnicas e de aptidão
- Classificação profissional

ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÓMICA

- Estudos de viabilidade e oportunidade: — projectos industriais — zonas industriais — áreas de empresas
- Estudos de investimentos
- Estudos tarifários

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

- Concepção de meios audiovisuais
- Concepção e implementação de exposições

INFORMÁTICA

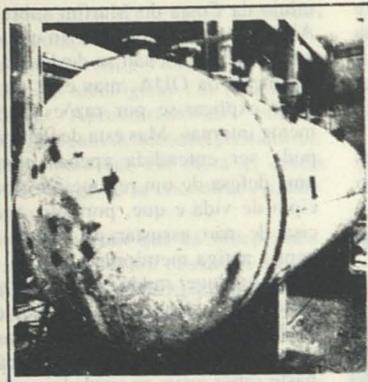
- Concepção de sistemas
- Análise funcional e organica
- Programação
- Gravação de dados
- Processamentos
- Consumos de água, vencimentos, gestão de pessoal, contabilidade, stocks, controlo de projectos

GERENCIAMENTO E COORDENAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

- Estudo de optimização de empreendimentos
- Estudo e acompanhamento de financiamentos
- Análise e elaboração de propostas, cadernos de encargos, programas de consultas e contratos
- Coordenação geral de empreendimentos
- Assessoria à gestão de empreendimentos

Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

- ★ Mecânica geral
- ★ Reconstrução de motores
- ★ Manutenção fabril

Casal do Marco

SEDE E FÁBRICA:
Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal
Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934
Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines

Da prosperidade à crise

Atravessando uma grave situação financeira, o país do «apartheid» compromete a sua imagem de solidez económica que Pretória projectou no mundo

Gabriel Omotozo

A imagem de solidez económica que, com grande esforço, o regime da África do Sul procurou inculcar no cenário internacional caiu por terra logo que o governo de Pretória se juntou à fila dos governos que pedem auxílio ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Depois de nos últimos meses ter «corrido» a banca internacional em busca de empréstimos — que segundo as autoridades económicas sul-africanas originaram um endividamento muito grande — o governo de Pretória pediu ao FMI um crédito avaliado em 1.100 milhões de dólares.

A modalidade desta operação significará, para o regime racista, — como é aliás «hábito» neste tipo de operações realizadas por aquela instituição financeira internacional — a sujeição às condições impostas pelo FMI, o que poderá trazer contradições com a política económica do regime ou mesmo com certas instituições relacionadas com o *apartheid*.

O delegado sul-africano solicitou o referido crédito ao FMI no passado dia 5 de Outubro, e ainda que nessa altura se soubesse já que a economia sul-africana passava momentos difíceis, os dados e as análises surgidas no seguimento do pedido então realizado vieram dar uma imagem completamente diferente da que fora durante tanto tempo propalada, o que constitui uma preocupação adicional para Pretória.

A origem dos problemas centra-se, sobretudo, no défice da balança de pagamentos, défice este que atingirá no final do corrente ano uma cifra «recorde». A causa imediata explicativa deste défice encontra-se na queda do preço do ouro, de que a África do Sul é o principal produtor mundial. No entanto, factores de ordem estrutural estão também na origem desta diferença negativa entre aquilo que a África do Sul recebe do estrangeiro e o que, no mesmo período, tem de pagar ao exterior.

O «boom» do preço do ouro foi atingido em finais da década passada: o preço «recorde» do metal amarelo atingiu então o valor de 850

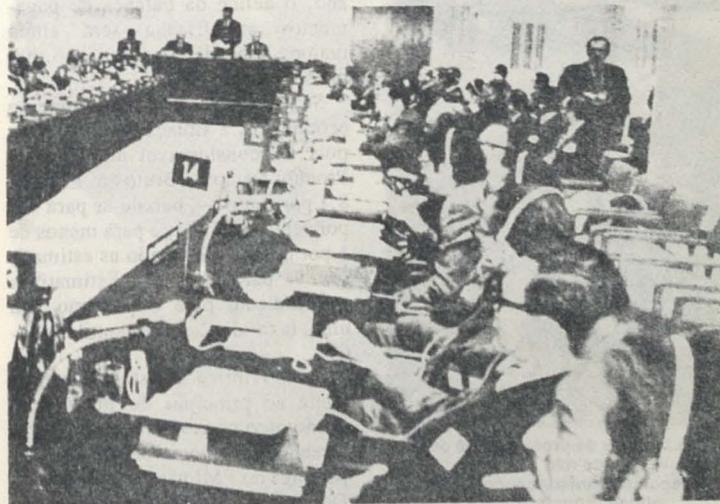
dólares a onça. Esta cotação excepcional levou a um incremento notável das exportações e, pelo facto de se ter registado durante um período relativamente prolongado, dotou o país de um elevado poder aquisitivo. Durante esses anos o regime esteve em condições de sanear a sua economia, mas a maneira como actuou leva-nos a pensar que teria agido como se esse «boom» fosse eterno. Aumentou em flecha os gastos militares e expandiu enormemente a máquina burocrática e o sistema de subsídios que sustenta o *apartheid*.

Um «crescimento» negativo...

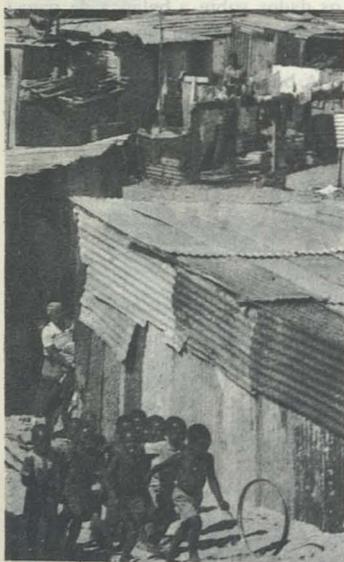
Com a alta do dólar e das taxas de juros nos Estados Unidos, a situação inverteu-se, levando os capitais especulativos a largar o ouro, que entretanto conhecia uma queda na vertical, para jogar na moeda norte-americana.

Em Junho do corrente ano, a cotação do ouro situava-se nos 358 dólares a onça, e não obstante ter conhecido uma reanimação por altura do pedido de Pretória ao FMI (a 11 de Outubro, a onça ouro atingia os 438,5 dólares na Bolsa de Londres) os dados sobre a balança de pagamentos revelavam uma situação insustentável.

A bonança aurífera tinha ocasionado em 1979 um excedente na ba-



Reunião do FMI: um billão de dólares para o «apartheid»



A fachada de prosperidade dos brancos não consegue esconder a crise económica que atinge, principalmente, a maioria negra

lança de pagamentos corrente de 3.300 milhões de dólares. Porém, a incapacidade ou o erro de estimativa que impediu a contenção das importações quando o quadro se modificara radicalmente tornou-se patente em 1981, ano em que foi conhecido um défice de mais de 4.000 milhões de dólares.

Segundo as estimativas para este ano, o défice da balança de pagamentos sul-africana será ainda maior e ascenderá a cerca de 6.000 milhões de dólares.

Se atendermos ao crescimento económico, a situação é igual. Depois do considerável aumento do Produto Nacional Bruto em 1980 — 8,1 por cento —, baixou-se para 4,6 por cento em 1981, e para menos de 1 por cento — segundo as estimativas — para este ano. Estimativas que indicam para o próximo ano uma taxa de 'crescimento' negativo...

Se a retórica racista de adesão plena ao princípio do liberalismo económico correspondesse de facto à realidade, a intervenção dos inspectores do FMI não seria de temer. Decida-se ou não o FMI — controlado, não o esqueçamos, pelo prin-

cipal aliado da África do Sul, os Estados Unidos — a impor as mesmas rígidas condições que aos demais países do Terceiro Mundo, o certo é que, de um ponto de vista ortodoxo, e atendendo ao tradicional 'receituário do Fundo, a economia sul-africana apresenta anomalias incompatíveis com o 'tratamento de choque' do FMI. Praticamente um sistema enganoso de câmbios, concede-se subsídios aos agricultores e mantém-se uma burocracia exuberante, três aspectos que, em princípio, deverão ser rectificadas, mas que encontrarão, por certo, uma firme oposição dos círculos racistas. Para Pretória, o gigantismo burocrático torna-se indispensável para manter o próprio sistema de segregação racial que impõe inumeráveis controlos do Estado sobre uma subjugada população de cor (os brancos constituem apenas 19 por cento da população).

Por outro lado, os subsídios agrícolas absorvem recursos enormes, em facilidades como créditos baratos e outras. Trata-se de um instrumento que favorece exclusivamente os agricultores brancos, que constituem precisamente a base do partido governante.

Como adequação parcial ou simples preparação às previsíveis exigências do FMI, o governo de Pretória, mesmo antes de ter apresentado o seu pedido de empréstimo, decretou uma série de medidas de restrição. A moeda nacional — o rand — foi desvalorizada em 35 por cento em relação ao dólar, e o imposto de transacções (imposto geral sobre as vendas) subiu de 4 para 6 por cento. O aumento deste imposto, que prejudica em particular os sectores de mais baixos recursos — ou seja a pauperizada maioria de cor — é já um forte indício de quem irá sofrer a carga maior da crise que atinge a economia sul-africana. Apesar da Assembleia Geral da Nações Unidas ter adoptado uma resolução opondo-se à concessão do auxílio à África do Sul (121 votos a favor e apenas 3 contra), os Estados Unidos levaram o FMI a autogar, em fins de Novembro, um empréstimo de 1070 milhões de dólares ao regime do apartheid. □

A Igreja contra o «apartheid»

Num panfleto clandestino, o bispo Desmond Tutu denuncia a segregação racial com factos e números, analisando as suas consequências para a população negra da África do Sul

A redacção de cadernos do terceiro mundo teve acesso a um panfleto que circula clandestinamente na África do Sul, assinado pelo bispo Desmond Tutu, secretário-geral do Conselho das Igrejas daquele país, no qual é posta a nu toda a desumanidade do regime do apartheid e denunciadas as suas consequências, dentro de uma abordagem cristã e social. Tal documento, além de ser extremamente elucidativo, representa uma atitude corajosa e frontal contra o regime segregacionista de Pretória, tanto mais importante quanto é subscrito por voz autorizada e respeitada interna e externamente e também por, de qualquer modo, exprimir a opinião das entidades religiosas acerca do apartheid.

Damos seguidamente um resumo de tal documento, transcrevendo na íntegra algumas das suas passagens mais eloquentes.

O panfleto começa por abordar a necessidade de justiça na sociedade, que os cristãos por princípio são obrigados a defender, acentuando a existência de regimes políticos que por basearem as suas estruturas na defesa dos privilégios das minorias à custa da maioria têm de ser rejeitados. Tal sucede com o regime da África do Sul, cujas estruturas políticas, económicas e sociais, baseadas na exploração e opressão da população negra, são falsamente justificadas com argumentos cristãos, por aqueles que se proclamam cristãos. Denuncia-se o medo, a miséria e a separação impostas a milhões de

sul-africanos, concluindo: «É por estas razões que o «apartheid» tem de ser considerado herético, ... pois exige que nos rejeitemos e separemos uns dos outros, permite que os ricos sejam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, exclui dos 'muros da cidade', à custa das armas de destruição e morte, aqueles que cá fora gritam para que esses 'muros' sejam derrubados. Cristo está fora dos muros. Lá dentro é onde Ele é crucificado.»



Desmond Tutu, secretário-geral do Conselho das Igrejas

Alterações constitucionais: a hipocrisia dos objectivos

Passando à questão política, o documento analisa as propostas constitucionais que estão em vias de ser impostas e que, embora proponham (por questões de interesse adiante referidos) o acesso dos mestiços e asiáticos a uma estrutura centralizada de governo, retiram na realidade o poder ao Parlamento para o concentrarem nas mãos do presidente executivo. Estas alterações visam fundamentalmente excluir os negros das estruturas de decisão e retirar-lhes não só a capacidade de votar, como a cidadania sul-africana, passando a ser estrangeiros no seu próprio país. Tal já tinha sido aliás denunciado em 1978, pelo dr. Connie Mulder, então ministro bantu da Administração e Desenvolvimento, que afirmara no Parlamento: «Não devem subsistir quaisquer dúvidas de que se esta nossa política for levada até às suas lógicas consequências, naquilo que respeita aos negros, não haverá qualquer negro com a cidadania

sul-africana.»

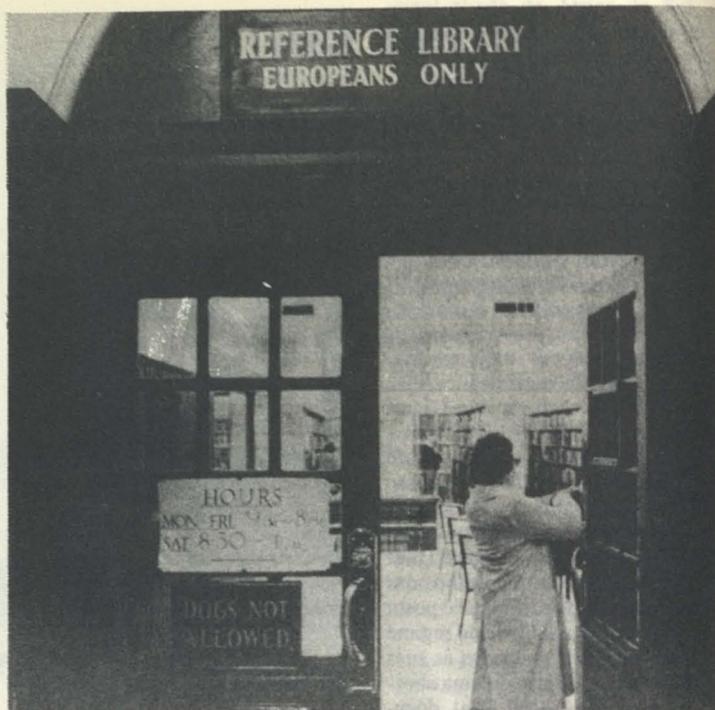
Entre Outubro de 1976 e Dezembro de 1981, 8 milhões de sul-africanos ficaram sem a cidadania sul-africana. Deixaram de existir sul-africanos de etnia Xhosa, Tswana ou Venda. 737.000 sul-africanos das etnias Ka Ngwane e Ingwavuma, que falam suazi, vão ser «dados» à Suazilândia. 96.000 sul-africanos que falam zulu, vão ser «dados» a outro país. Qual será o próximo? Quantos mais negros estarão para ser expulsos?

Militarização acelerada

Paralelamente a este processo de fragmentação da população negra, aumenta aceleradamente a militarização com o recrutamento de todos os homens brancos a ser alargado aos mestiços e asiáticos logo que tenham obtido a capacidade de votar. Tal militarização tem em vista reforçar as forças armadas a fim de fazerem aplicar as mudanças radicais previstas para a Constituição. E o documento acrescenta: *«Os estudantes estão a ser encorajados a alistarem-se na polícia, outros deixam o país para aprender a combater. Damos às nossas crianças, como presentes de Natal, brinquedos de guerra que enaltecem e espalhamos o ódio aos outros com os canos das nossas espingardas. Muitos jovens têm morrido na prisão, muitos homens e mulheres ali têm sido torturados. Dirigentes dos trabalhadores são acossados, perseguidos e presos, jovens são enviados por longo tempo para a prisão por se recusarem a denunciar os amigos. Movemo-nos nas trevas da clandestinidade. Isto não é justiça.»*

Ghettos e desemprego

A separação física continua a processar-se mediante a aplicação do programa de reinstalação e de sucessivos desalojamentos, de acordo com os termos da Lei das Áreas dos Grupos. Até Setembro de 1981, 2.013 famílias brancas, 73.392 famílias mestiças e 34.135 famílias indianas, isto é, cerca de um milhão de pessoas, foram desalojadas e



Biblioteca pública na África do Sul: proibida a entrada a negros, mestiços e hindus. E a cães

reinstaladas, nos termos da Lei. Entre 1960 e 1980, 1.250.000 negros foram expulsos das áreas rurais «brancas» e 750.000 das áreas urbanas «brancas» e enviados para as reservas. Muitos outros foram deslocados de uma região para outra «no interesse da pureza étnica». As 60.000 pessoas que vivem no corredor entre o Transkei e o Ciskei encontram-se à espera de serem deslocadas. Os povos negros de Mathopstad, Oriefontein, Ngema, Daggakraak, Vryheid, Paulpietersburg, Dundee, Glencoe, Ladysmith e Chesterville, estão também para ser deslocados. Quantos faltarão ainda?

Cinquenta e quatro por cento do total da população negra sul-africana vive agora concentrada nas reservas, em comparação com os 40% que aí viviam em 1960. Ali é impossível viver em harmonia com o ambiente: a terra é deserta de pastagens, árvores e seres vivos, o solo é arrastado em cada tempestade de Verão, o trabalho de criação de Deus é violado pela luta dos homens em sobreviver na aridez dos deser-

tos. Ali apenas vivem homens, mulheres e crianças esfomeados, apenas existem bacias de lavagem a brilhar debaixo do sol, baldes de dejectos a extravasar, fedor e moscas, doença e miséria. Uma vez dentro das reservas, as pessoas são apanhadas numa ratoeira. Não lhes é permitido sair à procura de trabalho e somente podem ser recrutadas através dos Gabinetes de Trabalho. Todavia, o recrutamento está a ser drasticamente diminuído, e as requisições a serem reduzidas. No Transkei, por exemplo, entre 1978 e 1980, o recrutamento baixou de 425.000 para 345.000. Neste último ano, a taxa de emprego no Transkei era de 16% (145.000 pessoas, 40.000 das quais entre 16 e 22 anos). No Ciskei o desemprego atinge os 25%. Nas áreas de reinstalação de Sada, Dimbaza Kammaskraal e Glenmore é de 29, 35, 36 e 38%, respectivamente.

Uma das recentes «alterações» consiste na concentração do privilégio em ter um trabalho urbano. Os patrões são aconselhados a empre-

gar população urbana e a legislação concede vantagens àqueles que seguem esse princípio... Hoteis internacionais, teatros e restaurantes, a que poucos têm acesso, aumentam a exclusão dos restantes.

Repressão e penalidades

Esta exclusão vai ser completada através da nova medida de controlo a ser tornada lei na próxima sessão do Parlamento. O Movimento de Ordenação e Colocação de Pessoas Negras estipula que ninguém sem autorização pode circular em qualquer área urbana entre as 10 da noite e as 5 da manhã e, a menos que tenham sido previamente autorizadas, todas as pessoas negras são consideradas «não autorizadas». Qualquer pessoa que dê trabalho a um negro «ilegal» pode ser multado em 5000 Rands ou 12 meses de prisão. Qualquer negro encontrado numa área urbana, dentro ou fora de casa, entre as 10 horas da noite e as 5

da manhã, pode ser multado em 500 Rands ou enviado para a prisão durante 6 meses. Quem alojar pessoas não autorizadas pode ser também preso por 6 meses ou multado em 500 Rands, além de um adicional de 20 Rands por cada dia em que prosiga o delito.

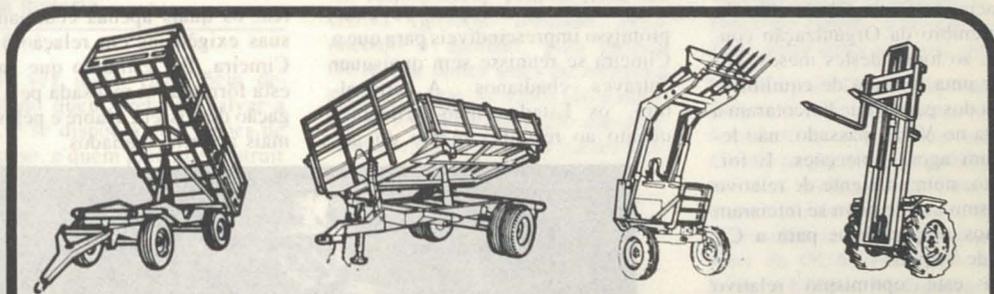
Em consequência destas medidas ergueu-se um muro em torno das cidades e vilas da África do Sul, fora do qual ficam os pobres e os necessitados. A terra é utilizada para dar lucros e proporcionar trocas com o estrangeiro em vez de produzir alimentos. Os agricultores estão a transformar-se, cada vez mais, em servos dos grandes latifundiários ausentes. Aumenta a superfície das quintas e diminui o número dos proprietários, por isso os que não têm terra estão, cada vez mais, em pior situação. O desenvolvimento económico assenta na importação de tecnologia ocidental e no investimento em maquinaria à custa dos homens. A intensiva economia capi-

talista sul-africana está neste momento a ocasionar uma quebra anual de 100.000 postos de trabalho.

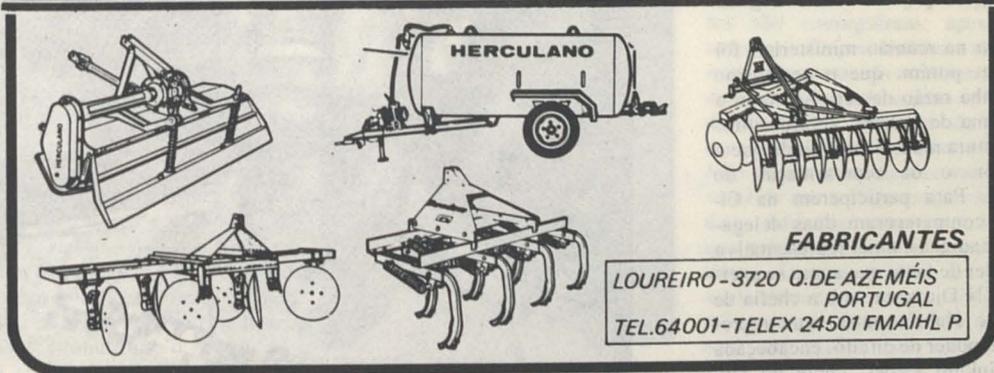
Em 1924, os brancos eram 21% da população total e auferiam 75% do rendimento nacional. Menos de meio século depois, os brancos são 18% da população total e auferem 72% do rendimento nacional. Do rendimento da propriedade (terra, edifícios, máquinas), 98,1% pertencem a brancos.

O panfleto clandestino do Conselho das Igrejas — um desdobrável de formato A-4 com letra em corpo pequeno — depois da profusa enumeração de dados e factos que aqui resumimos, conclui com uma mensagem de esperança cristã não sem antes prever uma intensificação da repressão.

«É possível que nós, os do Conselho das Igrejas, venhamos a ser em breve silenciados ou severamente reprimidos na nossa preocupação pela aplicação de justiça» (Maria Carlota Melo) □



HERCULANO alfaias agrícolas



FABRICANTES
LOUREIRO - 3720 O. DE AZEMÉIS
PORTUGAL
TEL. 64001 - TELEX 24501 FMAIHL P



OUA

Cimeira de Tripoli falha à segunda

Em Agosto foi a questão saharai, em Novembro a questão chadiana: não faltam pretextos aos sabotadores da organização pan-africana

Lígia Chaves

PELA segunda vez em quatro meses malogrou-se em Trípoli a realização da 19.ª Cimeira da Organização da Unidade Africana (OUA). Recorde-se que em Agosto passado, o pretexto a que se prenderam os sabotadores da conferência foi o da participação da República Árabe Saharaui Democrática (RASD). A comissão saída de Trípoli em Agosto para sanar as divergências então surgidas à volta do 51.º membro da Organização conseguiu, ao longo destes meses, encontrar uma fórmula de equilíbrio. Alguns dos países que boicotaram a Cimeira no Verão passado, não levantaram agora objecções. E foi, portanto, num ambiente de relativo optimismo que de novo se iniciaram trabalhos preparatórios para a Cimeira de Trípoli.

Para este optimismo relativo contribuiu a decisão da RASD, que resolveu abster-se de participar no encontro, mantendo, no entanto, bem clara que esta atitude pacificadora não significava a renúncia à sua pertença de pleno direito à Organização.

Logo na reunião ministerial, foi patente, porém, que o optimismo não tinha razão de ser. Afastado o problema do Sahara, surgiu outro, porventura mais bizarro ainda que o anterior: o da representação do Chade. Para participarem na Cimeira compareceram duas delegações chadianas: uma, representativa do poder de facto que agora se exerce em N'Djamena, sob a chefia de Hissene Habré, outra, que representa o poder de direito, encabeçada por Gukuni Uedei, chefe do Go-

verno de União Nacional Transitório (GUNT) e que há poucos meses constitui um governo provisório em Bardai.

Impossibilitada de chegar a acordo, a sessão ministerial decidiu-se por uma solução transitória: entregar o caso aos chefes de Estado. Foi então criada uma comissão encarregada de efectuar os contactos e encontrar as soluções de compromisso imprescindíveis para que a Cimeira se reunisse sem quaisquer entraves - chadianos -. A certa altura, os Estados mais reticentes quanto ao reconhecimento do go-

verno Habré deram um passo muito significativo, ao aderirem à tese da "cadeira vazia" - em termos inesperados, pois, embora exigissem a retirada da representação de N'Djamena (Hissene Habré) naquela reunião, consideravam-na a verdadeira - dona da cadeira - e abandonavam os direitos do GUNT e de Gukuni Uedei. Tratava-se claramente de uma vitória dos sabotadores, os quais apenas cederiam nas suas exigências em relação à 19.ª Cimeira. Por estranho que pareça, esta fórmula foi recusada pela delegação de Hissene Habré e pelos seus mais acérrimos aliados.



Washington não quer Kadhafi na presidência da OUA



Samora Machel, Mengistu Mariam, Didier Ratsiraka. Moçambique, Etiópia, Madagascar e a Líbia declaram não aceitar qualquer compromisso em relação a Habré.

Sabotadores: «francófonos» na sua maioria

Uma vez mais, ficou bem demonstrado quem pretende salvar a OUA, e se dispõe a concessões de certo peso, e quem pretende destruir aquela Organização. Incapaz de ter peso numérico que lhe dê a maioria no seio da OUA, o grupo sabotador prefere liquidar o *forum* supremo do continente africano a submeter-se aos mecanismos democráticos.

Uma simples enumeração dos países que se retiraram do Conselho Ministerial (Senegal, Niger, Gâmbia, Togo, Zaire, Marrocos, Camarões, Djibuti, Guiné-Conakry, Comores, República Centro-Africana, Gabão, Guiné-Equatorial, Costa do Marfim) e dos que não compareceram (Sudão, Somália, Egipto, aos quais há a acrescentar o Alto Volta, cuja ausência se explica por factores estritamente internos) mostra-nos que em Novembro os países «francófonos» reeditaram a sua acção de Agosto. Países esses que fizeram malograr duas vezes a 19.ª Cimeira, mas que não hesitaram em se dirigir à capital do Zaire para se reunirem no país de Mobutu sob o «tecto» da antiga metrópole. Se tivermos em

vista que muitos desses países foram os responsáveis pela derrota do GUNT (governo formado, reconhecido e apoiado, pela própria OUA, que nunca antes lhe retirara a sua confiança), veremos que a sabotagem feita à Organização pan-africana se explica, não por razões africanas, mas sim por interesses de potências exteriores à Africa, potências de que esses governos são meros serventuários.

Que futuro para a OUA?

Se em Agosto a Cimeira da OUA falhou, mas com conclusões (a

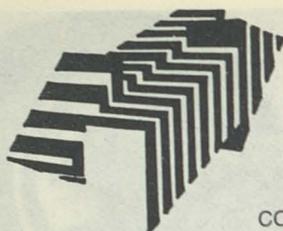


Hissene Habré: a cartada de Novembro dos bolcotadores

declaração de Tripoli) susceptíveis de causar optimismo e esperança no futuro, o mesmo não se pode dizer desta segunda tentativa.

Os chefes de Estado não marcaram data nem sede da próxima reunião, limitando-se a constituir uma comissão preparatória da próxima tentativa de realização da Cimeira e a manter provisoriamente em funções a presidência e o secretariado actuais da OUA. Por outro lado, a Líbia, a Etiópia, Madagascar e Moçambique dessolidarizaram-se do reconhecimento do governo Hissene Habré ao qual haviam aderido na tentativa de salvar a Cimeira.

Assim, trinta delegações presentes não conseguiram, apesar de todos os esforços, realizar a reunião mais importante do continente africano, pela falta de quatro votos indispensável à obtenção do «quorum» (34). Que futuro para a OUA? Não parecem restar dúvidas doravante de que a Organização da Unidade Africana entrou numa fase qualitativamente nova da sua existência. O mapa político do continente africano encontra-se em acelerada mutação. E dessa mutação nascerá, sem dúvida, uma nova OUA. □



IMPORIUM

COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÃO, LDA

**Amizade e
Cooperação**



International Trading

REPRESENTAÇÕES EXCLUSIVAS PARA TODA A ÁFRICA

Rua Keil do Amaral, loja 19 ● 1900 LISBOA ● Portugal
Tedi. 851290/850098/850148 ● Telex 43 448 P

Kenen Evren: de ditador a ditador

No referendo, o «sim» foi o menor dos males escolhido pelos eleitores

Agustin Castaño



POR muito tempo ainda, políticos e analistas continuaram a interrogar-se sobre as causas da alta percentagem (cerca de 92%) obtida pela Junta Militar turca no referendo de 7 de Novembro com o objectivo de impor uma nova Constituição e a presidência do general Kenan Evren.

O principal factor assinalado pelos observadores é a vigência de um passado recente na memória colectiva turca, caracterizado pela violência desencadeada após o abalo polifaco que colocou o país à beira da guerra civil.

Anos de crescentes confrontos, instabilidade política e uma crise económica gravíssima, que piorava cada vez mais, criaram um estado de alarme numa grande parte da população, e foi este, sem dúvida, um factor que influiu no resultado da consulta.

Desde que, em 12 de Setembro de 1980, as Forças Armadas, sob o comando de Evren, tomaram o poder, impuseram uma situação de facto: muita ordem e nenhuma liberdade.

A repressão contra os «extremistas» foi implacável e abusou da tortura e da morte, eliminando o terror pelo terror.

Mas, enquanto no exterior se conheciam os excessos da sanha re-

pressiva e as críticas ao Governo dentro e fora do país, na Turquia ignorava-se tudo devido à censura e apenas se ouviam as justificações e os elogios do regime por parte da propaganda oficial e dos meios de comunicação, atemorizados ou condescendentes, que não foram encerrados.

Foi neste contexto que os turcos se convenceram de que a calma e a segurança regressavam ao país.

Neste processo, que terminou pelo referendo, não foram os extremistas as únicas vítimas da repressão. Todos os políticos e toda a oposição foram silenciados e castigados. Incluiu-se no projecto de Constituição um artigo transitório que privava uma centena de políticos dos seus direitos durante dez anos e nem se permitiu que os eleitores conhecessem a defesa dos políticos acusados.

Não houve, tão-pouco, um controlo da votação e dos resultados a não ser o do próprio sistema posto em prática pelas forças armadas.

Mas é a natureza da consulta em si que impossibilita discernir qual a proporção dos votos favoráveis de cidadãos que realmente tinham formulado uma opção pelo actual governo.

No essencial, a consulta resumiu-se a uma confirmação do re-

gime, quer vencesse o sim quer vencesse o não.

No caso de triunfar o não, os militares teriam prolongado o regime actual interpretando a negativa não como uma derrota mas antes como a evidência de que os turcos não queriam o fim da ditadura.

No caso do sim, a Junta dissolver-se-ia e o seu titular, Kenan Evren, passaria a presidente da República por «vontade popular». Com este resultado era aprovada também uma Constituição que, cercendo a carreira política da actual geração de dirigentes, incluindo o popular ex-primeiro-ministro Bulent Ecevit, limita as liberdades políticas e sindicais, reforça o papel das Forças Armadas e concede ao chefe de Estado — a Evren — um poder quase ilimitado.

Em troca desta legitimação do regime, apenas é concedida ao povo a esperança de um retorno gradual e condicionado à democracia ou, melhor dito, a uma relativa democratização.

É possível que uma boa parte dos eleitores tenha visto no *sim* o menor dos males e, com esse sentido, tenha dado o seu voto.

O certo é que a ditadura surge reforçada desta consulta arbitrária e que a luta da oposição será dura e longa. □

As difíceis relações entre Nova Deli e Washington

Ao longo da história, as relações entre a Índia e os Estados Unidos têm passado por momentos altos e baixos (mais baixos do que altos). Até que ponto a recente viagem de Indira Gandhi marca uma viragem?

Ash Narain Roy



A recente viagem da primeira-ministra Indira Gandhi aos Estados Unidos pode ser considerada uma viagem histórica, não só à luz da sua desastrosa visita anterior a Washington, em Novembro de 1971, mas também em termos dos resultados concretos das conversações com o presidente Reagan e outras altas autoridades do governo republicano.

O principal objectivo da visita de Indira Gandhi era, segundo expressou um diplomata indiano, «eliminar a má vontade dos Estados Unidos em relação à Índia», e dar início a um processo de amizade e melhor

compreensão entre Washington e Nova Deli. Esse objectivo foi plenamente alcançado. O tom da visita foi estabelecido pelas palavras de alto louvor de Reagan em relação à Índia. O presidente norte-americano teve um gesto de cordialidade para com a ilustre visitante, trazendo para o relvado da Casa Branca uma orquestra sinfónica nova-iorquina conduzida pelo maestro Zubin Mehta (nascido em Bombaim) como fecho de ouro de um dos jantares mais elegantes já oferecidos pelos Estados Unidos a um dignitário estrangeiro. E até os meios de comunicação, que no passado se tinham

mostrado injustamente hostis à Índia e especialmente a Indira, tudo fizeram para melhorar a imagem do país e da sua líder.

Igual sucesso teve a primeira-ministra ao apresentar as opiniões do seu governo em relação a certas questões delicadas, bem como as «circunstâncias imperiosas» que a levaram a adoptar certas linhas de política. Ao regressar à Índia, Indira declarou aos jornalistas que estava muito satisfeita com a sua viagem: «Acredito que conseguimos criar uma atitude amistosa e de maior compreensão, mas só o tempo poderá confirmá-lo».

O controverso reactor de Tarapur

As relações indo-norte-americanas têm passado por muitos altos e baixos (mais baixos do que altos). Desde a independência indiana, as diferenças de pontos de vista vêm causando choques entre os dois países. Desde a sua independência, a Índia adoptou uma política de não-alinhamento, classificada por John Foster Dulles como «imoral». Foi esse mesmo Dulles que dividiu o mundo em dois lados — um lado Bom e um lado Mau — sendo o lado mau representado pelo comunismo,

anexação do enclave português de Goa, por parte de Nehru, numa decisão que recebeu a adesão incondicional do bloco socialista. Além disso, durante a guerra de libertação nacional do Bangladesh, os Estados Unidos alinharam-se, uma vez mais, com o Paquistão contra a Índia. Em virtude da chegada de milhões de refugiados do Bangladesh, e para salvaguarda da sua frente estratégica e diplomática numa guerra contra o Paquistão de resultado incerto, a Índia assinou em 1971, um tratado de paz e amizade com a União Soviética o que obviamente

1963, o governo Carter negou o suprimento de combustível nuclear à Índia. A lei contra a proliferação de armas nucleares, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1978, não só barrava o fornecimento de combustível, mas condicionava a abertura das centrais indianas à inspeção internacional. Como os Estados Unidos se recusassem a rever essa lei, e como o governo da Índia se recusasse a ceder, o acordo esteve prestes a ser denunciado unilateralmente.

Indira Gandhi encontrou uma solução viável para esse antigo pro-



Os Não-Alinhados em Havana, 1979. A primeira-ministra quer anular as manobras da direita

e o lado bom o dos países que se opunham ao comunismo. A Índia recusou-se terminantemente a aceitar essa dicotomia.

A tensão entre os dois países aumentou quando os Estados Unidos usaram o Paquistão, adversário da Índia, como elo importante da cadeia de alianças anticomunistas. Em relação a Cachemira, província disputada pela Índia e pelo Paquistão e eterno motivo de discussões na ONU, os Estados Unidos sempre se opuseram à reivindicação indiana, enquanto a União Soviética dava um apoio constante à Índia. Foi nesse contexto que o Ocidente condenou a

irritou os Estados Unidos.

Porém, nenhuma destas questões teve repercussão tão negativa sobre as relações indo-norte-americanas quanto o problema do fornecimento de urânio enriquecido à central nuclear de Tarapur. A controvérsia surgiu quando a Índia fez detonar a sua primeira bomba nuclear no deserto de Rajastan, em 1974. Os objectivos norte-americanos de evitar a proliferação de armas atómicas, entraram em conflito com os objectivos indianos de conseguir auto-suficiência na área nuclear. Ignorando as obrigações contratuais assumidas pelos Estados Unidos em

blema após a sua visita aos Estados Unidos: ambos os governos concordaram em deixar que a França forneça o urânio enriquecido para a central nuclear indiana de Tarapur. Num breve comentário, o *Indian Express*, de Nova Deli, diz que esse novo acordo «representa apenas uma forma muito engenhosa de contornar a contradição em que caíram os Estados Unidos ao darem à sua Lei de Não-Proliferação Nuclear efeito retroactivo sobre um acordo internacional referente a Tarapur, assinado 15 anos antes, ao mesmo tempo que preservam as condições restritivas do acordo de 1963». O

semanário *Time* estava, portanto, certo ao dizer que «embora não tenham resolvido o problema, os dois lados conseguiram introduzir certas sutilezas».

O novo acordo vem sendo alvo de críticas ferrenhas nos Estados Unidos. Em tom de desespero, um deputado do Partido Democrático observou: «A Índia vai receber urânio e a política norte-americana de não-proliferação vai por água abaixo». Por sua vez, um editorial do *New York Times* qualificou a transacção de «triste símbolo do escasso interesse demonstrado pelo governo Reagan no tocante à não-proliferação de armas nucleares».

No entanto, parte da disputa continua pendente: deve a Índia, segundo os termos do tratado de 1963, obter permissão dos Estados Unidos para utilizar o urânio de Tarapur? Os Estados Unidos dizem que sim, a Índia diz que não.

Armas para o Paquistão

Outro objectivo de Indira Gandhi, não declarado publicamente, era dissuadir o governo Reagan no tocante ao fornecimento de caças F-16 ao Paquistão. Ao perguntarem-lhe se o Paquistão seria capaz de utilizar esses caças contra a Índia, ela respondeu: «Mesmo sem estar tão bem equipado, o Paquistão já invadiu a Índia várias vezes. Após o fornecimento de equipamento militar pelo presidente Eisenhower, eles viram-se de repente dez anos à frente da Índia... Agora, fizeram outro avanço de dez anos. E isso preocupa, não só a mim, mas a toda a população indiana». Por outro lado, a primeira-ministra mostrou-se céptica ante a hipótese de que o Paquistão viesse a usar contra a União Soviética as armas fornecidas pelos norte-americanos.

Convém notar que, embora Indira Gandhi não conseguisse impedir que o governo Reagan vendesse caças F-16 ao Paquistão, conseguiu convencê-lo de que os temores indianos eram algo mais do que simples reflexos condicionados. A ex-

periência dos Estados Unidos com Israel serviu para confirmar a preocupação da Índia e enfraquecer os argumentos norte-americanos. De qualquer modo, as conversações entre Indira Gandhi e Ronald Reagan constituíram um avanço no sentido de promover a distensão entre Nova Deli e Islamabad. Como declarou uma autoridade norte-americana: «Devemos fazer com que a Índia perceba que os nossos interesses no sul asiático não são incompatíveis com os seus, e que o Paquistão não é a ponta de lança de alguma conspiração sino-norte-americana destinada a combater a influência indiana no sul da Ásia».

Outro objectivo da visita de Indira Gandhi aos Estados Unidos era fortalecer os laços económicos entre ambos os países. Os Estados Unidos são o maior parceiro comercial da Índia. O volume do comércio indo-norte-americano vem crescendo nos últimos anos, e passou de 1.800 milhões de dólares em 1975 para 3.000 milhões em 1981. Além disso, a Índia vinha sendo a maior beneficiária dos empréstimos da IDA, agência financeira do Banco Mundial, até que a decisão norte-americana de reduzir as suas contribuições ao Banco passaram a afectar directamente o governo de Nova Deli. Gandhi disse a Reagan que o corte desses créditos «brandos» representaria um sério obstáculo ao desenvolvimento económico da Índia e deixá-la em dificuldades para financiar programas de combate à pobreza. Também neste ponto conseguiu convencer o presidente Reagan. De facto, teria sido melhor que ela houvesse mencionado a ajuda para o desenvolvimento no contexto mais amplo do diálogo Norte-Sul, reforçando assim as declarações actuais nessa área para futuras consultas ou conferências internacionais.

O problema afegão

Por ocasião da visita de Indira Gandhi a Washington, o *U. S. News & World Report* escreveu que «depois de mais de uma década

de estreito relacionamento com a União Soviética, a primeira-ministra Indira Gandhi começa a afastar a Índia da órbita de Moscovo e a encaminhá-la no sentido de relações mais amistosas com os Estados Unidos». Opinião errónea, que não leva em conta a linha independente adoptada por Gandhi na sua política externa. Com efeito, a primeira-ministra indiana já disse em várias ocasiões que, embora a Índia pareça ser pró-soviética, «não deixamos que uma amizade supere a outra ou influencie as nossas decisões e actos». Procurou, mais uma vez, desfazer quaisquer dúvidas quanto aos laços indo-soviéticos, e afirmou: «Mantemos relações de amizade com a União Soviética, mas há quem procure ver algo mais, muito mais, no tratado de amizade e cooperação. Não concordamos com tudo o que os soviéticos fazem. Não aprovamos o sistema comunista. Estamos a encontrar dificuldades com os nossos comunistas e marxistas, dentro da própria Índia, mas isto não afecta a nossa política global de coexistência com o maior número possível de países».

O recém-concluído acordo indo-francês para a compra de caças *Mirage* 2000 no valor de 1300 milhões de dólares também foi interpretado erroneamente pela imprensa ocidental como exemplo de afrouxamento dos laços indo-soviéticos. Em resposta à pergunta sobre a razão pela qual a Índia não comprava armas aos Estados Unidos, Gandhi respondeu que tais decisões são tomadas à base de factores como custos e transferência de tecnologia, pelo país vendedor, de modo a possibilitar a fabricação nacional. Exemplo disto são as relações comerciais indo-soviéticas. O comércio entre os dois países ultrapassa os 2000 milhões de dólares por ano, nos termos de um acordo de trocas que poupa divisas a ambos os governos. Só este ano, a União Soviética terá fornecido à Índia mais de 15 milhões de barris de petróleo cru (o «crude») — quase um quinto do consumo indiano — sem exigir que a Índia faça o pagamento em dólares, moeda de que o governo indiano necessita

para pagar a outros fornecedores estrangeiros.

Por outro lado, a União Soviética já ofereceu armas à Índia em ocasiões em que o Ocidente se recusava a fornecê-las (em 1971), e ficou ao lado da Índia nas Nações Unidas por ocasião de problemas críticos, como Cachemira, Goa, as guerras indo-paquistanesas, etc.

No caso do Afeganistão, a Índia adoptou a posição de que a União Soviética não deveria ser a única criticada, uma vez que os Estados Unidos frequentemente interferem nos assuntos de certos países em desenvolvimento. «Nesta, como em outras questões internacionais — disse Gandhi — não pendemos para nenhum dos lados.» E acrescentou: «Analisamos cada questão do ponto de vista indiano e em termos do direito da humanidade a uma vida pacífica e melhor.» Segundo ela, uma solução viável do problema afegão exigiria não somente a retirada das tropas soviéticas, mas também a eliminação de outras interferências nos assuntos internos do Afeganistão. «Sabemos que existem outras interferências que devem ser levadas em conta.» E disse francamente a Reagan que ouvira de ministros afegãos em visita à Índia que as hipóteses de um acordo aumentariam quando certos países ocidentais deixassem de prestar assistência a «rebeldes» afegãos.

Não-alinhamento

Talvez o objectivo mais importante da visita de Indira Gandhi aos Estados Unidos fosse convencer o governo Reagan de que a Índia não pertence a qualquer grupo de poder, e de que possui todas as credenciais de um país genuinamente não-alinhado. «Somos uma nação não-alinhada, — disse Indira à NBC — e acreditamos que isso convém tanto a nós quanto aos interesses da paz mundial.» Lembrou, na ocasião, que depois de o seu país ter adoptado essa política, sofreu duros ataques, e que seu pai, Jawaharlal Nehru, foi apelidado de comunista. Se a Índia optou pelo não-alinhamento é porque estava convencida de que tinha problemas muito graves a resolver,



Indira e Nehru: não se deixar envolver pelas rivalidades das superpotências

e não poderia resolvê-los se se deixasse envolver nas rivalidades que separavam as superpotências, disse.

Indira Gandhi vinha sofrendo um isolamento em certos sectores do mundo não-alinhado em virtude de não se ter mostrado muito crítica diante da intervenção soviética no Afeganistão, e por ter reconhecido o regime de Heng Samrin no Kampuchea, ao qual se opõem os países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Filipinas, Tailândia, Malásia, Indonésia e Singapura). Isto poderia ser problemático ante a perspectiva de assumir a liderança no mundo não-alinhado, desde que surgiu a possibilidade de se vir a realizar na Índia a 7.ª Reunião Cimeira dos Países Não-Alinhados, já que a realização da conferência em Bagdade se tornou duvidosa ante o prosseguimento da guerra entre o Irão e o Iraque. E, agora que a nova reunião foi marcada para fins de Fevereiro de 1983 em Nova Deli, Indira pretende fazer o possível, como estadista diligente, para conquistar apoio e respeito em relação à sua política externa. Indira Gandhi está perfeitamente informada quanto às dissidências internas do movimento e quanto às manobras imperialistas que visam desestabilizá-lo. A primeira-ministra quer evitar divisões como as que se tornaram tão evidentes na reunião de Havana em 1979, sobre a questão de se aprovar uma resolução na qual a

União Soviética era qualificada de aliada natural dos países não-alinhados. Assim, a sua visita aos Estados Unidos serviu de plataforma para afirmar as suas credenciais de país não-alinhado, mas também em termos de anular de antemão as manobras de certos elementos reaccionários do movimento.

Finalmente, para desviar a atenção do povo indiano dos problemas internos, tratou, mais uma vez, de reactivar o papel da Índia como potência regional. As suas recentes visitas a dezenas de países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como a sua iniciativa pessoal no sentido de realizar na Índia o diálogo Sul-Sul e a próxima conferência regional da Comunidade Britânica, além da próxima reunião cimeira do Movimento de Não-Alinhamento, foram iniciativas todas elas motivadas pelo seu desejo de assumir a liderança do Terceiro Mundo. A importância da Índia em assuntos internacionais diminuiu durante o seu governo de emergência e sob o regime Janata. Ao retornar ao poder em Janeiro de 1980, Indira Gandhi pôde novamente dar projecção ao seu país, e reconquistar para a Índia a posição destacada entre os líderes do Terceiro Mundo — que conheceu nos tempos de Nehru — e transformar-se no porta-voz natural das nações em desenvolvimento no Hemisfério Sul. □

A democracia de Jayewardene não passa pelas eleições

Não satisfeito com a vitória por maioria absoluta nas últimas eleições, o velho presidente pretende agora prolongar o mandato dos deputados numa altura em que a oposição regista significativos progressos

Narinder Koshla

DEPOIS de ter obtido um cómodo triunfo eleitoral, o presidente de Sri Lanka, Junius Jayewardene, está a preparar um referendo que prolongaria por toda esta década o controlo absoluto do país que, com mão férrea, presentemente exerce.

Sri Lanka constitui um caso verdadeiramente singular no Terceiro Mundo em virtude de um governo ultraliberal ter ganho ali, pela segunda vez, as eleições por maioria absoluta.

Com efeito, nas eleições presidenciais de 21 de Outubro, o Partido Nacional Unido (PNU) de Jayewardene impôs-se por 52,91 % dos votos, depois de ter obtido 50,92 % nas legislativas.

Não satisfeito com esses resultados, Jayewardene pretende levar a efeito um referendo que alargue para seis anos o mandato dos actuais membros da Assembleia Nacional, o qual deverá terminar em Agosto de 1983.

No caso dessa manobra vir a ser coroada de êxito, Jayewardene, que controla inteiramente o PNU, poderia continuar a privar dos direitos políticos os seus adversários e, em primeiro lugar, a tão popular ex-primeira-ministra, Sirimavo Bandaranaike.

Ainda que surpreendente, o êxito de Jayewardene tem a sua explicação em diversos factores.

Em Sri Lanka vigora o sistema parlamentar «tipo Westminster», à semelhança do que acontece em muitos outros países membros da *Commonwealth*, no qual os parlamentares são eleitos por maioria simples em cada colégio eleitoral e quando um partido obtém um triunfo muito notório e os seus rivais se encontram divididos, recebe quase todos os lugares da Assembleia Nacional. Foi isso que aconteceu nas eleições de 1977, altura em que o PNU obteve 143 dos 168 lugares disputados. Essa maioria de cinco sextos é muito superior à de dois terços necessária para sancionar leis e emendar a Constituição.

Bandaranaike interdita

O PNU dispõe, portanto, de poderes vastíssimos, dos quais Jayewardene faz uso a seu livre arbítrio.

Desse modo, privou Bandaranaike dos seus direitos políticos em 1980, impedindo assim a eleição da ex-primeira-ministra para todo e qualquer cargo electivo.

Jayewardene procedeu desse modo tendo em conta que a tão popular líder do progressista Partido



Jayewardene: a manobra do referendo para conservar o poder

da Liberdade de Sri Lanka poderia disputar-lhe a vitória que obteve em Outubro. Privado do seu líder natural, o Partido da Liberdade foi forçado a recorrer a uma figura menos conhecida, Hector Kobbekaduwa, que obteve, mesmo assim, quase quarenta por cento (39,07) dos votos, registando um aumento de quase dez por cento em relação às anteriores eleições legislativas. Quer isso dizer que foi o Partido da Liberdade aquele que mais cresceu, tendo demonstrado que poderia aspirar à maioria nas próximas eleições. É isso, precisamente, aquilo que mais temem Jayewardene e os seus adeptos.

Outro factor de peso foi ter sido recentemente superada a profunda divisão experimentada pelo Partido da Liberdade nos últimos anos.

Ao mesmo tempo, dois pequenos partidos, um de inspiração trotsquista e outro da esquerda radical, lutaram no mesmo espaço político do Partido da Liberdade, tendo alcançado cinco por cento dos votos.

Por último, a minoria tamil-hinduista, que representa cerca de 14 % da população, absteve-se de votar. (Apresentou-se apenas uma reduzida formação tamil que obteve 2,67 %). A abstenção tamil beneficiou o PNU, visto ter-lhe permitido

aumentar a sua percentagem, já que as abstenções não são tidas em conta.

Manobra escandalosa

A manobra do referendo seria assim, ao que parece, o único meio através do qual o vigoroso ancião e o seu partido poderiam manter o domínio de Sri Lanka durante a presente década, muito embora a referida manobra constitua um verdadeiro escândalo constitucional.

No que se refere aos resultados de Outubro, o PNU receberia, no futuro, 100 ou menos lugares dos 196 que virá a ter o próximo Parlamento, dado que vai ser abolido o sistema parlamentar inglês e estabelecido o sistema proporcional. Em caso algum poderia o PNU reunir os dois terços da Assembleia de que necessita para manter a ex-primeira-ministra Bandaranaike afastada.

Como não é de esperar que Jayewardene, que conta 76 anos, possa vir a apresentar-se às urnas dentro de sete anos, o porta-bandeira do PNU

passaria a ser uma figura com menos personalidade e imagem, e se por essa altura Bandaranaike tivesse recuperado já os seus direitos políticos, verificar-se-ia uma situação contrária à que foi favorável ao PNU, em Outubro deste ano.

O carácter escandaloso da manobra mercê da qual os actuais deputados veriam o seu mandato prolongado por seis anos sem terem de passar pelas urnas, fica claramente revelado numa causticante recordação que não poderá deixar de ser lançada em rosto a Jayewardene: tanto ele como os seus partidários criticaram asperamente a ex-primeira-ministra quando esta alongou, por um ano, o período de 1970-1977.

No plano económico, Jayewardene submeteu Sri Lanka a uma receita ultraliberal que consistiu na abertura total do país aos investimentos estrangeiros.

Sri Lanka é o país asiático que mais auxílio económico *per capita* recebe dos Estados Unidos, evidenciando-se assim o interesse

do governo de Ronald Reagan em sustentar uma experiência inteiramente de acordo com a sua filosofia.

Isso e os investimentos que tiveram lugar ao abrigo da abertura traduziram-se na criação de vários milhares de postos de trabalho que o PNU apresenta como um grande êxito e que foi, de igual modo, um factor que influiu nos resultados eleitorais. No entanto, a ilha é hoje um dos países asiáticos que mais dependem do Ocidente e, no plano social, a fórmula ultraliberal expressa-se na acentuação das diferenças económicas entre as classes dominantes e as menos favorecidas.

Isso deixa claramente adivinhar que a privilegiada posição actual do PNU não poderá manter-se por muito mais tempo e que somente se verifica por motivo de circunstâncias extraordinárias.

A manobra de Jayewardene, a ser aprovada, significará que o PNU poderá governar a seu bel-prazer durante largo tempo, muito embora tenha perdido o apoio do povo. □



SOCIEDADE DE APARELHOS DE PRECISÃO BRUNO JANZ (HERDEIROS), SARL

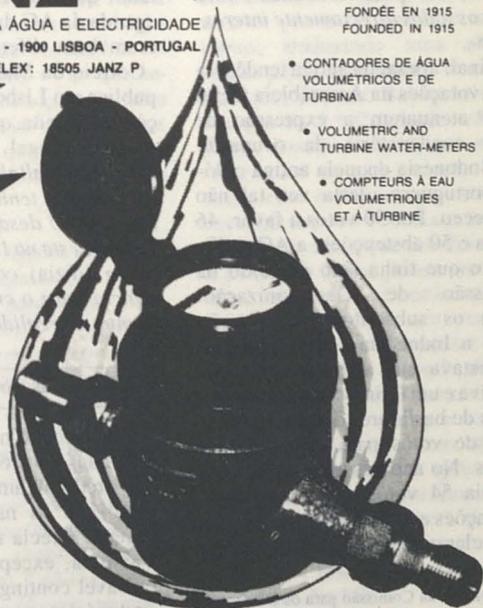
INDÚSTRIA NACIONAL DE CONTADORES PARA ÁGUA E ELECTRICIDADE
AV. INFANTE D. HENRIQUE, LOTE A - (CABO RUIVO) - 1900 LISBOA - PORTUGAL
TEL.: 381485 - 381867 - 383124 - TELEG.: ELCO - TELEX: 18505 JANZ P

FUNDADA EM 1915
FONDÉE EN 1915
FOUNDED IN 1915

- CONTADORES DE ÁGUA VOLUMÉTRICOS E DE TURBINA
- VOLUMETRIC AND TURBINE WATER-METERS
- COMPTEURS À EAU VOLUMÉTRIQUES ET À TURBINE



- CONTADORES ELÉCTRICOS MONOFÁSICOS E TRIFÁSICOS
- ELECTRICAL SINGLE-PHASE AND THREE-PHASE METERS
- COMPTEURS ÉLECTRIQUES MONOPHÁSÉS ET TRIPHÁSÉS



«Esta gente jamais aceitará o que lhe querem impor...»

A luta de resistência do povo maubere contra a invasão indonésia face à última resolução aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas

Alberto Costa Alves (*)

NO findar do dia 22 de Novembro, temia-se em Lisboa pelos resultados da votação na Assembleia Geral da ONU de uma moção sobre Timor-Leste. O caso não era para menos, tendo em conta o que se passara a semana antes na 4.^a Comissão (Descolonização), onde o apoio à causa do povo maubere atingiu a sua expressão mais reduzida (48 votos a favor, 44 contra e 53 abstenções) e através de uma moção, cujos termos, extremamente cautelosos, se limitavam a entregar o assunto ao Secretário Geral para consultas «com todos os lados directamente interessados».

Afinal, apesar da antiga tendência de as votações na Assembleia Geral (AG) atenuarem a expressão de votos condenatória da ocupação pela Indonésia daquela antiga colónia portuguesa, desta vez tal não aconteceu. Por 50 votos a favor, 46 contra e 50 abstenções, a AG ratificava o que tinha sido decidido na Comissão de Descolonização. Tanto os subscritores da moção como a Indonésia compreenderam que estava em jogo uma votação decisiva e um último fôlego nos contactos de bastidores ditou um acréscimo de votos para cada um dos blocos. No ano passado, a 36.^a AG atribuiu 54 votos, 42 contra e 46 abstenções a uma moção que condenava claramente a Indonésia e em

que a Fretilin era considerada o Movimento de Libertação do Povo de Timor-Leste.

Contactado telefonicamente em cima da hora pela Rádio portuguesa, um membro da representação de Portugal em Nova Iorque limitava-se a comentar, muito laconicamente, que «o assunto está agora entregue ao Secretário Geral da ONU», afirmação confirmada, no dia seguinte, pelo próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Futscher Pereira. Pelo lado indonésio, apesar de muito se ter investido num resultado que varresse o assunto da agenda da AG da ONU, as reacções eram bem diferentes. Citado pelo «Correio da Manhã», diário que se publica em Lisboa e afecto à coligação de direita que governa actualmente Portugal, «o delegado indonésio Abdulallah Kamil disse esperar que esta tenha sido a última vez que a ONU desafie a integração de Timor-Leste na Indonésia (...) A votação (dizia) confirmou uma tendência para o crescente reconhecimento da realidade».

O mapa das votações

Percorrendo muito rapidamente o mapa das votações pode concluir-se que predominam na Europa as abstenções e os não votantes (CEE, excepto Grécia e Irlanda; Pacto de Varsóvia, excepto URSS) com um razoável contingente de votos anti-indonésios e nenhum favorável.

Em África, é esmagador o peso do «sim» à moção, enquanto o «não» é muito fraco, mas começa a ser considerável o número dos abstencionistas e ausentes. Na Ásia, a situação é inversa e parece estabilizada. Na América, a exemplo da Europa, predomina o alinhamento pela abstenção, muito embora qualquer dos lados possua um razoável quinhão (do lado «não», saliente-se a aliança EUA com as ditaduras do Cone Sul e América Central). Finalmente, nas ilhas dos oceanos Pacífico e Índico, os votos repartem-se igualmente pelos 3 grupos de expressão.

Conclua-se, por fim, que um exame cuidado da evolução da votação não permite a extracção de ilações fáceis. Embora inscrevendo-se numa tendência de inversão, com a Indonésia a conseguir, de ano para ano, pequenas conquistas, os resultados de 1982 continuam a revelar uma certa instabilidade. De 1981 para cá, houve 28 mudanças, em vários sentidos, na forma de votar das delegações, e há ainda 50 abstenções e cerca de 10 não votantes.

Portugal: diligências atabalhoadas e tardias...

Mas, como se chegou a estes resultados? Creio que é unânime a opinião de que a posição de Portugal é decisiva, visto a ONU continuar a chamar a atenção para as responsabilidades contraídas pela «potência

(*) Membro da Comissão para os Direitos do Povo Maubere



administradora». Convinha, então, saber o que fez e não fez o Estado português, na qualidade que lhe é atribuída pela comunidade internacional. Assim, desde o corte de relações com a Indonésia logo após a invasão, os sucessivos governos silenciaram o problema e reduziram ao mínimo a sua participação nos debates na ONU, não tendo nunca subscrito qualquer proposta nem produzido esforços a diferentes níveis para um objectivo que, afinal, nunca provou possuir. Apenas com a subida ao poder da maioria AD, chefiada por Sá Carneiro, se desenha uma certa agitação mas num contexto de diálogo (segreto) com a Indonésia. Os contactos mantiveram-se, morosamente, até Dezembro de 1981, altura em que o substituto de Sá Carneiro — Pinto Balsemão — deposita o «dossier» nas mãos do presidente Ramalho Eanes, «devido aos obstáculos intransponíveis colocados pela Indonésia».

Mas, como iremos ver, não se trata para o governo Balsemão de «pôr a batata quente nas mãos de Eanes», como alguns jornais noticiaram na altura. De facto, em Maio, o presidente da República português tem um plano mas não tem o acordo de Balsemão quando, apenas em 3 de Agosto, se reúnem para o analisar. A perspectiva do presidente é no sentido de Portugal «assumir a liderança do processo nas Nações Unidas», o que nunca aconteceu; tendo esse papel pertencido, devido ao abandono português, a um conjunto de países liderados pelas antigas co-

lónias portuguesas da África. Simultaneamente, Eanes propunha a formação de «uma frente para a intervenção ofensiva especificamente multilateral», cujos objectivos se chegaram a vislumbrar, pelo grupo de países indigitados (ou indigitáveis): Angola, Argélia, Brasil, França, Grécia, México e Moçambique. Por fim, Eanes acentua que «Portugal, como membro de pleno direito da NATO, tem de levantar a questão da sua responsabilidade em relação a Timor». A perspectiva de Balsemão limita-se a entregar a condução do assunto ao Secretário Geral e às acções humanitárias enquadradas pelas agências especializadas da ONU. Afinal, o que viria a constar na proposta de resolução aprovada em 22 de Novembro na AG da ONU, menos — ao que sabemos — a constituição de uma comissão de inquérito nomeada por Pérez de Cuellar, que não terá vingado por enérgica oposição do general Eanes.

Mas, entre 3 de Agosto e meados de Setembro, a diplomacia portuguesa mantém-se paralisada. Resta-lhe a incomodidade de ir recebendo, de vários pontos do país e do estrangeiro, variadíssimos sinais de preocupação, uma prova, afinal, da grande vitalidade e premência da questão. E, perante a impassibilidade do governo português, chega-se a aventar a possibilidade de evitar a derrota eminente através da remissão, pura e simples, da seguinte proposta ao Tribunal Internacional de Haia: «Houve, ou não,

acto de autodeterminação em Timor-Leste?» Estavam as coisas neste pé quando, por razões que muito têm a ver com a conjuntura política interna, o governo se decidiu a promover, atabalhoadamente e tardiamente, algumas iniciativas diplomáticas inéditas mas com efeitos exíguos, com interferência, no entanto, em 4 ou 5 mudanças de voto que, no cômputo final, terão sido preciosas.

«Enquanto Portugal só agora decidiu lançar um reptio às Nações Unidas, a Indonésia vem promovendo diligências diplomáticas desde o dia da invasão», são palavras do ministro Futscher Pereira a resumir tudo o que dissemos. E a mesma prova de aparente amadorismo, traduzindo uma efectiva opção política, encontra-se em declarações de Pinto Balsemão após a votação na 4.^a Comissão: «Muitos países tomam posições que não se relacionam com a questão em si (mas) com interesses geoestratégicos mais vastos e com a sua integração em blocos, o que nos deve levar a pensar a nossa futura actuação nesta matéria». Conclua-se este capítulo com mais um exemplo. Balsemão chegou a anunciar na TV que «Portugal, a exemplo de anos anteriores, não será subscritor da proposta devido à nossa especial posição na questão», mas sabe-se, hoje, que um ultimato apresentado por países comprovadamente irmãos de Timor-Leste terá obrigado a delegação portuguesa a emendar Balsemão, arrastando com a sua assinatura brasileira.

Últimos combates em Timor-Leste

Enquanto se desenvolvia esta importante batalha, vejamos o que se passava em Timor-Leste. Na segunda quinzena de Agosto, uma unidade da Fretilin ocupou, durante cerca de 3 horas, a aldeia de Laga, situada na costa norte, a uns 15 quilómetros de Baucau. A guarnição indonésia, constituída por 30 a 40 militares, teve muitas baixas e esteve detida até ao final de um comércio no mercado da aldeia. O grupo guerrilheiro regressou depois à montanha levando preso o comandante inimigo. A fonte que nos noticiou a ocupação temporária de Laga, refere, também, confrontos na área de Bobonaro, recentemente declarada pela Fretilin como zona de combate devido à tentativa indonésia de introduzir ali colonos javaneses, ao abrigo do já conhecido plano de repovoamento e colonização.

Por outro lado, fontes identificadas perante o *Timor Information Service*, da Austrália, afirmam que 2 ou 3 pelotões indonésios sofreram, em Julho passado, pesadas baixas na zona de Loré e, em Junho, num combate travado na ribeira de Tafara, junto de Suai, apenas terá sobrevivido o comandante da força.

Embora seja difícil precisar o número de combatentes, as mesmas fontes presumem que mais de 200 guerrilheiros teriam estado envolvidos num ataque, em Março, a um importante contingente militar inimigo numa área a norte de Lacluta. Segundo o relato, as Falintil demonstravam «um forte espírito de resistência». Recorde-se que, durante a época seca de 81, a «*operação Keamanan*» (pacificação) «*varreu Timor como um ciclone*» e o massacre do monte de St.º António, próximo de Lacluta, pairou como autêntico símbolo dos continuados sofrimentos deste povo. Uma carta chegada até nós, datada de 28 de Outubro de 1981, dava-nos conta disso mesmo: «*O monte de St.º António transformou-se numa forte vitória psicológica da Fretilin e um altíssimo monumento aos seus heróis que morrem pelo seu povo. O povo de todos os pontos desta terra*

mártir (...) vem ruminando uma grave conclusão: os indonésios só pretendem massacrar o nosso povo, matar-nos a todos; nós vimos com os nossos próprios olhos o massacre do povo; tudo morto, mesmo as mulheres e as crianças por mais pequenas... nem as mulheres grávidas foram poupadas, eram abertas à faca; diante da mãe degolavam o nascituro, a seguir acabavam de despedaçar a mãe».

10 de Junho: combates simbolizam responsabilidade portuguesa

Outra notícia proveniente de Timor-Leste refere a ocorrência, em 10 de Junho, dia de Portugal, de um

forte ataque da Fretilin a um centro urbano; Same. Cinco mortos indonésios terá sido o saldo do combate. Há dois anos tinha sido a própria capital, Dili, a ser atingida por 3 golpes fulminantes. A repetição de ataques nesse dia é, previsivelmente, uma mensagem fácil de decodificar enviada pela Fretilin ao Estado português.

Por outro lado, assinalam-se combates durante o mês de Agosto nas áreas de Lospalos, Natulari, Viqueque, Same e Bobonaro. Todas as informações mencionam frequentes movimentações militares indonésias na zona leste do país e, a exemplo da «*Operação Keamanan*», a participação forçada, embora atenuada, de elementos da população servindo de

A moção aprovada

A AG das Nações Unidas exprimiu a sua preocupação pela «situação de desumanidade que prevalece em Timor-Leste»



A SSEMBLEIA-GERAL:

Reconhecendo o direito inalienável de todos os povos à autodeterminação e à independência de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, a Declaração do Tratado de Independência para os Países e Povos Coloniais, inserida na sua resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 e outras relevantes resoluções das Nações Unidas.

Tendo examinado o capítulo do relatório do Comité Especial sobre a situação, com vista à implementação da Declaração da Garantia de Independência para os Países e Povos Coloniais respeitantes a Timor-Leste e outros documentos relevantes.

Tendo tomado apontamentos do relatório do secretário-geral para a questão de Timor-Leste.

Tendo tomado apontamentos da resolução 1982/20 adoptada pela Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Protecção das Minorias em 8 de Setembro de 1982.

Tendo ouvido a declaração do representante de Portugal, na qualidade de Poder administrativo.

Tendo ouvido o depoimento do representante da Indonésia.

Tendo ouvido o depoimento do representante da Frente Re-

escudo à progressão das tropas ocupantes.

A posição da Igreja de Dili

Desde a invasão até Outubro de 1978, a Fretilin manteve uma guerra clássica em que se confrontavam dois campos. A erosão progressiva provocada pela superior tecnologia militar indonésia, onde não faltou a guerra química e os helicópteros especiais «made in USA», originou o esgotamento dessa forma de conduzir a resistência, processando-se, durante 1979, uma fase penosa de passagem para a guerra de guerrilhas, combinada com a manutenção

de alguns santuários até hoje imunes ao cerco inimigo. Durante esta fase, atingiu-se o zénite da acção genocida do exército agressor, a fome extrema e a morte em combate de alguns importantes dirigentes.

Durante a fase de confrontação clássica, 6 padres mantiveram-se na área administrada pela Fretilin, enquanto os restantes continuaram nos centros ocupados, numa dolorosa impotência perante o que se passava. Mas, especialmente a partir de 1980, a Diocese de Dili, que nunca foi integrada na Conferência Episcopal Indonésia, sendo controlada directamente pelo Vaticano através de um administrador Apostólico colocado em Dili (Mons. Martinho Lopes, natural de Timor), passou a

erguer a voz e a tornar-se incómoda.

Apoiado pela esmagadora maioria do clero local, Mons. Martinho Lopes multiplica as denúncias das barbaridades cometidas pelos ocupantes e os elogios aos «rapazes» que continuam o combate. Bem colocada no terreno e intimamente ligada aos sofrimentos do povo, a resistência (passiva) da Igreja tem motivado pressões explícitas do governo de Suharto e indirectas da própria Igreja indonésia no sentido de demover o Vaticano da sua posição de não reconhecer a ocupação do país mantendo autónoma a Diocese de Dili. Em Novembro de 1981 e Maio de 1982, o ministro dos Estrangeiros indonésio, Mochtar, manteve infrutíferas conversações na secretaria de Estado do Vaticano visando esse objectivo. E, nos 6 meses que separaram as duas visitas, alimentaram uma campanha de descrédito do Administrador Apostólico e do clero, utilizando para isso os bons ofícios do ex-primeiro-ministro australiano Whitlam (apesar das posições contrárias do seu Partido Trabalhista, apontado como provável vencedor das eleições gerais da Primavera do próximo ano) e de alguns jornalistas estrangeiros a quem concederam visitas guiadas. No entanto, bastou o «desalinamento» de Rod Nordland, um prestigiado jornalista do «Philadelphia Inquirer», para que a operação fosse por água abaixo e a verdade, que não obstante as limitações aquele repórter pôde testemunhar, corresse mundo, confirmando, assim, os alertas de Mons. Martinho Lopes.

Porém, à tentativa de descrédito algo mais grave pode sobrevir. A carta de 21 de Out. de 81 deixava-o já em suspenso: «Vendo-se denunciados perante a comunidade internacional, (os indonésios) pretendem eliminar dissimuladamente a vida do Bispo e de alguns padres e estão a desencadear uma campanha de difamação da Igreja e do clero (...) É muito importante que tudo isto conste antes deles matarem o Bispo: na verdade, diz-se aqui que o poderão eliminar simulando um desastre».

volucionária para a Independência de Timor-Leste e de diferentes peticionários de Timor-Leste, assim como o de representantes de organizações não governamentais.

Tendo ouvido que Portugal, declarou solenemente apoiar o direito do Povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência.

Tendo também ouvido as suas resoluções 3485 (XXX) de 12 de Dezembro de 1975, 31/53 de 1 de Dezembro de 1976, 32/34 de 28 de Novembro de 1977, 33/39 de 13 de Dezembro de 1978, 34/40 de 21 de Novembro de 1981.

Preocupada com a situação de desumanidade que prevalece no território e acreditando que todos os esforços devem ser feitos pela comunidade internacional para melhorar as condições de vida do povo de Timor-Leste e para garantir a este povo o gozo efectivo dos seus direitos humanos fundamentais.

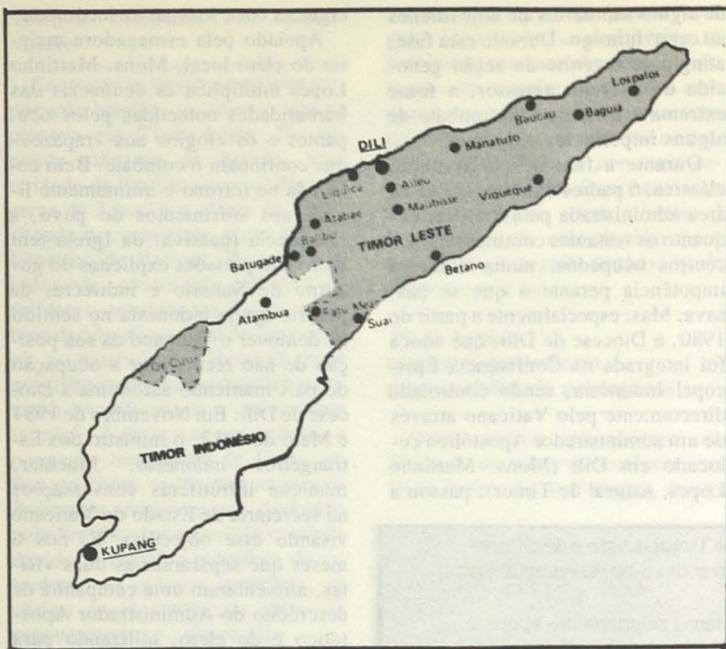
1. **Requer** o secretário-geral que se iniciem as consultas com todos os lados directamente interessados, com vista a serem relatadas à Assembleia-Geral na sua 38.ª sessão.

2. **Requer** aos Comités Especiais sobre a situação com vista à implementação da Declaração da Garantia de Independência aos Países e Povos Coloniais para manter a situação no território sob consideração activa e para render toda a assistência ao secretário-geral com vista a facilitar a implementação das presentes resoluções.

3. **Faz um apelo** a todas as agências especializadas e a outras organizações do sistema das Nações Unidas, em particular o Programa Mundial de Alimentação, o Fundo para a Infância das Nações Unidas e o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, imediatamente a assistir, dentro dos seus respectivos campos de competência, ao povo de Timor-Leste, em estrita consulta com Portugal, na qualidade de Poder administrativo.

4. **Decide** incluir na agenda provisional da sua 38.ª sessão o item intitulado «Questão de Timor-Leste».

Assinam a moção: Portugal, R.P. de Angola, R.P. de Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Brasil, México, Malawi, Belize, Nicarágua, Zimbabwe, Suazilândia, Benin e Granada.



Mari Alkatiri, responsável pelas Relações Exteriores da Fretilin. São os países africanos de língua portuguesa que prestam o apoio mais firme à causa maubere

«Esta gente jamais aceitará o que lhe querem impôr...»

«Ainda que houvesse 155 votos nas Nações Unidas a favor da Indonésia, esta gente jamais aceitará o que lhe querem impôr», concluiu a carta de 28 de Out. de 81, que vimos referenciando. Síntese de alguém muito bem colocado para o fazer, significa que aluta pela independência não terminará mesmo que o assunto venha a ser arreado da AG da ONU. Uma repulsa espontânea pelo ocupante, amadurecida até à medula da identidade maubere, é o factor determinante de todos os desenvolvimentos futuros. Mas deixar essa resistência exclusivamente entregue a si própria é um crime que não pode ser cometido pela comunidade internacional e, em primeira instância, por Portugal. O Estado português tem 12 intensíssimos meses para alterar a tendência da inversão de posições na AG da ONU. E se, de facto, for possível estabelecer um sólido consenso em torno da luta pela consagração dos direitos mauberes violados, envolvendo Presidência, Parlamento, Governo, Partidos e diversas forças sociais, não temos dúvidas de que a diplomacia portuguesa terá vasto espaço de manobra para um claro retorno a uma vigorosa denúncia da ocupação indonésia, isolando o corrupto regime de Suharto e permitindo a saída do exército invasor. □

Mais locais de detenção

A ilha de Ataúro continua a ser o principal centro de detenção política, apesar de os indonésios a referirem, na sua propaganda externa, como apenas ligada a «deslocamentos temporários de pessoas».

Os dados que nos chegam sustentam que em Abril, Junho e Julho partiram barcos de Laga para aquela ilha — nos anos 30, servira já de «campo da Morte» para deportados políticos portugueses. A informação mais recente, relativa a Agosto, estima em 6.800 o total de deportados actualmente concentrados na ilha, o que traduz um aumento de 2.800 pessoas ao total divulgado em Dezembro de 1981 pela Cruz Vermelha Internacional.

Entretanto, Aileu, Atabai e uma pousada de Baucau são referidos como novos centros de detenção. Tacitolu, belíssima região próxima de Dili, foi transformada em campo prisional, prova de que as condições de encarceramento rebentam pelas costuras, pois a antiga prisão da Comarca de Dili está, há muito, superlotada e não é crível que o número de prisioneiros possa aumentar em Ataúro — a população natural rondava os 5.000 —, e os 6.800 agora lá enxertados terão de lutar pela própria sobrevivência, numa terra muito quente e seca e com solos de fraca aptidão agrícola.

«Construir um Mundo Novo»

«Temos de preservar este mundo tendo em vista a construção de um mundo novo. Defendemos uma nova ordem económica, uma nova justiça social em que os ricos não fiquem cada vez mais ricos e os pobres mais pobres»

Natal Vaz

TEM 63 anos e dedicou mais de metade da sua vida à causa da paz. O seu currículo é de «cidadão do mundo», mas na realidade é indiano, nascido na província de Punjab, durante o domínio colonial britânico. Estudou Matemática, Direito e Económicas, na sua terra e em Cambridge. Lutou nos movimentos de libertação pela independência da Índia. No Conselho Mundial da Paz desde 1963, tem assumido cargos de direcção: foi secretário-geral até 77 e, a partir daí, presidente. O seu nome é Romesh Chandra: um homem de olhar vivo, que irradia simpatia. Esteve recentemente em Lisboa e falou na sessão pública inaugural do encontro da presidência do CMP, que também assinalou o encerramento da Semana das Nações Unidas para o Desarmamento. Falou com «o coração», mas não hesitou em levantar a voz contra os que semeiam a guerra e a destruição. Alertou contra a ameaça nuclear, porque isso seria o fim da Humanidade. Acredita nos homens e numa nova ordem social e política.



Romesh Chandra, presidente do Conselho Mundial da Paz: «o perigo de uma guerra nuclear é maior do que nunca»

Conversámos com Romesh Chandra no final do terceiro dia da reunião da presidência do CMP, que pela primeira vez teve lugar em Lisboa. E o nosso interlocutor esclarece o porquê da escolha:

— Foi o espírito do 25 de Abril que nos trouxe até cá, para sentirmos a sua força. Além disso, Portugal tem relações privilegiadas com a África, América Latina e até com a Ásia. Lisboa podia realmente ser um centro de confluência de boas relações com diferentes países. O governo tem dado respostas positivas e pode dizer-se que todos os partidos defendem a paz, numa política de portas abertas para todos os sistemas, nomeadamente os dos jovens países de África. Estamos satisfeitos com o facto de termos vindo.

Luta pela independência

Nascido na Índia na época colonial, Chandra viveu intensamente a luta pela independência:

— No tempo de estudante comecei a participar nos movimentos que lutavam pela independência do meu país, no movimento clandestino pela independência da Índia. Tive então os primeiros problemas com as forças imperialistas britânicas e cheguei a ser preso...

Com um gesto vago das mãos, Romesh Chandra deixa entender que não pretende fazer história da sua vida:

— Não fiz nada que mereça referência especial. A minha vida foi como a de qualquer outro cidadão indiano que lutou pela independência e mais tarde pela construção do país.

A partir de 1963, Chandra entrou para o Conselho Mundial da Paz: «No meu país pensamos que o movimento da paz é a continuação da luta pela independência, porque esta também passa pela luta pela paz».

Sem perder contacto com a sua terra e os problemas do seu país, aderiu a um projecto mais amplo que ultrapassa as fronteiras. O Conselho Mundial da Paz conta com representações de 137 países e nele são debatidos os mais diversos assuntos que preocupam o homem.



Apelo de Lisboa contra a ameaça nuclear

□ A reunião da Presidência do Conselho Mundial da Paz (CMP), que decorreu em Lisboa de 30 de Outubro a 2 de Novembro, terá sido uma das que maiores apreensões demonstrou, no seu apelo final, face à corrida às armas nucleares. O tempo urge: o ano de 1983 é crucial, na medida em que esta insensata corrida poderá atingir um ponto sem regresso — adverte o Apelo de Lisboa.

A instalação na Europa de novos mísseis nucleares norte-americanos de médio alcance suscita grande preocupação: tais armas de primeiro ataque são capazes de atingir o alvo em quatro ou cinco minutos e a sua detecção é praticamente impossível.

Apesar de tudo, é convicção do CMP que os povos podem vencer este perigo. Têm força para isso e têm-no demonstrado por todo o Mundo, em especial nos Estados Unidos, Europa e Japão. Manifestações que mobilizaram um número sem precedentes de pessoas preocupadas com a paz marcaram a II Sessão Especial das Nações Unidas consagrada ao Desarmamento. Marchas e outras

acções de massas exprimiram a determinação de todas as correntes de opinião pública mundial de pôr termo à suicida corrida aos armamentos e à loucura da estratégia da guerra nuclear, pretensamente «limitada» e «prolongada».

Esta movimentação teve um importante papel para a realização das negociações em curso em Genebra, entre a URSS e os EUA, sobre a redução de todos os mísseis nucleares de médio alcance na Europa e das armas nucleares estratégicas em todo o mundo. Chegou, pois, a altura de reclamar que essas negociações se traduzam por resultados positivos, sem protelamentos indefinidos, enquanto se vão armazenando mais e mais armas nucleares.

O êxito desta luta dos movimentos de opinião pública depende da unidade das forças de paz, não obstante as diferenças de pontos de vista e com respeito pela independência de cada uma — considera o CMP.

A sabedoria dos povos prevalecerá: é possível e imperioso agir agora.

Evitar a destruição

«O nosso objectivo é mobilizarmos as pessoas, formar um movimento de opinião e lançar acções de massas», salienta o nosso interlocutor, adiantando que, no momento actual, essas acções se encontram sobretudo viradas para a questão nuclear, contra a instalação de mísseis na Europa. Tendo em vista esse objectivo, cada comité decide o que pode fazer no seu país.

E Romesh Chandra esclarece:

— Temos de defender este mundo da ameaça da guerra e da destruição, assegurando a nossa sobrevivência. Mas o que é facto é que não queremos este mundo. Não quero viver num mundo em que milhares e milhares de pessoas morrem de fome e outras são enviadas para campos de refugiados.

«Queremos preservar este mundo, tendo em vista a construção de um mundo novo. A nossa tarefa é

defender e construir a paz e não podemos construir um mundo novo se deixarmos que ele seja destruído. Defendemos uma nova ordem económica, por uma nova justiça social, em que os ricos não fiquem cada vez mais ricos e os pobres mais pobres».

— *Que modelo concretamente?*

— Não defendemos uma perspectiva socialista, comunista, democrata, cristã-democrática ou ra-

dical liberal. Essa sociedade é aquilo que as pessoas entenderem que deve mudar. Nesse sentido, o mais importante é evitar a guerra para toda a gente. Mas não se luta contra a guerra e depois se constrói a paz. As duas coisas devem ser feitas ao mesmo tempo.

Perigo de guerra nuclear

Definidos os objectivos do CMP, Romesh Chandra analisou a actual situação mundial, onde a ameaça de uma guerra nuclear se avoluma:

— O perigo de uma guerra nuclear é maior do que nunca, mas, ao mesmo tempo, o movimento contra a guerra nuclear é também mais forte do que nunca. As pessoas lutam por um mundo novo, pelo desenvolvimento, pela dependência económica, pela justiça.

«No caso concreto da colocação na Europa dos mísseis Pershing II e Cruzeiro, prevista pela administração Reagan para o próximo ano, isso gerou já um forte movimento de repúdio, não só por parte dos povos da Europa, mas também dos próprios americanos. É preciso libertar a Europa dessa ameaça e isso mesmo o disseram os muitos milhares de manifestantes que integraram as marchas contra as armas nucleares».

— *E o que se passa quanto ao congelamento nuclear? Registram-se avanços?*

— No ano passado lançámos um apelo às grandes potências para que fizessem uma declaração, comprometendo-se a não utilizar em primeiro lugar armas nucleares. A União Soviética concordou, mas os Estados Unidos recusaram.

— *O panorama parece não ser entusiasmante. Que foi feito do «desanuviamento» conseguido na Conferência de Helsínquia?*

— Os avanços conseguidos em Helsínquia estão agora a marcar passo na conferência de Madrid, cujo objectivo era reforçar o espírito do encontro de 1975. Até ao momento tem sido impossível chegar a acordo, sobretudo por causa das posições assumidas pela representação americana que tem estado «surda» às propostas avançadas pelos outros países sobre Segurança e Cooperação na Europa.

«Espero, no entanto, que a continuação do debate conduza a soluções válidas, pois a grave crise económica sentida na generalidade dos países do Velho Continente só poderá ser superada através da cooperação e entendimento».

Medalha de ouro da ONU

As críticas do presidente do CMP aos Estados Unidos e à política da administração Reagan são por vezes encaradas como traduzindo uma

aproximação da União Soviética. Romesh Chandra, no entanto, rejeita tal perspectiva:

— Não é uma questão de estarmos mais próximos ou não. O que acontece é que os americanos assumem atitudes que contestamos. Dizem, por exemplo, que o Movimento de Libertação na África do Sul é «um movimento terrorista, ajudado pela URSS». E isto é um disparate.

«Se os salvadorenhos lutam pela sua independência, os americanos dizem que essa luta é patrocinada por Cuba. Dizem sempre que todos os movimentos são importados do exterior, mas são realmente movimentos genuínos de libertação, pois é natural que os povos lutem pela sua independência em vários pontos do mundo».

Sintetizando, adianta ainda:

— Se a União Soviética os apoia e apoia os nossos apelos é evidente que não somos indiferentes. Mas o que verdadeiramente pretendíamos era que todos os países nos apoiassem e se empenhassem activamente na luta pela paz.

De resto, a acção desenvolvida pelo CMP tem sido reconhecida por diversos Estados tendo aquela organização recebido altas condecorações em cerca de duas dezenas de países. A própria ONU concederá este mês uma distinção ao CMP (medalha de ouro) pela sua acção na luta contra o Apartheid. □



Romesh Chandra e Vasco Cabral, secretário permanente do PAIGC e membro da direcção do CMP

A morte de Brejnev

□ Nas mensagens de condolências que enviaram aos dirigentes soviéticos, por ocasião da morte do secretário-geral do PCUS e presidente do Presidium do Soviète Supremo, Leonid Brejnev, muitos chefes de Estado e de governo de países do Terceiro Mundo destacaram a importância que Brejnev assumiu, ao longo dos 18 anos da sua permanência no poder, em relação às lutas pela libertação política e económica dos povos.

Trata-se de uma constatação, que se impõe a todos os que analisam com sinceridade e sem preconceitos a obra soviética, em geral, e a de Brejnev, em particular.

Recorde-se que o grande impulso histórico para a libertação dos povos coloniais foi a edificação da primeira sociedade socialista do mundo, na Rússia. Mais tarde, no pós-guerra, a criação do sistema socialista mundial proporcionou novo (e decisivo) impulso à libertação dos povos até então submetidos ao jugo colonialista. Muitas causas contribuíram para isso, mas há uma que se deve destacar, porque é a fundamental: pela primeira vez na sua história, os movimentos emancipadores contavam com uma poderosa retaguarda.

Foi na URSS e noutros países socialistas que se formaram gerações de dirigentes emancipalistas e governantes dos novos países saídos do colonialismo. Foi nas sociedades socialistas (e sobretudo na URSS) que os chineses, os vietnamitas, os cubanos, os argelinos, os egípcios, os palestinos, os etíopes, os angolanos e tantos outros obtiveram o auxílio económico, diplomático e material de que careciam, tanto para desencadear e manter a luta contra o colonialismo, como, posteriormente, para fazer frente ao cerco imperialista.

A história vai-se repetindo monotonamente: cada novo país que começa por se relacionar preferentemente com o campo socialista e acaba por se desviar dessa rota, submetendo-se, às vezes quase sem dar por isso, aos interesses imperialistas, perde todos os seus princípios e condena as suas populações à vida vegetativa que levavam na era colonial. Poderão muitos não-alinhados alegar que existem dois «imperialismos» e que esse importantíssimo movimento do nosso tempo deve manter-se equidistante entre a URSS e os EUA. O princípio, em si, está correcto, se essa «equidistância» for entendida em termos de blocos militares e compromissos diplomáticos internacionais. No entanto, a história dos últimos anos é muito concludente: nunca até hoje o bloco ocidental apoiou qualquer país na sua luta pela plena independência. Até agora, sempre que os jovens países africanos, asiáticos e latino-americanos optaram pelas relações económicas e políticas prefe-



Brejnev e Nixon nos Estados Unidos em 1973

renciais com o Ocidente, ficaram enleados em novas relações de dependência e viram cortadas todas as perspectivas de desenvolvimento. Pelo contrário: muitos desses países, confrontados com pressões intoleráveis (militares, muitas vezes) da parte do imperialismo norte-americano ou dos seus gendarmes europeus ou do Terceiro Mundo, só conseguiram salvar a revolução mediante acordos (inclusive militares) com o bloco socialista.

Mas o que a acção de Brejnev trouxe de específico ao Terceiro Mundo foi a sua luta pela paz, pelo desarmamento, pelo desenvolvimento. Foi o que ele conseguiu com os anos de coexistência pacífica (entretanto ameaçada de destruição pelo belicismo capitalista) que se sucederam ao espírito de guerra fria. Foi durante esses anos que o Terceiro Mundo encontrou as condições internacionais favoráveis ao seu desenvolvimento sob todos os aspectos. Logo que esses anos começaram a dissipar-se no horizonte, os jovens países progressistas do Terceiro Mundo viram-se obrigados a reforçar os seus equipamentos militares para fazer face às ameaças promovidas pelo bloco ocidental e levadas a cabo, na maioria das vezes, por subgendarmes regionais. Dadas as condições em que as antigas colónias partiram para a independência, dada a sua quase total carência de recursos humanos e materiais (uns inexistentes, outros inexplorados, outros ainda postos ao serviço das antigas metrópoles) a sobrecarga orçamental, que uma época de guerra generalizada (como é a actual) representa, constitui uma das maiores asfixias a quaisquer planos de desenvolvimento. L.C.

Católicos dos EUA contra as armas nucleares

□ O movimento anti-armas nucleares alastra nos EUA, de uma forma impressionante. Incipiente e desorganizado no princípio de 1982, tomou gigantescas proporções neste Inverno. Já se organizou formalmente como movimento, e já conseguiu que, nas eleições parciais de 2 de Novembro, oito Estados federais e dez cidades (que representam 25% de toda a população dos EUA) se pronunciassem, por grande maioria, a favor do «congelamento». Nota-se que esta ampla movimentação nacional é dotada de características que a distinguem do mais famoso movimento popular da história recente daquela superpotência: o da oposição à guerra contra o Vietname. Desde o início que o movimento antinuclear congregou personalidades de todos os quadrantes, sem distinção entre arqui-reaccionários e liberais «radicais» já célebres. Mas o que decerto levará este movimento a dimensões por ora ainda inimagináveis é a posição das Igrejas cristãs. Na sua esmagadora maioria, católicos e protestantes unem as suas vozes respeitadas (e pouco dadas a contestação de ordem política) ao amplo movimento nacional. Assim: 196 bispos da Conferência Episcopal dos EUA, reunidos no mês de Novembro, mostraram-se a favor da Carta Pastoral que condena a guerra nuclear e pede a suspensão da produção, ensaios e utilização das armas atómicas. A Carta não foi ainda publicada devido a pressões da Administração Reagan. Mas a trégua durará pouco: os bispos aceitaram fazer pequenas alterações no texto proposto, mas já se comprometeram firmemente a manter o essencial da declaração. Outro caso que suscitou grande escândalo e demonstra como o sentimento antinuclear está fortemente implantado na consciência moral dos cidadãos norte-americanos é o do célebre pregador evangelista (conhecido como de extrema-direita) Billy Graham. Depois de participar na URSS numa conferência de religiosos de todo o mundo, Graham converteu-se em grande arauto do «congelamento nuclear» e em franco defensor da necessidade do diálogo EUA-URSS, confessando que muitas das suas posições políticas anteriores decorriam de falta de esclarecimento e de ideias totalmente erradas sobre as realidades do mundo socialista.

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º

Paivas — 2840 Seixal — Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 2217231/30

Argentina-Bolívia

□ A tentativa de melhoria das relações entre La Paz e Buenos Aires está a ser grandemente dificultada pelo facto de serem cada vez mais insistentes as acusações sobre uma intervenção argentina no golpe de Estado de Julho de 1980, desferido pelo general Garcia Meza e pelo coronel Arce Gomez, actualmente refugiados em Buenos Aires. Lentamente, acumulam-se provas de que militares argentinos, assessores dos seus colegas bolivianos, tiveram activa participação nesse golpe terrivelmente sangrento e que inaugurou um período de selvática repressão e corrupção a níveis pouco comuns. Um sindicalista revelou, entretanto, que o interrogatório e a tortura a que então foi submetido num quartel militar, foram obra de um argentino. Em recente deslocação a Buenos Aires, o senador Oscar Zamora denunciou a ingerência argentina no golpe de 1980. Apesar das palavras cautelosas que utilizou, as suas declarações produziram profundo mal-estar nos círculos militares argentinos. Mas Oscar Zamora, de regresso à Bolívia, insistiu na sua denúncia. Esta questão, e os problemas da violação dos direitos humanos e do tráfico de droga, são presentemente temas muito escaldantes da vida política boliviana, aos quais o governo democrático consagra grande atenção.

Acordo cultural China-Chile

□ No passado mês de Novembro, foi assinado na capital chilena um acordo cultural, válido por dois anos, entre Pequim e Santiago do Chile. O acordo foi o resultado mais palpável da visita que uma delegação chinesa, chefiada pelo vice-ministro dos Assuntos Culturais, Li Zhixian, fez àquele regime ditatorial do Cone Sul. As relações sino-chilenas continuam a desenvolver-se, reforçando-se cada vez mais. No mesmo mês de Novembro, o vice-ministro chileno dos Negócios Estrangeiros, tenente-general Sérgio Covarrubias, deslocou-se a Pequim, para participar nos trabalhos da comissão mista, a fim de incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países. Covarrubias viajou acompanhado de uma equipa de empresários privados, os quais manifestaram a sua grande satisfação pelos resultados «extremamente positivos» da viagem. A co-operação comercial vai incidir sobretudo nos sectores florestal e mineiro, e Bancos estatais chineses ofereceram um crédito de cinco milhões de dólares para facilitar essa colaboração. Neste momento o intercâmbio comercial do Chile com a China ascende a 114 milhões de dólares anuais (65 milhões em vendas chilenas e 49 em exportações chinesas). O Chile vende, sobretudo, madeiras, celulose, cobre e farinha de peixe, enquanto

a China exporta para o Chile medicamentos, compostos químicos, têxteis de algodão, vestuário, calçado, porcelana e brinquedos. Este intercâmbio é essencial para o regime de Pinochet, a braços com uma grave crise económica-financeira e uma escassez de mercados. No primeiro semestre de 1982, as exportações chilenas caíram 3,6 %.

No mês de Outubro passado, uma missão sul-africana deslocou-se também ao Chile para intensificar o intercâmbio comercial e militar entre Pretória e Santiago.

Um barril de pólvora

□ Por entre denúncias, cada vez mais frequentes e justificadas nos factos, de que estalará, muito em breve, uma guerra entre as Honduras e a Nicarágua, face ao agravamento da situação em El Salvador (onde a guerrilha alargou a todo o território nacional as suas acções e onde se tem verificado um acelerado recrutamento da luta armada e dos confrontos com participação directa de conselheiros dos EUA), surgem cada dia mais veementes oposições norte-americanas à política de Reagan. Mesmo quando disso não se trata, declarações de personalidades ligadas ao governo «yankee» não deixam de causar estupefacção. É o caso das afirmações do «duro» embaixador dos EUA em El Salvador. Há semanas, fez uma denúncia pública da «Máfia vampiresca, irresponsável e sanguinolenta» que governa o país, lembrando que são os círculos governamentais salvadorenhos os principais responsáveis pela situação que ali se vive. Este depoimento — arrasador para Reagan e seus cúmplices locais — faz supor que, em Janeiro de 83, o Congresso recuse a continuação da ajuda militar àquele país centro-americano.

Arrasante foi também o depoimento prestado em Tegucigalpa por dois professores universitários norte-americanos, John Booth e Mary Roseberg, que, numa reunião com deputados hondurenhos, atacaram violentamente o «plano Reagan para a América Central», a viagem do presidente dos EUA àquele região, e denunciaram que as raízes do mal na América Latina e na América Central se situam na política dos governos, que nunca se preocuparam em garantir o mínimo indispensável às populações, apelando ao Congresso dos EUA (maioritariamente democrata) para que faça cessar os banhos de sangue. Um veterano do Vietname, o coronel John Buchanan, falou perante a Câmara dos Representantes dos EUA denunciando a iminência de uma guerra entre as Honduras e a Nicarágua e o envolvimento dos EUA nesse quase certo conflito. Segundo esse militar, tal guerra poderia converter-se num confronto generalizado em toda a América Central que poderia vir a colocar os EUA, de um lado, e o México, do outro.

Argentina: restam 400 mil indígenas

Segundo um inquérito divulgado pelo Centro de Estudos Económicos e Sociais do Terceiro Mundo (CEESTEM), restam na Argentina uns 400 mil indígenas. O estudo do pesquisador argentino Miguel Alberto Bartolomé assinala que uns 276 mil coyas trilingues (espanhol, quéchua e aimará) vivem no norte do país, cerca de 85 mil mapuches, que falam a língua do mesmo nome, estão situados na zona centro-sul e uns 53 mil chitiguanos, que falam guarani e residem também no norte, são aparentemente os grupos maioritários.

O pesquisador destaca que restavam em 1978 somente dois indígenas pertencentes à etnia lule-vilela, que vivem na região do Chaco, fronteira com o Paraguai, e só 180 tapietes, residentes na província de Salta, que falam guarani.

Existem uns mil Mbya (Ava), indígenas que falam guarani e vivem na zona das missões, e uns 1.600 chorotis, da província de Salta, encontram-se à beira da extinção.

Independentemente das cifras contraditórias dos censos indígenas, o pesquisador argentino afirma que a situação dos nativos «é, infelizmente, semelhante à da maioria dos povos índios» da América Latina.

Os mapuches que sobrevivem vivem encurralados em reservas, em áreas de terras improdutivas e nos inhóspitos contrafortes da Cordilheira dos Andes, o que obriga uma boa parte da população a emigrar temporária ou definitivamente para centros urbanos onde existe necessidade de mão-de-obra não especializada.

Esses grupos étnicos vivem açoitados pela invasão de terras, pela exportação do latifúndio e pela carência de serviços sociais.

Na sua luta pela sobrevivência, alguns nativos que vivem na província de Buenos Aires fundaram um centro indígena que aglutinou diversos grupos, e que foi transformado, em 1971, na Comissão Coordenadora de Instituições Indígenas da República Argentina (CCIIRA), cujos postulados reivindicavam a devolução de terras aos indígenas, a sua identidade cultural, o livre emprego de línguas nativas, o reconhecimento jurídico de outras comunidades, etc.

Quase simultaneamente surgiu, em 1970, a Federação Indígena Neuquina que pretendia aglutinar 34 reservas da província de Neuquén.

Posteriormente, os dirigentes dessas organizações indígenas foram perseguidos e outros encarcerados. As organizações acabaram por dissolver-se.

Por volta de 1975, os membros oriundos das Organizações dissolvidas formam a Associação Indígena da República Argentina (AIRA) que obtém personalidade jurídica em 1976, sob o governo surgido do golpe militar naquele país.

Prémio
CARAVELA
PORTUGUESA
1980

COMETNA



EM ÁFRICA



Equipamentos para:

- caminhos de ferro
- cimenteiras
- cerâmicas (barro vermelho)
- siderurgias
- centrais hidráulicas e térmicas
- construção civil
- saneamento básico (carros e contentores)

Válvulas industriais

Estudos e Tecnologia

METALOMECÂNICA E METALURGIA



COMETNA
Companhia Metalúrgica Nacional, S.A.R.L.

Sede: R. Academia das Ciências, 5 • 1200 Lisboa
• Te.: 320011 • Telex 12819 COMEN P

Delegação na R.P. de Moçambique:
Av. Samora Machel, 39 – Flat 603-6.º C.P. 1402
telefone 29461 Maputo

SOGUIPAL (ex-ACTIMESA)

**Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL**

IMPORTAÇÃO:
Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:
Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
Áreas administrativa e financeira

**ÁREA GEOGRÁFICA DE
ACTUAÇÃO:**
Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P
R. Tomás Ribeiro, 50-4.º
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62 85

Cidadãos europeus desaparecidos

□ As denúncias sobre a descoberta de cemitérios clandestinos na Argentina, onde teriam sido enterrados milhares de corpos de cidadãos assassinados durante a «guerra suja» contra a «subversão», provocaram inquietação não só naquele país, mas também no exterior, particularmente em várias nações europeias que solicitaram esclarecimentos ao regime militar.

O ministério das Relações Exteriores da Itália revelou que há 321 cidadãos italianos, ou de origem italiana, dos quais não se sabe o paradeiro. A imprensa de Roma publicou uma lista com os nomes completos desses cidadãos, que provavelmente foram presos durante os primeiros anos do regime militar argentino, quando este assumiu o poder em Março de 1976.

Posteriormente, o presidente Sandro Pertini recebeu no Palácio Quirinal uma delegação das «Mães da Praça de Maio» que pediam auxílio para descobrir o destino dos seus familiares.

Em Agosto deste ano, durante uma viagem realizada a diversos países latino-americanos, o chanceler Colombo avistou-se na embaixada da Itália em Buenos Aires com uma delegação das «Mães de Maio» e com membros de instituições que zelam pelos direitos humanos.

A publicação da lista dos desaparecidos e a exibição em jornais e cadeias de televisão de fotografias de crianças desaparecidas despertou uma enorme comoção na opinião pública italiana. Em consequência dessas denúncias, o primeiro-ministro italiano Spadolini assinalou que o seu governo «esgotará todos os recursos diplomáticos para exigir um esclarecimento total sobre o destino dos italianos desaparecidos». Por sua vez, o Prémio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, afirmou numa entrevista recente concedida em Roma que «depois da denúncia publicada pelo governo italiano, os argentinos não poderão continuar a guardar silêncio sobre a sorte de milhares e milhares de jovens presos e que depois desapareceram».

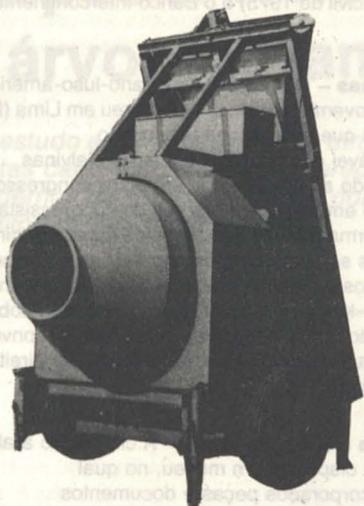
Por outro lado, o governo espanhol tomou também medidas para descobrir o destino de 41 cidadãos daquele país desaparecidos na Argentina. A primeira lista de nomes foi entregue ao Parlamento em 1979 pelo então ministro dos Assuntos Estrangeiros, Marcelino Oreja. Nessa oportunidade, o Congresso pediu ao governo argentino que respeitasse os direitos humanos e resolvesse a situação dos desaparecidos. Os meios mais importantes de comunicação da Itália divulgaram editoriais a respeito do assunto.

Por último, um porta-voz da chancelaria da Alemanha Ocidental manifestou também interesse em conhecer o paradeiro de 48 cidadãos alemães e de origem germânica desaparecidos naquele país do Prata.

GRUFER

Cooperativa de Responsabilidade Limitada

**Fabricante de Máquinas
para a Construção Civil**



- Betoneiras Rotativas Eléctricas e Diesel/Hidráulicas de 350 e 500 litros com e sem Pá e Arrasto.
- Betoneiras Basculantes com e sem Guincho de 160, 250 e 280 lit.
- Gruas de Torre e de Profundidade.
- Gruetas de 500 kg e Guinchos Pórticos.
- Carros de Mão Basculantes.
- Baldes Basculantes c/ descarga lateral e pelo fundo de várias capacidades.
- Silos para cimento (várias capacidades).
- Monta Cargas vários tipos.
- Guinchos Pórticos.
- Mesas de Corte e Serras de Fita.
- Prensas enfardadeiras.

BARREIRA ALVA - 2350 TORRES NOVAS

TELEFONE 22367

Produção recorde de chá em Moçambique

□ A colheita de chá este ano em Moçambique — um dos maiores produtores mundiais — bateu o recorde e chegou mesmo a superar em 6.500 toneladas, o ponto alto do período colonial. A empresa estatal EMOCHA divulgou que a sua produção no decurso da estação 81/82 foi de 23 mil toneladas, esperando-se para o período seguinte volumes ainda mais expressivos.

O êxito alcançado é uma decorrência das melhorias introduzidas em equipamentos e tecnologia, no quadro de um projecto de duas fases iniciado em 1980. O custo total deste programa de reabilitação é de 23,65 milhões de dólares, em parte financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

A primeira etapa encontra-se em finalização e compreende a instalação de novos equipamentos em quatro das doze fábricas de tratamento de chá. A segunda tem em vista a construção de duas unidades que deverão cumprir a mesma finalidade, ampliando desta forma a capacidade das instalações actualmente existentes.

As plantações pertencentes ao Estado cobrem uma área de 16 mil hectares da província da Zambézia, concentrando-se mais da metade no distrito de Gurué e o restante repartindo-se entre Milange e Ile. De acordo com fontes do governo, a mecanização da colheita não acarretará uma redução da mão-de-obra, contribuindo pelo contrário para uma melhor distribuição e para estabilizar a força de trabalho.

As fábricas de tratamento dependem até o momento de uma fonte de carburante situada a cerca de 70 quilómetros, o que coloca problemas relacionados com o transporte. Para resolver esta situação, teve início um programa de plantação de eucaliptos em torno da região de Gurué. Uma área equivalente a 17 mil hectares foi coberta, esperando-se que a restante se faça a um ritmo de 1.500 anuais.

As florestas destinam-se em primeiro lugar a fornecer uma fonte temporária de energia para as fábricas de chá, delas se extraindo também madeira para a indústria de construção e móveis, do mesmo modo que carvão para uso doméstico. A electricidade da importante central hidroeléctrica de Cabora Bassa, situada na província de Tete, não tem condições no momento de suprir as necessidades da indústria de chá da Zambézia, conforme acentuaram autoridades moçambicanas.

telex telex telex telex telex

banco africano – O Banco Africano para o Desenvolvimento concedeu o maior empréstimo até hoje proporcionado à Etiópia por este organismo: 15 milhões de dólares destinados à construção de seis grandes centros para abastecimento de água potável. Outros países contemplados com financiamentos, em boas condições, e essenciais para o desenvolvimento: Seychelles, Uganda, Niger e Malawi (valor total: 55 milhões, não contando com os 15 atribuídos à Etiópia).

ajuda militar ao Egito – Embora o Congresso dos EUA tenha decidido reduzir, em 1983, a ajuda militar ao estrangeiro, o Egito recebeu a promessa de que o auxílio americano para esse fim não será diminuído. Actualmente, o Cairo recebe de Washington 1300 milhões de dólares de auxílio militar. Segundo promessas do chefe do Pentágono, Weinberger, em 1984 o Cairo poderá receber 1700 milhões.

outra forma de «desaparecidos» – O Peru entrou agora na lista de países onde se verifica uma forma específica de «desaparecimentos», tão comuns na América Latina. Crianças até aos 5 anos estão a ser raptadas ou «compradas» para «exportação» com destino aos EUA e à Europa Ocidental. Trata-se de crianças oriundas dos bairros da lata das grandes cidades. Cada criança «vale» entre 8 a 10 mil dólares. Se o «fornecimento da mercadoria» for por rapto, os intermediários ficam com chorudos lucros e sem problemas burocráticos.

crise nos Emiratos – A persistente descida da procura de petróleo (fenómeno que, segundo economistas dos EUA, vai ser duradouro) está a causar problemas sérios à economia dos Emiratos Árabes Unidos. Desde a crise de excesso global do «ouro negro» (surgida no ano passado), os EAU e outros países do Golfo, (incluindo a Arábia Saudita considerada agora, no Ocidente, um potentado com pés de barro) dependentes do petróleo, conhecem taxas cada vez mais baixas de crescimento do PNB. Em 1981, essa taxa foi de 8%, quando em 79-80 atingira 34%. Em 1981, os EAU produziram apenas 1,5 milhões de barris de petróleo por dia, ou seja, menos 1,7 milhões que no ano anterior. Agora a produção fixou-se, de acordo com as disposições da OPEP, em cerca de um milhão de barris por dia. Supõe-se que esta situação vai causar um declínio da entrada de divisas nos EAU, da ordem dos cinco mil milhões de dólares por ano.

capitais sauditas – Fontes libanesas informaram

a agência IPS de que um grupo de investidores da Arábia Saudita adquiriu por 125 milhões de libras libanesas o Hotel Intercontinental (cuja inauguração se não chegou a concretizar devido ao rebentamento da guerra civil de 1975) e o Banco Intercontinental de Beirute.

as Malvinas – O congresso hispano-luso-americano, que em Novembro deste ano decorreu em Lima (Peru), confirmou que a Argentina tem direito incontestável de soberania sobre as Malvinas. Recordando as decisões de um outro congresso, celebrado em 1977, em Madrid, os congressistas de Lima reafirmaram que os direitos de autodeterminação dos povos só competem às populações autóctones, pelo que os habitantes das Malvinas, de origem britânica («kelpers») não têm de se pronunciar sobre os destinos do arquipélago. Este congresso foi convocado pelo Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional.

museu da civilização árabe – A civilização árabe passará a dispor de um museu, no qual ficarão incorporados peças e documentos arqueológicos e históricos provindos de todas as partes do mundo árabe. A criação do Museu resultou das decisões tomadas em Novembro deste ano, na Argélia pela Conferência de Arqueólogos Árabes. A criação do museu está a ser projectada por uma comissão escolhida pela conferência. A histórica cidade de Damasco, capital da Síria, será a sede do museu.

descolonização – Vinte e cinco resoluções e decisões culminaram dois dias de debate da AG da ONU sobre a luta por guta da independência aos países e povos coloniais. Nas deliberações (tomadas maioritariamente por consenso) reafirmou-se a legitimidade da luta dos povos coloniais pela independência, com recurso a todos os meios, e condenou-se a acção de interesses económicos estrangeiros que impedem a descolonização, especialmente na Namíbia. Além disso, mais uma vez, se solicitou a todos os Estados que não prestem qualquer tipo de ajuda à África do Sul, enquanto a Namíbia não for independente (os EUA e a Grã-Bretanha votaram contra e 8 Estados abstiveram-se). Lamentou-se que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – organizações especializadas da própria ONU – mantenham relações com Pretória. Condenou-se igualmente a cooperação nuclear com o país do «apartheid». Quanto ao Sahara, a Polisário e Marrocos foram convidados a encetar conversações tendentes a executar decisões da ONU e da OUA.

Corsino Fortes, de pão & fonema à árvore & tambor

Um estudo analítico da obra de um dos maiores poetas cabo-verdianos que ofereceu a «cadernos do terceiro mundo» dois poemas inéditos do seu próximo livro

Elsa Rodrigues dos Santos



CORSINO Fortes, um dos poetas mais modernos da cabo-verdianidade, exprimindo em seus versos os valores étnico-culturais do seu povo, a angústia, a fome, a seca, o evasimismo, a solidão da ilha, o mar-longismo, a emigração e, especialmente, essa contradição profundamente sentida pelo ilhéu entre o «querer partir» e o «ter de ficar» ou o «ter de ficar» ou o «ter de partir» e o «querer ficar».

Pão & Fonema

Corsino Fortes, autor de «Pão & Fonema», esse belo poema da morabeza do homem cabo-verdiano, publicado em 74 pela Editora Sá da Costa, prepara neste momento a publicação de uma trilogia onde inclui esta obra, juntamente com «Árvore & Tambor», do período escaldante dos primórdios da independência e «Som & Substância» de um país em construção.

Em «Pão & Fonema», escrito antes da independência, embora só publicado depois, com um posfácio de Mesquitela Lima, notavelmente esclarecedor do seu

conteúdo, o poeta usa uma estrutura e um tom de epopeia para narrar os feitos de um herói colectivo — o povo cabo-verdiano. Povo, vítima de todos os condicionamentos económicos, políticos e climáticos. As secas, a fome, um ciclo viciando e determinando o destino de cada homem.

«Pão & Fonema», título bem significativo da problemática cabo-verdiana. Pão, simbolizando o binómio «milho-chuva» do qual resultará o pão ou a fome no caso de se fundirem ou não. Pão é ainda o símbolo da necessidade primária do dia-a-dia que se busca com dor e suor, mas é também a habitação à própria fome, fatalismo que se cumpre num ritual de protesto e aceitação, de fuga e persistência, de esperança e luto. fonema, tal como no sistema linguístico, impondo-se como elemento essencial e autónomo da linguagem, ergue-se aqui como um coro de vozes centenárias, raiz, cultura, grito de liberdade e de pão. Da fusão destes dois elementos — pão, fonema — (e, por isso, o & comercial de sociedade, significando fusão num elemento só) resultará a solução.

A Proposição

Como na epopeia, esta obra inicia-se por uma proposição que aponta para a sua temática, delimitando-se nela a estrutura da obra.

Na primeira estrofe da proposição:

Ano a ano
 crânio a crânio
Rostos contornam
 o olho da ilha
Com poços de pedra
 abertos
 no olho da cabra

elementos como «crânio a crânio», «rostos contornam», «olho da ilha» traduzem o conflito do homem de S. Vicente, votado ao abandono, confinado às proporções da ilha e determinado pela aridez do próprio solo («poços de pedra»), resistindo, sobrevivendo, tal como a cabra e com ela, às intempéries do tempo e dos homens.

Na 2.^a estrofe:

E membros de terra
 Explodem
Na boca das ruas
 Estátua de pão só
 Estátuas de pão sol

é ainda o drama do povo que acaba por explodir, partindo, recusando-se a petrificar numa terra de sol estiagem («estátua de pão só»).

Na 3.^a estrofe:

Ano a ano
 crânio a crânio
Tambores rompem
 a promessa da terra
Com pedras
Devolvendo às bocas
As suas veias
 De muitos remos

é o rufar dos tambores que indica a hora da libertação colonial, devolvendo à sua fome o pão de tantos séculos.

Canto Primeiro «Tchon de Povo Tchon de Pedra»

A primeira estrofe sugere o assunto tratado no Canto Primeiro intitulado «Tchon de povo, tchon de pedra». Chão do povo que «de boca a barlavento» (1.^o poema deste canto) é chão de pedra que «o deserto abocanha a minha carne de homem / e caranguejos devorem / esta mão de semear» (p. 7). De semear o milho da ilha com chuva e de arrancá-lo «pelo corvo da unha» (p. 18) com «tosse & raiz cereal & sangue» (p. 18) na dependência total do homem a este cereal.

Ilha, milho, chuva, trilogia dramática de todo o homem cabo-verdiano, cuja simbiose é a sua sobrevivência.

Dá, cada um destes elementos ser título de três poemas que constituem o Canto Primeiro. Neste primeiro canto, esboça-se a situação deste povo que olha

o mar não só com a esperança que ele lhe mitigue a fome, à qual o amarra o tchon de pedra, mas ainda como o veículo que o transportará a novas terras insuflando-lhe energias e experiência e o trará de volta com novo sangue para lutar.

Mas, para além do mar está a Europa, o Ocidente, que constituíram sempre o seu padrão de cultura. O poeta insurge-se contra este fenómeno e na «Carta de Bia d'Ideal» (p. 9) dirigida a João Vário ou T. Thio Tiofe, censura-o, chamando-o «negro negro greco-latino», isto é, um negro marcado por uma cultura ocidental, absorvido pelo padrão europeu, esquecido dos seus próprios valores culturais: «Tectos d'Europa/sob as nossas cabeças/ Junzin! há muito/ que não bebes a água da nossa secura». E termina o Canto Primeiro com o poema «Tchon de povo, tchon de pedra» (p. 20), exclamando em crioulo:

«De sol a sol
'm gritá Rimbaud ô Maiakovsky
Largâ-me da mon»

Rimbaud e Maiakovsky são símbolos da cultura europeia dos quais o poeta se quer alhear («largâ-me da mon») e intencionalmente recorre ao crioulo, valor da cultura cabo-verdiana.

Canto Segundo

«Mar & Matrimónio»

A 2.^a estrofe, exprimindo a explosão do povo em evasão, corresponde ao Canto Segundo «Mar & Matrimónio».

Mar & Matrimónio, aliança entre a aspiração de liberdade e de pão e o mar que o levará a novas terras, onde alcançará forças e recursos para subsistir na luta pela sua terra. Ficará enriquecido com essa experiência e com ela fecundará o regresso. Em «Nova Largada» (p. 26), poema incluído neste canto, o poeta evoca aquilo que o emigrante deixa na sua terra — a maçaroca de milho, o fio de prumo, o martelo e a bigorna, o pilão, a mó de pedra, valores que ele não esquecerá e que ficarão dentro de si, fortalecendo a vontade de voltar:

Deixei o fio de prumo.
 nos degraus da cidade
Deixei o martelo e a bigorna
 nos paços do concelho
Deixei o pilão e a mó de pedra
 Sob teu rosto: Monte de Cara
E com membros loucos de marulho
Dobrei as calças
 sobre o alto mar
 E parti
De coração a bonbordo
Mas antes muito antes
de hipotecar
 meu litro de sangue
E partir
Plantei o polegar
 junto da tua árvore
 oh ídolo de pouca terra

Em «Pesadêla na terra de gente ou Pesadêla em Trânsito», (pág. 30) o poeta denuncia a situação degradante do cabo-verdiano em Lisboa, trabalhando na construção civil.

Em «Postais do Mar Alto» (p. 33), o emigrante disperso pelos fiordes da Noruega, pelas ruas de Nova Iorque, morrendo em Belfast na construção de arranha-céus, na Finlândia ou para além-Pirinéus, vendendo Kamoca, jogando orim, falando crioulo ou vestindo a toga.

O poeta faz uma alusão muito directa aos emigrantes da Europa na Alemanha, entre eles, os portugueses («os países da sopa»), considerados os negros da Europa e, por isso, o poeta diz que para além-Pirinéus há negros e negros: os negros da África e os «negros» europeus, na sua condição económica.

«Além-Pirinéus
há negros y negros
Na Alemanha imigrada
os países da sopa
São os negros da Europa»
(pág. 34)

Esta exclamação traduz, no fundo, uma censura sobre o direito dos portugueses colonizarem outros povos quando o seu estatuto na Europa era de colonizados. É, portanto, um lamento um tanto amargo que se ajustava, em parte, à situação colonial.

E o poeta prossegue na evocação dos valores da sua pátria. O homem físico parte, mas o povo-entidade política e cultural, fica arraigado à sua Terra.

A experiência do mundo o enriquecerá na construção do seu património:

«que toda a partida é alfabeto que nasce
todo o regresso é nação que soletra
(pág. 40)

Canto Terceiro — Pão & Património

A última estrofe da proposição é a proposta solene do canto terceiro — «Pão & Património», isto é a luta pela libertação do seu património e do seu pão. Este canto principia com uma poesia intitulada «Do nó de ser ao ónus de crescer» (p. 45). O nó é o ser agrilho-ado que se levanta e caminha para a libertação através da sua própria acção.



Ilha

Do nó de ser ao ónus de crescer
Do dia ao diálogo
Da promoção à substância

Romperam-se

As artérias

Em teu património
Agora povo agora pulso
Agora pão agora poema

E termina com uma exortação à luta com a certeza de que este povo, apesar da sua diáspora, se conserva inteiro e vai crescendo em fonema, isto é, em voz. O poeta acredita na hora da libertação, hora que tem as suas fontes «de som E de Substância» (P. 61), de palavra e de consciência dos valores que constituem a sua sobrevivência.

Em Pão & Fonema, o poeta visiona o futuro de Cabo Verde e fala-nos da árvore e tambor, quer dizer, do país que crescerá com a seiva do seu povo, rufando tambores de libertação:

AGORA POVO AGORA

Que as colinas nascem
na omoplata dos homens
Com um cântico na aorta
Árvore & tambor tambor & sangue
Punho
pulso de terra erguida
Agora
(p. 45)

Visiona também o sol e substância que são a força, a luz, a cultura, as raízes do seu povo, enchendo «as suas vasilhas», isto é, construindo o seu país.

MAS ANTES MUITO ANTES

Que os tambores erguessem na colina
tal coração de terra batida
Eram as fontes
De som E de substância
As fontes de ontem as fontes de hoje
E o timbre das canecas
no fundo dos poços
De baía enchendo
As nossas vasilhas
(p. 62)

Pão & Árvore & Tambor — Sol & Substância

Os dados estavam lançados, não só de todo o processo político desencadeado em que a esperança foi realidade, mas da obra literária que Corsino Fortes iria conceber futuramente.

A trilogia Pão & Fonema, Árvore & Tambor, Sol & Substância eram já uma realidade na mente do poeta. Esperemos que os muitos afazeres do político na construção do seu país não afoguem o poeta.

Corsino Fortes, hoje com funções governamentais, preocupando-se com os problemas internos do país, vê o seu tempo de poesia reduzido, preterido para as últimas horas da noite. Mas como o disse Baltazar Lopes: «Mordaças/a um Poeta?/Loucura!/E porque não/Fechar na mão uma estrela/ o Universo num dedal?»

Corsino Fortes está a construir o seu país com pão & fonema, sol & substância, depois de árvore & tambor. Daí que a trilogia poética prometida será, concerteza, um facto dentro de pouco tempo, porque é fruto da sua própria experiência e, como o próprio poeta o diz referindo-se ao seu processo de criação poética, bastará «jorrar para o papel, de um só jacto, o que levou meses, anos a germinar».

Amo a chamada

De manhã! as ilhas
Da minha pátria nascem gravidas
Com o arco-iris
na menina do olho

E falam
De afro-pao E afro-guerra
Com o olho na pólvora do mundo

Quando! de manha
o ovo na colina
meu & minha

Amo a fome das palavras
com o ventre na penúltima sílaba

E a bandeira do útero
rasga o hino da terra crua
o vulcão é força
a ilha é semente
o mar é músculo
a cabra é ouro

De manhã! as crianças da minha pátria
Nascem
com oásis na palma da mão
E plantam ilhas
na boca do sol
E dão aulas na boca das sementes
Que a escola
é olho do mundo que sangra
é flor de sal que ama

«Amo a chama da palavra mão»

Para cadernos do terceiro mundo o poeta ofereceu dois poemetas inéditos de Árvore & Tambor que pela primeira vez vão ser publicados, levantando, assim, o véu daquilo que será a obra escrita no período eferescente de emoção, de entusiasmo dos primeiros tempos após a independência.

O título do poema traz toda uma carga emotiva e pessoal. É uma afirmação ou confissão na 1.ª pessoa.

«Amo a chama da palavra mão».

O poeta ama a força ardente («chama») da palavra mão, porque esta lhe sugere o povo que trabalha, o povo que luta, o povo que constrói, que cria. Pode sugerir também o facho da vitória.

Inicia o poema com a expressão «De manhã».

É o início do dia que corresponde ao nascimento de um país. E «de manhã», diz Corsino Fortes, «as ilhas/da minha pátria nascem grávidas/ com o arco-íris na menina do olho».

É o sonho feito realidade e são as ilhas «grávidas»

Amo a chama da palavra mão

II

Como criança! amamos
os sons E as sílabas

Com seiva nos olhos
E na sílaba! amo

A vogal que desce

Da árvore da montanha

E cresce

Entre sons de violão & viola

Sons uterinos da ilha que nasce
E consanguíneos do tambor que ama
isto é

Amo as palavras
Que estalam nos olhos a lava dos vulcões
Palavras

que troçam no «p» de pilão
E se gaguejam

Arrastam pela boca
esta corola de terra

Palavras que trazem

milho

nas sílabas

E mar nos ditongos

E dançam sobre as ilhas

A viola marítima

Das duzentas milhas.

de vontade de crescer, de dar à luz o país sonhado. País de liberdade, de palavras consentidas, desabrochadas, de palavras graves capazes de transformar. Palavras que falam de África com pão, liberta e totalmente descolonizada. Por isso, o poeta diz: «Amo a fome das palavras/com o ventre na penúltima sílaba.» Palavras que falam de «afro-pão. E afro-guerra/Com o olho na pólvora do mundo». «E a bandeira do útero rasga o hino da terra crua.» E o povo, empunhando a bandeira da libertação, ergue-se na empresa da construção da terra-mãe.

«O vulcão é força/a ilha é semente/ o mar é músculo/a cabra é ouro».

A vontade supera, a força irrompe das poucas riquezas da ilha, o mar, o milho, a cabra, esse animal tão importante na vida do cabo-verdiano mitigando a fome com o seu leite, resistindo, tal como o homem, à seca.

A euforia da independência, segue-se a consciencialização dos valores da cultura: a escola como fonte de sabedoria e de consciência na descoberta do mundo e da terra que ama: «que a escola/é o olho do mundo que sangra/é flor de sol que ama».

Na 2.ª estrofe, o poeta busca as raízes através dos sons da mãe-terra «os sons E as sílabas» os sons de «violão & viola», das mornas e canções ancestrais, através dos sons das palavras que constituem a língua e que transmitem a força de superar, de vencer («amo as palavras/que estalam nos olhos a lava dos vulcões»), palavras que troçam no «p» de pilão e «trazem milho nas sílabas «e o mar nos ditongos». O poeta coloca o homem cabo-verdiano face a face com a sua cultura, com os seus recursos naturais que foram bandeira e tambor de resistência e agora, após a independência, fonte de trabalho e de consciência da dimensão exacta das suas «duzentas milhas».

A linguagem

Neste poema, Corsino Fortes usa da mesma linguagem, do mesmo estilo, dos mesmos recursos fonolinguísticos de Pão & Fonema.

Há, assim, uma perfeita harmonia entre este poema e a obra anterior, constituindo-se como prolongamento do conteúdo e da forma.

Para além de tudo o que se possa deduzir do contexto político e da sua filosofia existencial, a linguagem é o aspecto mais marcante da obra de Corsino Fortes, porque assume-se como força, melodia, som, desenho no próprio espaço da escrita, em suma, arte.

Todas as palavras desempenham uma importância capital, porque trazem sons que impressionam o ouvido e corporizam as acções. É o concretismo da arte com o seu visualismo e sonoridade.

Linguagem simbólica, suporte vivo da semântica original do poeta, mas, principalmente, da vivência do cabo-verdiano. Linguagem que é exercício metalinguístico, obrigando a uma aprendizagem necessária. Linguagem música, cumprindo o ritmo do próprio povo. □

Gabriel García Márquez, Nobel 1982: Um prêmio para um combatente da democracia e da liberdade

A atribuição do mais prestigiado prêmio internacional de literatura ao autor de «Cem Anos de Solidão» é também para milhões de leitores um tributo ao escritor e jornalista que faz da solidariedade com a luta dos povos a razão máxima do seu combate

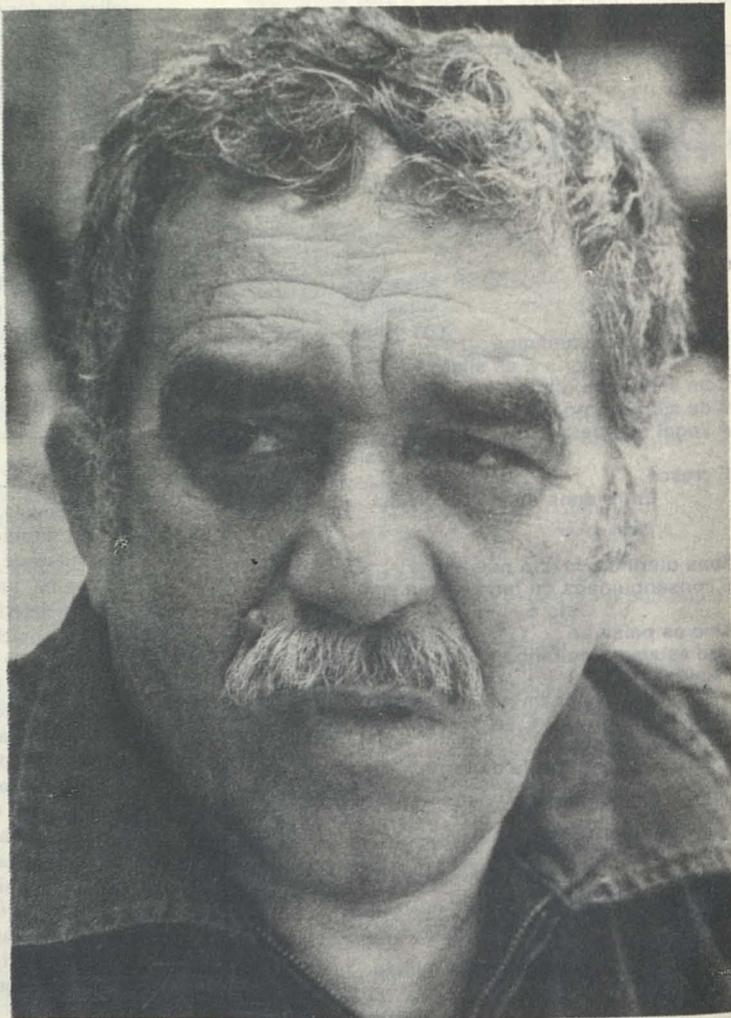
Leonardo Cáceres *

GABRIEL Garcia Marquez «criou um universo próprio», afirmou a Real Academia Sueca ao comunicar, em 21 de Outubro passado, que tinha decidido conceder o Prémio Nobel da Literatura ao jornalista e romancista colombiano.

Milhões de leitores seus, em todo o mundo, ficaram felizes com o prêmio. Muitos sentiram-se premiados também, de certa maneira, e orgulhosos de ter — finalmente — um Prémio Nobel amigo. Houve festas de celebração nessa noite em milhares de casas de latino-americanos, exilados ou não, e muitas garrafas de vinho e de champanhe foram bebidas à saúde de Garcia Marquez.

Mas na sua casa do México, o premiado — igualmente orgulhoso pela distinção — não era o mais feliz. Passou uma longa noite de insónia, desde as horas decorridas entre a chamada telefónica recebida de Estocolmo na tarde de terça-feira, dia 20 e a madrugada de quarta-feira, dia 21, quando foi oficialmente comunicada a atribuição do prêmio.

Os seus pensamentos estavam muito distantes das honras e do dinheiro que implica o galardão. Pensava, antes de tudo, no que acontecia numa quinta abandonada, no interior do México, onde um grupo



Jornalista chileno correspondente da IPS em Lisboa

— entre os quais Irene Papas, a excelente atriz grega e a formosa brasileira Cláudia Ohana — iniciavam nesse mesmo dia a rodagem de um filme baseado num texto escrito por ele há 14 anos («A Incrível e Triste História da Cândida Eréndira e da Sua Avó Desalmada»), sob a direção do realizador brasileiro nascido em Moçambique, Rui Guerra.

Pensava também que a Real Academia Sueca se tinha equivocado. Porque, como tem afirmado repetidamente, Garcia Marquez «não criou nenhum universo». Mais ainda: não acredita na fantasia, mas sim na imaginação, como instrumento de elaboração da realidade.

Garcia Marquez nasceu há 54 anos em Aracataca, no interior da Colômbia, na península da Guajira, a oitocentos quilómetros e vinte e duas horas de comboio de Bogotá, capital do país. Aldeia rodeada por quilómetros de plantações de bananas, adormecida por um calor tropical, Aracataca é a mesma Macondo onde decorrem as histórias de quase todos os personagens das suas novelas.

«Reportando» o passado da sua aldeia, Garcia Marquez remonta aos tempos em que «o mundo era tão recente que muitas coisas nem tinham nome e para as mencionar tinham que ser apontadas a dedo». Assim começa precisamente a sua monumental obra «Cem Anos de Solidão».

E desde a primeira página esboça a sua convicção profunda através das palavras de um cigano, o maravilhoso Melquíades: «as coisas têm vida própria, o importante é despertar-lhes a alma».

Assim tem andado pelo mundo este jornalista colombiano que também escreve novelas e corajosamente se compromete com todas as causas mais dignas do homem. Foi a Angola a fim de escrever a verdadeira história da ajuda internacionalista cubana a esse país, esteve no Vietname revelando a realidade distorcida pelo imperialismo norte-



Garcia Márquez com órfãos de guerra durante uma estadia no Vietname, que lhe proporcionou uma das suas melhores reportagens, publicada numa anterior edição da nossa revista



Garcia Márquez e Pablo Neruda: dois «nóbeis», dois lutadores pela libertação da América Latina

-americano sobre a fuga maciça de milhares de habitantes de ascendência chinesa, participou em numerosas sessões do Tribunal Internacional que investigou os crimes da junta fascista do general Pinochet, no Chile.

Garcia Marquez não se escusou a nenhuma das grandes causas em defesa da humanidade e da paz na segunda metade do século vinte. Por isso o Prémio Nobel, tão desprestigiado nos anos anteriores, honrou-se a si mesmo ao incluir na sua lista,

em 1982, o jornalista e novelista Garcia Marquez.

O seu «training» de jornalista

Depois do sangrento golpe de estado no Chile, Garcia Marquez tinha prometido não editar nenhuma novela até que Pinochet fosse derrubado. Manteve a sua promessa durante seis anos até ser libertado do seu compromisso pelos próprios dirigentes da resistência chilena. Durante esse lapso de tempo, apenas



surgiu uma novela escrita e terminada antes de 1973 («O Outono do Patriarca»), além de vários volumes de recompilação dos seus artigos jornalísticos publicados a partir de 1948 em diversos diários colombianos.

Foi nessa ocasião que um crítico literário escreveu que «fala-se de García Marquez como grande romancista e não se insiste o suficiente na sua condição de autor de artigos, de homem de jornal. Considero, sem qualquer dúvida, que García Marquez é jornalista antes de ser escritor, que é mais 'peso pluma' que 'peso pesado'. *García Marquez é imagem, impacto, 'punch'*».

As suas novelas foram escritas com esta técnica, desde «Ninguém Escreve ao Coronel» e «Os Funerais da Mamã Grande» até à sua última obra, romance-reportagem de acontecimentos, «Crónica de uma morte anunciada». Sem esquecer, naturalmente, a sua lição de jornalismo intitulada «Relato de um Náufrago». Talvez apenas Ernest Hemingway possa ser comparado ao recente Prémio Nobel, na genialidade com que descreve situações, desentranha a verdade dos factos e desmascara aqueles que fazem o impossível para distorcer a realidade. Outro jornalista do nosso século, cuja morte prematura frustrou certamente a sua carreira literária, foi John Reed. As suas reportagens-testemunho sobre as revoluções mexicana «México Insurrecto» e soviética «Os Dez dias que abalaram o mundo», podem equiparar-se em qualidade e impacto com os trabalhos de Hemingway sobre a guerra civil espanhola e os de García Marquez sobre o Vietname e Angola.

Devido à sua corajosa objectividade, García Marquez teve que suportar, por exemplo, o «castigo» de não poder entrar nos Estados Unidos. Embora tivesse vivido quase um ano em Nova Iorque, em 1959, como correspondente da agência cubana de notícias Prensa Latina, foi-lhe posteriormente negado, diversas vezes, o visto de entrada. E quando a Universidade de Colúmbia o distinguiu com o título de doutor *honoris causa*, somente lhe foi concedida uma autorização de estadia

por 15 dias e sob rigorosa vigilância.

Segundo contou recentemente o próprio escritor, um amigo averiguou as razões que o Departamento de Estado invoca para essa atitude, chegando à conclusão que nos arquivos do FBI, García Marquez figura como culpado de «actos terroristas nos Camarões», país onde nunca esteve.

García Marquez teve igualmente de abandonar a sua própria pátria, a Colômbia, ao ser vítima de ameaças contra a sua vida, muito embora bastasse o Prémio Nobel — aliado à mudança de governo colombiano — para lhe ser solicitado o regresso ao seu país, tendo sido já editado, aliás, um selo de correio com a effigie do escritor.

A realidade mitológica

Todavia, nada disso passará à história. O que será sempre recordado é a obra de García Marquez que transcende em muito os episódios, as glórias ou os sofrimentos de uma pessoa.

Referindo-se à proibição que os Estados Unidos lhe impuseram de entrar naquele país, o próprio escritor comentou que tal lhe parecia uma estupidez: «se impedem a entrada às nossas pessoas, lógico seria que também a impedissem aos nossos livros, pois se os talentos ocultos do Departamento de Justiça pensassem nisso duas vezes, dar-se-iam conta de algo que já Hitler havia descoberto, isto é, que *os livros são mais perigosos do que quem os escreve.*»

E não apenas os livros, acrescentamos nós. A poesia combatente de Neruda, o grito antifascista de Guernica pintado por Picasso, os versos de combate de Agostinho Neto, os filmes surrealistas de Luís Buñuel, as canções de José Afonso ou do chileno Víctor Jara, transmitem a sua mensagem de libertação através dos tempos e das gerações, transcendendo em muito tudo o que possam fazer ou dizer os seus próprios autores.

É o ingresso na história. Tal como o coronel Aureliano Buendía, de «Cem Anos de Solidão», que fez trinta e duas guerras civis e as perdeu todas... talvez a partir de agora

o mítico coronel tenha começado a vencê-las.

Garcia Marquez observa a realidade que se vive à sua volta e descreve-a de uma forma que os acadêmicos suecos — que seguramente nunca viveram numa remota aldeia rodeada de plantações de bananas, ou nunca sofreram, como Garcia Marquez, as angústias de ter de «sobreviver» com pouco dinheiro, habitando numa pensão vizinha de um bordel e trabalhando todas as noites até de manhã na inóspita redacção de um jornal de província — qualifiquem de «universo próprio».

Esse universo é o ambiente quotidiano de muitos países latino-americanos que Garcia Marquez aprendeu a ver e a descrever. O seu avô tinha dezassete filhos «dos que então eram chamados naturais — como se os do casamento fossem artificiais —, e a minha avó tratava-os como seus. Estavam dispersos por toda a costa, mas ela falava de todos eles à hora do pequeno-

-almoço e dava conta da saúde de cada um e do andamento dos seus negócios como se mantivesse uma correspondência imediata e secreta com eles.»

A partir daí, Garcia Marquez confessa-se admirador e crente no «mistério», fala de telepatia e jamais zomba de poderes ocultos. Inteligente como é, alia a isto a prudência. Mesmo que o homem da grande urbe industrializada do século vinte se empenhe em negar muitas das coisas mágicas, estas ocorrem, estão à vista, acontecem todos os dias. O necessário é saber olhar com os olhos puros de Garcia Marquez e saber escrever com a sua límpida verdade e simplicidade.

Estas qualidades converteram-no num vencedor. Poucos escritores do século vinte vendem tanto como Garcia Marquez. As tiragens dos seus livros contam-se por milhões, são inúmeras as traduções. Os direitos de autor dão-lhe para viajar pelo mundo, trabalha todas as manhãs e



escreve numa máquina eléctrica, no seu amplo escritório, numa sala sempre à mesma temperatura e uma jarra de cristal com uma rosa permanentemente fresca. □



IRAL

- Estantes para supermercados
- Vitrinas e câmaras frigoríficas
- Equipamento para agro-pecuária

INDÚSTRIAS E COMÉRCIO METALOMECÂNICOS, S.A.R.L

Sede e Complexo Industrial
3401 OLIVEIRA DO HOSPITAL CODÉX • Tels. 52460 - 52161 - 52198 • Telex 18761 IRAL OP
Delegações

LISBOA • Av. Santos Dumond, 47 r/c - 1000 LISBOA • Tels. 779115 - 764652 • Telex 14356 IRAL L
COIMBRA • Av. Fernão de Magalhães, 642 - 3000 COIMBRA • Tels. 28573 - 23415 • Telex 14430 IRAL C
PORTO • Rua de Camões, 455 - 4000 PORTO • Tels. 312589 - 383618



VESPER
Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

VESPER

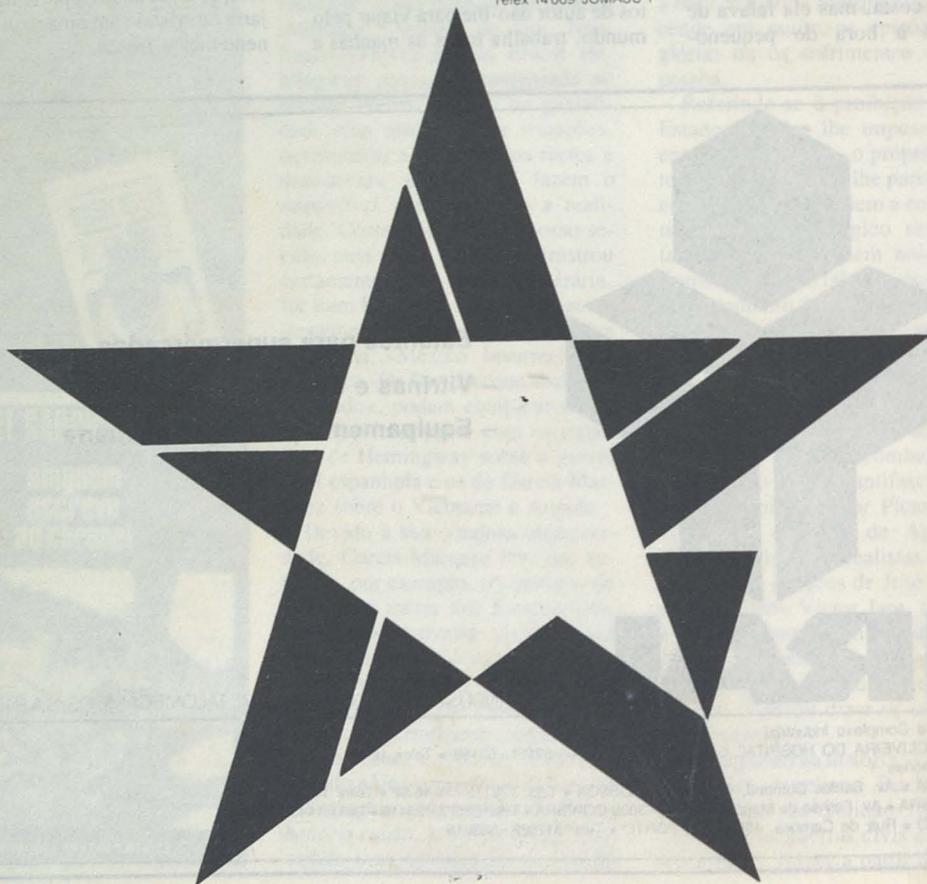
Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D.

1000 LISBOA Portugal

Telefs 73 1123 | 73 1323 | 73 1423

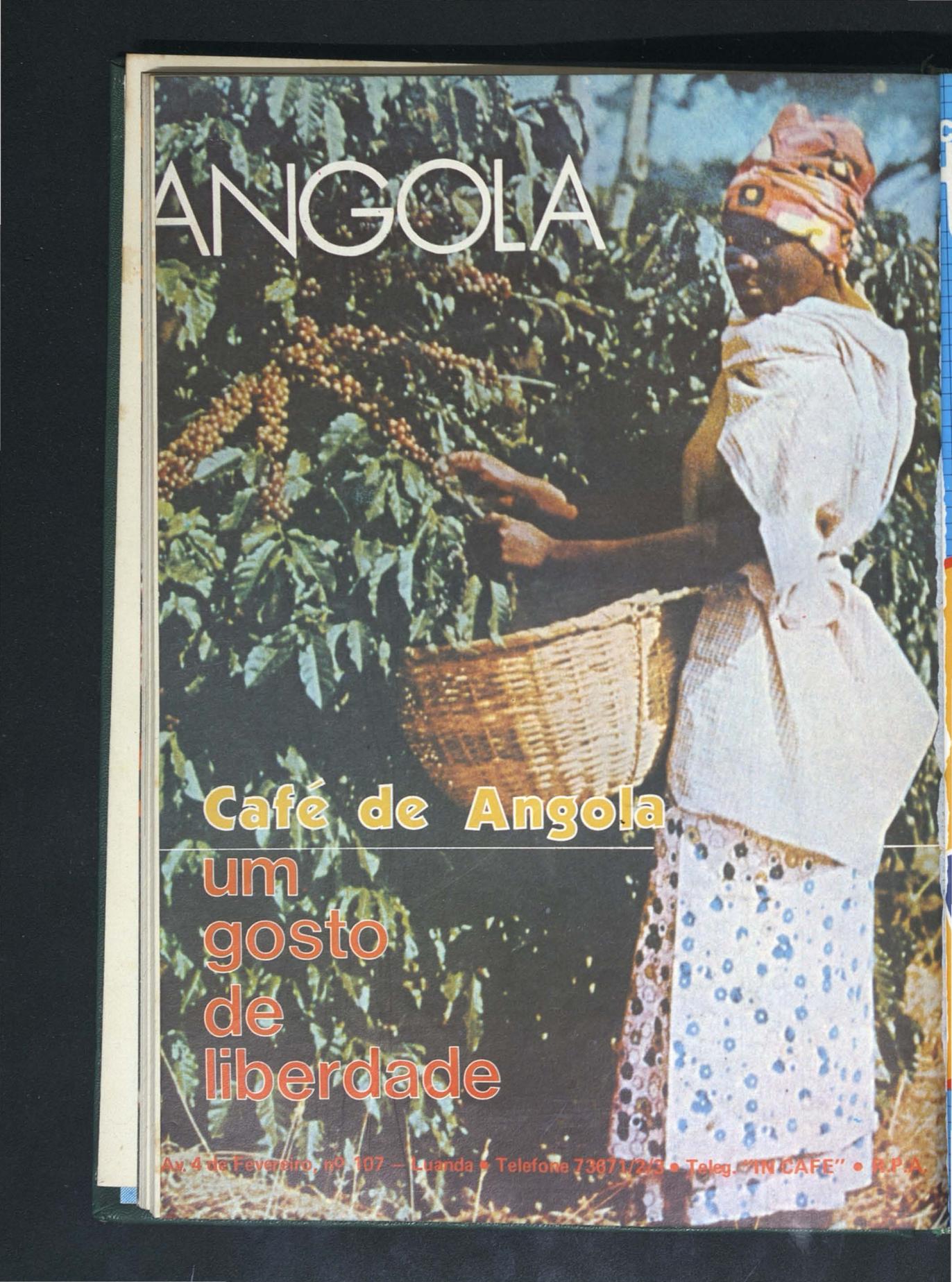
Telex 14 069 JOMASU P





TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73871/2/3 • Teleg. "IN/CAFE" • R.P.A.